



Bruxelas, XXX
[...] (2021) XXX draft

SENSITIVE*
UNTIL ADOPTION

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

**Orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia
2022**

* Distribution only on a 'Need to know' basis - Do not read or carry openly in public places. Must be stored securely and encrypted in storage and transmission. Destroy copies by shredding or secure deletion. Full handling instructions <https://europa.eu/ldb43PX>

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

Orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia 2022

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	ÂMBITO E DEFINIÇÕES	8
2.1	Âmbito de aplicação	8
2.2	Medidas de auxílio abrangidas pelas presentes orientações	9
2.3	Estrutura das orientações	10
2.4	Definições	10
3.	APRECIACÃO DA COMPATIBILIDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 107.º, N.º 3, ALÍNEA C), DO TRATADO	25
3.1	Condição positiva: o auxílio tem de facilitar o desenvolvimento de uma atividade económica	27
3.1.1	Identificação da atividade económica que é facilitada por meio da medida, dos respetivos efeitos positivos na sociedade em geral e, se for o caso, da sua relevância para as políticas específicas da União	27
3.1.2	Efeito de incentivo	27
3.1.3	Inexistência de violação de qualquer disposição pertinente do direito da União ²⁹	29
3.2	Condição negativa: a medida de auxílio não pode afetar indevidamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrarie o interesse comum... ..	29
3.2.1	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	29
3.2.1.1	Necessidade do auxílio	29
3.2.1.2	Adequação	31
3.2.1.2.1	Adequação em relação a instrumentos de intervenção alternativos	31
3.2.1.2.2	Adequação dos diversos instrumentos de auxílio	32
3.2.1.3	Proporcionalidade	32
3.2.1.3.1	Cumulação	34
3.2.1.4	Transparência	35
3.2.2	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais	36
3.3	Comparação dos efeitos positivos dos auxílios com os efeitos negativos na concorrência e nas trocas comerciais	38
4.	CATEGORIAS DE AUXÍLIOS	39
4.1	Auxílios à redução das emissões e remoção de gases com efeito de estufa, nomeadamente por meio do apoio à energia renovável	39
4.1.1	Fundamentação	39
4.1.2	Âmbito e atividades apoiadas	39

4.1.3	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	40
4.1.3.1	Necessidade do auxílio	40
4.1.3.2	Adequação	40
4.1.3.3	Elegibilidade.....	41
4.1.3.4	Consulta pública.....	42
4.1.3.5	Proporcionalidade.....	43
4.1.4	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço	45
4.2	Auxílios à melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios	49
4.2.1	Fundamentação do auxílio	49
4.2.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	49
4.2.3	Efeito de incentivo	50
4.2.4	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	51
4.2.4.1	Adequação	51
4.2.4.2	Proporcionalidade.....	51
4.2.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço	52
4.3	Auxílios à mobilidade limpa	53
4.3.1	Auxílios à aquisição e locação financeira de veículos de transporte não poluentes e equipamento de serviços não poluente e à adaptação de veículos.....	53
4.3.1.1	Fundamentação do auxílio	53
4.3.1.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	54
4.3.1.3	Efeito de incentivo	54
4.3.1.4	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	55
4.3.1.4.1	Adequação	55
4.3.1.4.2	Proporcionalidade.....	55
4.3.1.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço.....	57
4.3.2	Auxílios à implantação de infraestrutura de carregamento ou abastecimento de veículos de transporte não poluentes	58
4.3.2.1	Fundamentação do auxílio	58
4.3.2.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	59
4.3.2.3	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	59
4.3.2.3.1	Necessidade do auxílio.....	59
4.3.2.3.2	Adequação	59
4.3.2.3.3	Proporcionalidade.....	60
4.3.2.4	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço.....	61
4.4	Auxílios à eficiência dos recursos e destinados a apoiar a transição para uma economia circular	63
4.4.1	Fundamentação do auxílio	63
4.4.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	63

4.4.3	Efeito de incentivo	65
4.4.4	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	65
4.4.4.1	Necessidade do auxílio	65
4.4.4.2	Adequação	66
4.4.4.3	Proporcionalidade.....	66
4.4.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais.....	68
4.5	Auxílios à prevenção ou redução da poluição não proveniente de gases com efeito de estufa	69
4.5.1	Fundamentação do auxílio	69
4.5.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	70
4.5.3	Efeito de incentivo	70
4.5.4	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	71
4.5.4.1	Necessidade do auxílio.....	71
4.5.4.2	Proporcionalidade.....	71
4.5.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais.....	72
4.6	Auxílios à remediação de sítios contaminados, à reabilitação de habitats naturais e ecossistemas, à biodiversidade e às soluções baseadas na natureza	73
4.6.1	Fundamentação do auxílio	73
4.6.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	73
4.6.3	Efeito de incentivo	74
4.6.4	Proporcionalidade.....	75
4.7	Auxílios sob a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais.....	76
4.7.1	Auxílios sob a forma de reduções de impostos e imposições parafiscais ambientais.....	76
4.7.1.1	Fundamentação do auxílio	76
4.7.1.2	Âmbito e atividade apoiada.....	76
4.7.1.3	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	77
4.7.1.3.1	Necessidade	77
4.7.1.3.2	Adequação	77
4.7.1.3.3	Proporcionalidade.....	78
4.7.2	Auxílios à proteção do ambiente sob a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais	78
4.7.2.1	Fundamentação do auxílio	78
4.7.2.2	Âmbito e atividade apoiada.....	78
4.7.2.3	Efeito de incentivo	79
4.7.2.4	Proporcionalidade.....	79
4.7.2.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais	80
4.8	Auxílios à segurança do abastecimento de eletricidade	80
4.8.1	Fundamentação do auxílio	80

4.8.2	Âmbito e atividade apoiada.....	80
4.8.3	Os auxílios devem facilitar o desenvolvimento de uma atividade económica.....	81
4.8.3.1	Facilitar o desenvolvimento de certas atividades económicas	81
4.8.3.2	Efeito de incentivo	81
4.8.4	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	81
4.8.4.1	Necessidade.....	81
4.8.4.2	Adequação	83
4.8.4.3	Elegibilidade.....	83
4.8.4.4	Consulta pública.....	84
4.8.4.5	Proporcionalidade.....	85
4.8.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço	86
4.9	Auxílios às infraestruturas energéticas	88
4.9.1	Fundamentação do auxílio	88
4.9.2	Âmbito.....	88
4.9.3	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	90
4.9.3.1	Necessidade e adequação	90
4.9.3.2	Proporcionalidade dos auxílios	90
4.9.4	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço	91
4.10	Auxílios a favor do aquecimento e arrefecimento urbano	91
4.10.1	Fundamentação do auxílio	91
4.10.2	Âmbito e atividade apoiada.....	92
4.10.3	Necessidade e adequação	92
4.10.4	Proporcionalidade da medida de auxílio	92
4.10.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço	92
4.11	Auxílios sob a forma de reduções das taxas da eletricidade para utilizadores intensivos de energia	93
4.11.1	Fundamentação do auxílio	93
4.11.2	Âmbito: taxas passíveis de concessão de reduções	94
4.11.3	Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais	95
4.11.3.1	Elegibilidade.....	95
4.11.3.2	Proporcionalidade da medida de auxílio	95
4.11.3.3	Forma do auxílio estatal	96
4.11.3.4	Auditorias energéticas e sistemas de gestão.....	96
4.11.3.5	Regras transitórias	97
4.12	Auxílios ao encerramento de explorações de carvão, turfa e xisto betuminoso ..	97
4.12.1	Auxílios a favor do encerramento antecipado	97
4.12.1.1	Fundamentação do auxílio	97

4.12.1.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	98
4.12.1.3	Efeito de incentivo	98
4.12.1.4	Necessidade e adequação	98
4.12.1.5	Proporcionalidade.....	98
4.12.1.6	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais	99
4.12.2	Auxílios à cobertura de custos excepcionais.....	99
4.12.2.1	Fundamentação do auxílio	99
4.12.2.2	Âmbito e atividades apoiadas.....	100
4.12.2.3	Necessidade e adequação	100
4.12.2.4	Efeito de incentivo e proporcionalidade.....	100
4.12.2.5	Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais	101
4.13	Auxílios aos estudos ou serviços de consultoria em matéria de proteção do ambiente e energia	102
4.13.1	Âmbito e atividade apoiada.....	102
4.13.2	Efeito de incentivo	102
4.13.3	Proporcionalidade.....	102
5.	AVALIAÇÃO	102
6.	RELATÓRIOS E CONTROLO	104
7.	APLICABILIDADE.....	104
8.	REVISÃO.....	105

1. INTRODUÇÃO

1. A Comissão definiu o Pacto Ecológico Europeu como uma das suas principais prioridades políticas, com o objetivo de transformar a União numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, não deixando ninguém para trás. As ambições no domínio climático da Comissão foram reforçadas em 2019 com a Comunicação Pacto Ecológico¹, que fixa um objetivo de, até 2050, ter zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa. Para colocar a União numa trajetória equilibrada, realista e prudente que lhe permita alcançar a neutralidade climática até 2050, a Comissão propôs igualmente uma redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030 em comparação com os níveis de 1990². Essas metas ambiciosas foram consagradas na Lei Europeia do Clima³.
2. Além disso, na sequência da aprovação, em dezembro de 2020, da meta de 55 % de redução para 2030 pelo Conselho Europeu⁴, em [julho] de 2021, a Comissão adotou o pacote de propostas legislativas «Preparados para os 55» destinadas a apoiar a consecução daquela meta⁵ e pôr a UE num bom caminho para alcançar a neutralidade climática até 2050.
3. A consecução dos objetivos da neutralidade climática, da adaptação às alterações climáticas, da eficiência dos recursos e, em especial, da eficiência energética, da circularidade, de poluição zero e da recuperação da biodiversidade e o acompanhamento desta transição ecológica exigirão esforços significativos e um apoio adequado. Será necessário efetuar investimentos significativos, nomeadamente em fontes de energia renovável, para estar à altura da ambição definida na Comunicação Pacto Ecológico. A Comissão prevê que seja necessário um investimento anual suplementar de 350 mil milhões de EUR, em comparação com os níveis do período 2011-2020, para alcançar a nova meta para 2030, recentemente revista em alta, a que se acrescenta o valor anteriormente estimado de 130 mil milhões de EUR por ano destinado aos restantes objetivos ambientais⁶. A dimensão deste desafio de investimento exige a mobilização eficaz em termos de custos de fundos do setor privado e públicos, o que afetará todos os setores e, por conseguinte, a economia da União no seu conjunto.
4. A política de concorrência, em particular as regras relativas a auxílios estatais, tem um importante papel a desempenhar na facilitação e na prestação de apoio à União na consecução dos seus objetivos políticos relativos ao Pacto Ecológico. A Comunicação Pacto Ecológico refere especificamente que as regras relativas a auxílios estatais serão revistas a fim de refletir esses objetivos políticos, de modo a apoiar uma transição eficaz

¹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Pacto Ecológico Europeu», COM(2019) 640 final.

² Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Reforçar a ambição climática da Europa para 2030, Investir num futuro climaticamente neutro para benefício das pessoas», COM(2020) 562 final.

³ [Referência jurídica a inserir após adoção pelos legisladores].

⁴ <https://www.consilium.europa.eu/media/47296/1011-12-20-euco-conclusions-en.pdf>

⁵ [Referência a inserir após adoção do pacote pelo colégio].

⁶ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020SC0098&from=EN>

em termos de custos e justa para a neutralidade climática e facilitar a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, em especial os mais poluentes, garantido, simultaneamente, condições de concorrência equitativas no mercado interno. As presentes orientações são o resultado dessa revisão.

5. Para impedir que as subvenções estatais falseiem ou ameacem falsear a concorrência no mercado interno e afetem as trocas comerciais entre Estados-Membros, o artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece o princípio da proibição dos auxílios estatais. Contudo, em certos casos, esses auxílios podem ser compatíveis com o mercado interno, com base no artigo 107.º, n.ºs 2 e 3, do Tratado.
6. Os Estados-Membros têm de notificar os auxílios estatais nos termos do artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, com exceção das medidas que preenchem as condições previstas num regulamento de isenção por categoria adotado pela Comissão nos termos do artigo 1.º do Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho⁷.
7. O presente documento fornece orientações relativas à avaliação que a Comissão realizará da compatibilidade das medidas de auxílio à proteção do ambiente, incluindo a proteção do clima, e à energia sujeitas ao requisito de notificação por força do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado. Deve-se entender que as referências à «proteção do ambiente» nas presentes orientações constituem referências à proteção do ambiente, incluindo a proteção do clima.
8. Nos termos do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado, uma medida de auxílio pode ser declarada compatível com o mercado interno desde que estejam preenchidas duas condições, uma positiva e uma negativa. A condição positiva exige que o auxílio facilite o desenvolvimento de uma atividade económica. A condição negativa exige que o auxílio não afete negativamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrarie o interesse comum.
9. Embora seja geralmente aceite que os mercados concorrenciais tendem a produzir resultados eficientes em termos de preços, produto e utilização de recursos, a intervenção do Estado pode ser necessária para facilitar o desenvolvimento de certas atividades económicas que não se desenvolveriam ou não se desenvolveriam ao mesmo ritmo ou nas mesmas condições na ausência do auxílio. Por conseguinte, a intervenção contribui para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.
10. No contexto da proteção do ambiente, as externalidades ambientais, as imperfeições da informação e as falhas na coordenação implicam a possibilidade de os participantes no mercado não terem plenamente em conta os custos e benefícios de uma atividade económica ao tomarem decisões de consumo, investimento e produção, sem embargo de eventuais intervenções regulamentares. Estas deficiências do mercado, ou seja, situações nas quais os mercados, entregues a si próprios, não são suscetíveis de produzir resultados eficientes, não conduzem, necessariamente, ao maior bem-estar possível dos consumidores e da sociedade em geral, resultando em níveis insuficientes de proteção

⁷ Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho, de 13 de julho de 2015, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais (JO L 248 de 24.9.2015, p. 1).

do ambiente no que respeita às atividades económicas realizadas na ausência da assistência do Estado.

2. ÂMBITO E DEFINIÇÕES

2.1 Âmbito de aplicação

11. As presentes orientações são aplicáveis aos auxílios estatais concedidos para facilitar o desenvolvimento de atividades económicas de maneira que melhorem a proteção do ambiente, bem como as atividades no setor da energia que se regem pelo Tratado na medida em que essas medidas de auxílio sejam abrangidas pela secção 2.2 das presentes orientações. Por conseguinte, as presentes orientações aplicam-se igualmente aos setores sujeitos a regras específicas da União em matéria de auxílios estatais, exceto disposição em contrário dessas regras específicas da União ou se estas contiverem disposições em matéria de auxílios para a proteção do ambiente ou de auxílios no setor da energia aplicáveis à mesma medida, prevalecendo, nesse caso, as regras específicas do setor. As presentes orientações prevalecem sobre o n.º 17, alínea b) das Orientações relativas à aviação⁸ no que respeita às medidas de auxílio à proteção do ambiente a favor de grandes aeroportos com um volume de passageiros superior a 5 milhões por ano, sem prejuízo de posteriores alterações dessas orientações.
12. As presentes orientações não são aplicáveis:
 - (a) À conceção e ao fabrico de produtos respeitadores do ambiente, máquinas ou meios de transporte tendo em vista o seu funcionamento com base num menor consumo de recursos naturais e medidas adotadas em centrais ou outras unidades de produção para melhorar a segurança ou a higiene⁹;
 - (b) A auxílios estatais à investigação, ao desenvolvimento e à inovação, que estão sujeitos às regras previstas na Comunicação da Comissão relativa ao Enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação¹⁰;
 - (c) Aos auxílios estatais destinados a reforçar a biodiversidade abrangidos por outras regras relativas a auxílios estatais (nomeadamente, as regras da prestação de serviços de interesse económico geral¹¹, dos auxílios estatais no setor da

⁸ Comunicação da Comissão – Orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas (JO C 99 de 4.4.2014, p. 3).

⁹ Regra geral, os auxílios à proteção do ambiente provocam menores distorções e são mais eficazes se forem concedidos a consumidores/utilizadores de produtos respeitadores do ambiente em vez de o serem a produtores/fabricantes do produto respeitador do ambiente. Tal não obsta à possibilidade de os Estados-Membros concederem auxílios estatais às empresas destinados a reforçar o nível de proteção do ambiente das suas atividades de produção.

¹⁰ Comunicação da Comissão – Enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (JO C 198 de 27.6.2014, p. 1).

¹¹ Comunicação da Comissão – Enquadramento da União Europeia aplicável aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público (JO C 8 de 11.1.2012, p. 15).

agricultura e silvicultura¹² ou dos setores de produção primária das pescas e da aquicultura¹³);

(d) Aos auxílios estatais à energia nuclear.

13. Os auxílios à proteção do ambiente não podem ser concedidos a empresas em dificuldade na aceção das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade¹⁴.
14. Ao apreciar um auxílio a favor de uma empresa objeto de uma injunção de recuperação pendente na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declare um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, a Comissão terá em conta o montante de auxílio que está ainda por recuperar¹⁵.

2.2 Medidas de auxílio abrangidas pelas presentes orientações

15. A Comissão identificou um conjunto de categorias no domínio da proteção do ambiente e da energia relativamente às quais os auxílios estatais podem ser compatíveis com o mercado interno nos termos do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado sob determinadas condições:
- (a) Auxílios à redução das emissões e remoção de gases com efeito de estufa, nomeadamente por meio do apoio à energia renovável;
 - (b) Auxílios à melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios;
 - (c) Auxílios à aquisição e locação financeira de veículos de transporte não poluentes (utilizados no transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, em vias navegáveis interiores, marítimo e costeiro de passageiros e mercadorias), à adaptação dos veículos de transporte que lhes permita serem considerados veículos de transporte não poluentes, bem como auxílios ao equipamento de serviços não poluente;
 - (d) Auxílios à implantação de infraestrutura de carregamento ou abastecimento de veículos de transporte com nível nulo de emissões e não poluentes;
 - (e) Auxílios à eficiência dos recursos e destinados a apoiar a transição para uma economia circular;
 - (f) Auxílios à prevenção ou redução da poluição não proveniente de gases com efeito de estufa;

Deleted: de zero

¹² Orientações da União Europeia relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais para 2014-2020 (JO C 204 de 1.7.2014, p. 1).

¹³ Comunicação da Comissão – Orientações para o exame dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura (JO C 217 de 2.7.2015, p. 1).

¹⁴ Comunicação da Comissão – Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade (JO C 249 de 31.7.2014, p. 1).

¹⁵ Ver acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 13 de setembro de 1995 nos processos apensos T-244/93 e T-486/93, TWD/Comissão ECLI:EU:T:1995:160, n.º 56. Ver igualmente a Comunicação da Comissão relativa à recuperação de auxílios estatais ilegais e incompatíveis C/2019/5396 (JO C 247 de 23.7.2019, p. 1).

- (g) Auxílios à remediação de sítios contaminados, à reabilitação de *habitats* naturais e ecossistemas, à proteção ou restauração da biodiversidade e a soluções de adaptação às alterações climáticas baseadas na natureza;
- (h) Auxílios sob a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais;
- (i) Auxílios à segurança do abastecimento de eletricidade;
- (j) Auxílios às infraestruturas energéticas;
- (k) Auxílios a favor do aquecimento e arrefecimento urbano;
- (l) Auxílios sob a forma de reduções das taxas da eletricidade para utilizadores energeticamente intensivos;
- (m) Auxílios ao encerramento de explorações de carvão, turfa e xisto betuminoso;
- (n) Auxílios aos estudos ou serviços de consultoria em matéria de proteção do ambiente e energia.

2.3 Estrutura das orientações

- 16. O capítulo 3 descreve os critérios de compatibilidade aplicáveis de modo geral às diversas categorias de auxílios abrangidos pelas orientações. A secção 3.2.1.3.1 relativa à cumulação aplica-se a todas as categorias de auxílios abrangidas pelas presentes orientações. O capítulo 4 estabelece os critérios de compatibilidade específicos aplicáveis às medidas de auxílio abrangidas pelas diversas secções do capítulo. Os critérios de compatibilidade no capítulo 3 são aplicáveis sob reserva de disposições mais específicas estabelecidas nas secções específicas do capítulo 4.
- 17. As condições estabelecidas nas presentes orientações aplicam-se aos regimes de auxílio e aos auxílios individuais, sejam eles baseados num regime de auxílios ou concedidos de modo *ad hoc*, salvo disposição em contrário.

2.4 Definições

- 18. Para efeitos das presentes orientações, são aplicáveis as definições que se seguem. Entende-se por:
 - (1) «Auxílio *ad hoc*», um auxílio não concedido com base num regime de auxílio;
 - (2) «Intensidade de auxílio», o montante bruto do auxílio expresso em percentagem dos custos elegíveis. Todos os valores utilizados devem corresponder aos montantes antes de impostos ou outras taxas. Sempre que um auxílio for concedido sob uma forma distinta da subvenção, o montante do auxílio tem de corresponder ao seu equivalente-subvenção bruto. O auxílio a pagar em várias frações será calculado ao seu valor no momento da concessão. A taxa de juro a utilizar para efeitos de atualização e para o cálculo do montante do auxílio no caso de um empréstimo em condições preferenciais é a taxa de referência aplicável no momento da concessão. A intensidade de auxílio é calculada para cada beneficiário;

- (3) «Regiões assistidas», as regiões que, no momento da concessão do auxílio, são designadas num mapa de auxílios regionais aprovado em aplicação do artigo 107.º, n.º 3, alíneas a) e c), do Tratado;
- (4) «Balanço», no que respeita à eletricidade, o mesmo que balanço na aceção do artigo 2.º, ponto 10, do Regulamento (UE) 2019/943 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁶;
- (5) «Agente de mercado responsável pela liquidação de desvios» (BRP), um agente de mercado responsável pela liquidação de desvios na aceção do artigo 2.º, ponto 14, do Regulamento (UE) 2019/943;
- (6) «Biodiversidade», o mesmo que biodiversidade na aceção do artigo 2.º, ponto 15, do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁷;
- (7) «Biocombustíveis», os biocombustíveis na aceção do artigo 2.º, ponto 33, da Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁸;
- (8) «Biogás», o mesmo que biogás na aceção do artigo 2.º, ponto 28, da Diretiva (UE) 2018/2001;
- (9) «Biolíquidos», os biolíquidos na aceção do artigo 2.º, ponto 32, da Diretiva (UE) 2018/2001;
- (10) «Biomassa», a fração biodegradável de produtos, resíduos e detritos de origem biológica, na aceção do artigo 2.º, ponto 24, da Diretiva (UE) 2018/2001;
- (11) «Combustíveis biomássicos», os combustíveis biomássicos na aceção do artigo 2.º, ponto 27, da Diretiva (UE) 2018/2001;
- (12) «Mecanismo de capacidade», uma medida de segurança do abastecimento de eletricidade na aceção do Regulamento (UE) 2019/943;
- (13) «Captura e armazenamento de carbono» ou «CAC», um conjunto de tecnologias que capturam o dióxido de carbono (CO₂) emitido pelas instalações industriais que utilizam combustíveis fósseis ou biomassa, incluindo centrais elétricas e instalações de produção de energia a partir de resíduos, [ou que o capturam diretamente do ar ambiente,] o transportam para um local de armazenamento e o injetam em formações geológicas subterrâneas adequadas, tendo em vista o armazenamento permanente de CO₂;
- (14) «Captura e utilização de carbono» ou «CUC», um conjunto de tecnologias que capturam o CO₂ emitido pelas instalações industriais que utilizam combustíveis

¹⁶ Regulamento (UE) 2019/943 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, relativo ao mercado interno da eletricidade (JO L 158 de 14.6.2019, p. 54).

¹⁷ Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e que altera o Regulamento (UE) 2019/2088 (JO L 198 de 22.6.2020, p. 13).

¹⁸ Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (JO L 328 de 21.12.2018, p. 82).

fósseis ou biomassa, incluindo centrais elétricas e instalações de produção de energia a partir de resíduos, [ou que o capturam diretamente do ar ambiente,] e o transportam para um local de consumo de CO₂;

- (15) «Equivalente CO₂», uma medida de comparação das emissões de diversos gases com efeito de estufa baseada no potencial de aquecimento global¹⁹, a qual converte as quantidades dos outros gases para uma quantidade equivalente de dióxido de carbono com o mesmo potencial de aquecimento global;
- (16) «Remoção de CO₂», as atividades antropogénicas de remoção de CO₂ da atmosfera e armazenamento estável do mesmo em reservatórios geológicos, terrestres ou oceânicos ou em produtos. Inclui o incremento antropogénico, existente ou latente, de sumidouros biológicos ou geoquímicos e a captura direta de ar e o seu armazenamento, mas não a absorção natural de CO₂ que não seja diretamente provocada por atividades humanas;
- (17) «Regime de certificados» ou «regime de obrigações do fornecedor», um regime no qual se cria valor pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços mediante a certificação desses bens ou serviços e a imposição aos fornecedores ou consumidores de uma obrigação de aquisição de certificados;
- (18) «Equipamento de assistência em escala não poluente», o equipamento utilizado em atividades auxiliares dos transportes aéreos com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape);
- (19) «Equipamento de terminais não poluente», o equipamento utilizado no carregamento e descarregamento e no transbordo de mercadorias e unidades de carga intermodal, bem como no deslocamento de carga na superfície do terminal, com nível nulo de emissões diretas (medidas no tubo de escape) de CO₂;
- (20) «Veículo de transporte não poluente»:
 - (a) Um veículo rodoviário das categorias M1, M2 e N1 que satisfaça as condições da definição de «veículo não poluente» estabelecida no artigo 4.º, ponto 4, alínea a), da Diretiva (UE) 2019/1161 do Parlamento Europeu e do Conselho²⁰;
 - (b) Um veículo rodoviário da categoria M3, N2 ou N3 que satisfaça as seguintes condições:
 - até 31 de dezembro de 2025, no que respeita aos veículos abrangidos pelo Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do

¹⁹ Na aceção do relatório de avaliação mais recente do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas.

²⁰ Diretiva (UE) 2019/1161 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que altera a Diretiva 2009/33/CE relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes (JO L 188 de 12.7.2019, p. 116).

- Conselho²¹: a definição de «veículo pesado com um nível baixo de emissões» estabelecida no artigo 3.º, ponto 12, do referido regulamento,
- até 31 de dezembro de 2025, no que respeita aos veículos não abrangidos pelo Regulamento (UE) 2019/1242: a definição de «veículo não poluente» estabelecida no artigo 4.º, ponto 4, alínea b), da Diretiva (UE) 2019/1161,
 - a partir de 1 de janeiro de 2026: a definição de «veículo pesado com nível nulo de emissões» estabelecida no artigo 4.º, ponto 5, da Diretiva (UE) 2019/1161;
- (c) Um veículo da categoria L (veículos com duas ou três rodas ou quadriciclos) com emissões de CO₂ pelo tubo de escape iguais a 0 g equivalente CO₂/km calculadas em conformidade com o ensaio de emissões estabelecido no artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 168/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho²²;
- (d) Uma embarcação de navegação interior de transporte de passageiros e mercadorias com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape); ou, até 31 de dezembro de 2025:
- (i) uma embarcação de navegação interior de transporte de mercadorias com emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape) por tonelada quilómetro (gCO₂/tkm), calculadas (ou estimadas no caso das embarcações novas) por meio do indicador operacional da eficiência energética²³, 50 % inferiores ao valor de referência médio das emissões de CO₂ definido para os veículos pesados (subgrupo de veículos 5-LH) nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/1242,
 - (ii) uma embarcação de navegação interior de transporte de passageiros com um motor híbrido ou bicarburante que obtenha no seu funcionamento normal, pelo menos, 50 % da sua energia a partir de combustíveis com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape) ou de alimentação de corrente;
- (e) Um navio de mar e costeiro de transporte de passageiros ou mercadorias ou uma embarcação dedicada a operações portuárias ou atividades auxiliares

²¹ Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos veículos pesados novos e que altera os Regulamentos (CE) n.º 595/2009 e (UE) 2018/956 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 96/53/CE do Conselho (JO L 198 de 25.7.2019, p. 202).

²² Regulamento (UE) n.º 168/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2013, relativo à homologação e fiscalização do mercado dos veículos de duas ou três rodas e dos quadriciclos (JO L 60 de 2.3.2013, p. 52).

²³ Por «indicador operacional da eficiência energética» entende-se a razão da massa de CO₂ emitido por unidade de atividade de transporte. Trata-se de um valor representativo da eficiência energética do navio durante um período consistente, que representa o padrão de comércio global da embarcação. O documento MEPC.1/Circ. 684, da OMI, formula orientações sobre o cálculo deste indicador.

com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape); ou, até 31 de dezembro de 2025:

- (i) uma embarcação com um motor híbrido ou bicarburante que obtenha no seu funcionamento normal no mar e nos portos, pelo menos, 25 % da sua energia a partir de combustíveis com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape) ou de alimentação de corrente,
- (ii) uma embarcação que tenha alcançado um valor do índice nominal de eficiência energética (EEDI) 10 % abaixo dos requisitos EEDI aplicáveis em 1 de abril de 2022²⁴ e preparada para funcionar com combustíveis com um nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape) ou combustíveis provenientes de fontes renováveis;
- (f) Um navio de mar e costeiro utilizado exclusivamente na prestação de serviços costeiros e serviços marítimos de curta distância que visam permitir a transferência modal para o mar das mercadorias atualmente transportadas por terra e com emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo escape), calculadas utilizando o índice nominal de eficiência energética (EEDI)²⁵ da Organização Marítima Internacional (OMI), 50 % inferiores ao valor médio de referência das emissões de CO₂ definido para os veículos pesados (subgrupo de veículos 5-LH) nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/1242;
- (g) material circulante com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape); ou material circulante com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape) que circule numa via dotada das infraestruturas necessárias ou utilize uma locomotiva convencional na falta de tais infraestruturas (tração dual);
- (h) Uma aeronave com um valor métrico certificado que exceda, no mínimo, 10 % as mais recentes normas de proteção do ambiente da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) constantes do anexo 16 da Convenção de Chicago²⁶, incluindo os valores métricos de CO₂ para aeronaves de «novo tipo», conforme referidas no artigo 9.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2018/1139²⁷; ou, se já exceder as mais recentes normas de proteção do

²⁴ Requisitos EEDI, conforme acordado pelo Comité para a Proteção do Meio Marinho da Organização Marítima Internacional na sua septuagésima quinta sessão. As embarcações que correspondem aos tipos de navios definidos no anexo VI, regra 2, da Convenção MARPOL, mas que não se consideram navios novos ao abrigo dessa regra, podem apresentar o valor EEDI atingido calculado numa base voluntária em conformidade com o disposto no anexo VI, capítulo 4, da MARPOL e obter a verificação desses cálculos em conformidade com o anexo VI, capítulo 2, da dita convenção.

²⁵ Índice nominal de eficiência energética:
<http://www.imo.org/fr/MediaCentre/HotTopics/GHG/Pages/EEDI.aspx>.

²⁶ Convenção relativa à aviação civil internacional, assinada em Chicago em 7 de dezembro de 1944.

²⁷ Regulamento (UE) 2018/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2018, relativo a regras comuns no domínio da aviação civil que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação, altera os Regulamentos (CE) n.º 2111/2005, (CE) n.º 1008/2008, (UE) n.º 996/2010 e (UE) n.º 376/2014 e as Diretivas 2014/30/UE e 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga os

ambiente em matéria de ruído e emissões da OACI relativas às aeronaves de «novo tipo», constantes do anexo 16 da Convenção de Chicago e conforme referidas no artigo 9.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2018/1139, uma aeronave que proporcione uma melhoria do nível de proteção do ambiente de, pelo menos, 10 % em comparação com a aeronave objeto de substituição;

- (21) «Equipamento de serviços não poluente», o equipamento de terminais não poluente e o equipamento de assistência em escala não poluente;
- (22) «Cogeração» ou «produção combinada calor-eletricidade», a cogeração na aceção do artigo 2.º, ponto 30, da Diretiva (UE) 2012/27 do Parlamento Europeu e do Conselho²⁸;
- (23) «Sítio contaminado», o sítio em que se verifique uma presença confirmada, causada pela atividade humana, de materiais e substâncias perigosas a um tal nível que constituem um risco significativo para a saúde humana ou o ambiente, tendo em consideração a utilização atual do terreno e a utilização futura aprovada;
- (24) «Projeto de demonstração», um projeto demonstrativo de uma tecnologia única no seu género na União e representando uma inovação substantiva que transcende o estado da técnica a nível comercial;
- (25) «Digitalização», a adoção de tecnologias realizadas por dispositivos e/ou sistemas eletrónicos que permitem aumentar a funcionalidade do produto, desenvolver serviços em linha, modernizar os processos ou migrar para modelos de negócios baseados na desintermediação da produção de bens e da prestação de serviços para, por fim, produzir um impacto transformador;
- (26) «Eliminação», a eliminação na aceção do artigo 3.º, ponto 19, da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho²⁹;
- (27) «Operador da rede de distribuição» (ORD), um operador da rede de distribuição na aceção do artigo 2.º, ponto 29, da Diretiva (UE) 2019/944 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- (28) «Aquecimento urbano» e «arrefecimento urbano», as redes urbanas de aquecimento e redes urbanas de arrefecimento na aceção do artigo 2.º, ponto 19, da Diretiva (UE) 2010/31 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- (29) «Sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano», as instalações de geração de calor (instalações de produção de calor/frio) e a rede de armazenamento e

Regulamentos (CE) n.º 552/2004 e (CE) n.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (CEE) n.º 3922/91 do Conselho.

²⁸ Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE (JO L 315 de 14.11.2012, p. 1), com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2018/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018.

²⁹ Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos e que revoga certas diretivas (JO L 312 de 22.11.2008, p. 3).

distribuição do calor/frio (tanto a rede «primária» ou de transmissão como a rede «secundária» de condutas para fornecer calor aos consumidores). Entende-se que a referência ao aquecimento urbano constitui uma referência aos sistemas de aquecimento e/ou arrefecimento urbano, consoante as redes forneçam calor ou frio em conjunto ou separadamente;

- (30) «Eco-inovação», todas as formas de atividades inovadoras, nomeadamente novos processos de produção, novos produtos ou serviços e novos métodos de gestão e empresariais, que resultem ou visem uma melhoria significativa da proteção do ambiente e que reduzam significativamente os impactos ambientais da poluição. Para efeitos desta definição, não são consideradas inovações:
- (a) As atividades que conduzam a meras alterações ou melhorias de pequena importância na proteção ambiental;
 - (b) Um aumento da capacidade de produção ou de prestação de serviços através da implantação de sistemas de fabrico ou logísticos que sejam muito análogos aos já utilizados;
 - (c) As alterações das práticas empresariais, da organização do local de trabalho ou das relações externas baseadas nos métodos organizativos já utilizados na empresa;
 - (d) As alterações na estratégia de gestão;
 - (e) As fusões e aquisições;
 - (f) A cessação da utilização de um processo;
 - (g) A mera substituição ou extensão dos bens de capital;
 - (h) As alterações unicamente decorrentes de variações do preço dos fatores, a produção personalizada, as alterações sazonais periódicas e outras alterações cíclicas;
 - (i) o comércio de produtos novos ou significativamente melhorados;
- (31) «Ecossistema», um ecossistema na aceção do artigo 2.º, ponto 13, do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- (32) «Eficiência energética», o rácio entre o resultado em termos do desempenho, serviços, bens ou energia gerados e a energia utilizada para o efeito;
- (33) «Rede de aquecimento e arrefecimento urbano energeticamente eficiente», uma rede de aquecimento e arrefecimento urbano eficiente na aceção do artigo 2.º, ponto 41, da Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, referida

no artigo 2.º, ponto 20, da Diretiva 2018/2001/UE do Parlamento Europeu e do Conselho³⁰;

- (34) «Energia a partir de fontes renováveis», a energia produzida por centrais que utilizam unicamente fontes de energia renováveis na aceção do artigo 2.º, ponto 1, da Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho³¹, bem como a proporção, em termos de valor calorífico, da energia produzida a partir de fontes de energia renováveis em centrais híbridas que utilizam igualmente fontes de energia convencionais e inclui a eletricidade de fontes renováveis utilizada no abastecimento dos sistemas de armazenamento ligados a montante do contador (sejam eles instalados conjuntamente ou enquanto elemento suplementar da instalação renovável), mas exclui a eletricidade produzida a partir destes sistemas;
- (35) «Infraestrutura energética», qualquer equipamento físico ou instalação que esteja localizado na União ou que ligue a União a um ou mais países terceiros e que pertença às seguintes categorias:
- (a) Em relação à eletricidade:
- (i) redes de transporte e distribuição, entendendo-se por «transporte» o transporte de eletricidade, mas sem incluir o fornecimento, numa rede interligada de muito alta tensão e de alta tensão, para efeitos de fornecimento a clientes finais ou a distribuidores, e por «distribuição», o transporte de eletricidade em redes de distribuição de alta, média e baixa tensão, para efeitos de entrega aos clientes, mas sem incluir o fornecimento,
- (ii) qualquer equipamento ou instalação essencial para as redes mencionadas na subalínea i) funcionarem de modo seguro, protegido e eficiente, incluindo os sistemas de proteção, monitorização e controlo a todos os níveis de tensão e subestações,
- (iii) componentes de rede completamente integrados na aceção do artigo 2.º, ponto 51, da Diretiva (UE) 2019/944 do Parlamento Europeu e do Conselho³²,
- (iv) redes elétricas inteligentes, expressão pela qual se entende os sistemas e componentes que integram tecnologias da informação e comunicação, através de plataformas digitais operacionais, sistemas de controlo e tecnologias de sensores utilizados tanto a nível do transporte como da distribuição, tendo em vista uma rede de transporte e distribuição de

³⁰ Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE (JO L 315 de 14.11.2012, p. 1), com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2018/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018.

³¹ Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (JO L 328 de 21.12.2018, p. 82).

³² Diretiva (UE) 2019/944 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, relativa a regras comuns para o mercado interno da eletricidade e que altera a Diretiva 2012/27/UE (JO L 158 de 14.6.2019, p. 125).

eletricidade mais eficiente e mais inteligente, bem como uma maior capacidade de integração de novas formas de produção, armazenamento e consumo e facilitando novos modelos económicos e novas estruturas de mercado,

- (v) redes elétricas ao largo, expressão pela qual se entende qualquer equipamento ou instalação da infraestrutura de transporte ou distribuição da eletricidade, na aceção da subalínea i), com dupla funcionalidade: interligação e transporte ou distribuição de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis ao largo a partir dos locais de produção ao largo para dois ou mais países. Inclui todo o equipamento ou instalações adjacentes ao largo indispensáveis para assegurar a segurança, a proteção e a eficiência do funcionamento da rede, nomeadamente os sistemas de proteção, monitorização e controlo e as subestações necessárias, se também garantirem a interoperabilidade tecnológica, nomeadamente a compatibilidade das interfaces entre as diferentes tecnologias;
- (b) Em relação ao gás natural:
- (i) gasodutos de transporte e distribuição de gás natural, de biogás e de gases renováveis de origem não biológica que fazem parte de uma rede, com exclusão dos gasodutos de alta pressão utilizados na distribuição a montante de gás natural,
 - (ii) instalações subterrâneas de armazenamento ligadas aos gasodutos de alta pressão referidos na subalínea i),
 - (iii) instalações de receção, armazenamento e regaseificação ou descompressão de gás natural liquefeito (GNL) ou gás natural comprimido (GNC),
 - (iv) equipamento ou instalações essenciais ao funcionamento seguro, protegido e eficiente do sistema ou destinados a permitir uma capacidade bidirecional, incluindo estações de compressão,
 - (v) redes de gás inteligentes, expressão pela qual se entende um dos seguintes equipamentos ou instalações que visam favorecer e facilitar a integração dos gases renováveis e hipocarbónicos (incluindo o biometano e o hidrogénio) na rede: sistemas e componentes digitais que integram tecnologias da informação e comunicação, sistemas de controlo e tecnologias de sensores que permitam o acompanhamento interativo e inteligente, a utilização de contadores, o controlo de qualidade e a gestão da produção, do transporte, da distribuição e do consumo de gás numa rede de gás. Além disso, as redes inteligentes também podem incluir equipamentos que permitam a inversão dos fluxos da distribuição para o transporte, bem como as necessárias melhorias correspondentes da rede existente;
- (c) Em relação ao hidrogénio:

- (i) gasodutos de transporte de alta pressão de hidrogénio, bem como gasodutos de distribuição a nível local de hidrogénio, dando acesso a diversos utilizadores da rede de modo transparente e não discriminatório,
- (ii) instalações subterrâneas de armazenamento ligadas aos gasodutos de transporte de hidrogénio de alta pressão ou de distribuição referidos na subalínea i),
- (iii) instalações de expedição, receção, armazenamento, regaseificação ou descompressão de hidrogénio liquefeito ou hidrogénio incorporado noutras substâncias químicas, com o objetivo de injetar o hidrogénio na rede,
- (iv) equipamento ou instalações essenciais ao funcionamento seguro, protegido e eficiente do sistema de hidrogénio ou destinados a permitir uma capacidade bidirecional, incluindo estações de compressão.

Os ativos enunciados nas subalíneas i), ii), iii) e iv) podem ser ativos recém-construídos ou ativos convertidos do gás natural para o hidrogénio («reafetados»), ou uma combinação de ambos.

Os ativos enunciados nas subalíneas i), ii), iii) e iv) que são objeto de acesso por terceiros são considerados infraestruturas energéticas.

(d) Em relação ao dióxido de carbono:

- (i) gasodutos, exceto a rede de gasodutos a montante, utilizados no transporte de dióxido de carbono a partir de diversas fontes, ou seja, instalações industriais (incluindo centrais elétricas) que produzem dióxido de carbono em gás a partir da combustão ou de outras reações químicas que envolvam componentes que contêm carbono de origem fóssil ou não fóssil, para fins de armazenamento geológico permanente de dióxido de carbono em conformidade com o artigo 3.º da Diretiva 2009/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho³³ ou utilização de dióxido de carbono na alimentação animal ou no intuito de aumentar o rendimento dos processos biológicos,
- (ii) instalações de liquefação e armazenamento intermédio de dióxido de carbono tendo em vista o seu transporte posterior,
- (iii) infraestruturas integradas numa formação geológica utilizada para o armazenamento geológico permanente de dióxido de carbono nos termos do artigo 3.º da Diretiva 2009/31/CE e as correspondentes instalações de superfície e de injeção,

³³ Diretiva 2009/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, relativa ao armazenamento geológico de dióxido de carbono e que altera a Diretiva 85/337/CEE do Conselho, as Diretivas 2000/60/CE, 2001/80/CE, 2004/35/CE, 2006/12/CE e 2008/1/CE e o Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 140 de 5.6.2009, p. 114).

- (iv) equipamento ou instalações essenciais ao funcionamento correto, seguro, protegido e eficiente do sistema incluindo sistemas de proteção, monitorização e controlo.

Os ativos enunciados nas subalíneas i), ii), iii) e iv) que são objeto de acesso por terceiros são considerados infraestruturas energéticas.

- (e) Infraestrutura utilizada para o transporte ou a distribuição de calor/vapor a partir de diversos produtores/utilizadores, com base na utilização de calor/vapor com nível nulo de emissões de carbono/hipocarbónico ou de calor residual proveniente de aplicações industriais;
- (f) Projetos de interesse comum na aceção do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 347/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e na aceção do artigo 170.º do TFUE³⁴.
- (g) Outras categorias de infraestrutura, no que respeita às infraestruturas que permitem a ligação física ou sem fios de produtores e utilizadores à energia com nível nulo de emissões de carbono/hipocarbónica a partir de diversos pontos de acesso e de saída abertas a terceiros que não pertencem às empresas detentoras/gestoras das infraestruturas;

Os ativos enunciados nas alíneas a) a g) construídos para um utilizador ou um pequeno grupo de utilizadores previamente identificados e que sejam adaptados às necessidades destes («infraestrutura específica») não são considerados infraestruturas energéticas;

- (36) «Desempenho energético», o desempenho energético de um edifício na aceção do artigo 2.º, ponto 4, da Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho³⁵;
- (37) «Economias de energia», as economias de energia na aceção do artigo 2.º, ponto 5, da Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho³⁶;
- (38) «Proteção do ambiente», toda a ação destinada a sanar ou impedir a poluição ou outros danos ao meio físico, aos ecossistemas ou aos recursos naturais provocados pelas atividades humanas, nomeadamente as ações que visam atenuar as alterações climáticas, reduzir o risco desses danos, proteger e restaurar a biodiversidade ou permitir uma utilização mais eficiente dos recursos naturais, incluindo medidas de economia de energia e a utilização de fontes de energia renováveis e outras técnicas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito

³⁴ Regulamento (UE) n.º 347/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE e altera os Regulamentos (CE) n.º 713/2009, (CE) n.º 714/2009 e (CE) n.º 715/2009 (JO L 115 de 25.4.2013, p. 39).

³⁵ Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios (JO L 153 de 18.6.2010, p. 13).

³⁶ Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE (JO L 315 de 14.11.2012, p. 1).

de estufa e outros poluentes, bem como as que visam a transição para modelos de economia circular a fim de reduzir a utilização de matérias virgens e aumentar a eficiência. Abrange igualmente as ações que reforçam a capacidade de adaptação e minimizam a vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas;

- (39) «Imposto ambiental», um imposto cuja base tributável específica tem um efeito negativo patente no ambiente e cujo objetivo consiste em tributar certas atividades, bens ou serviços para que os custos ambientais a eles inerentes possam ser incluídos no preço ou para que os produtores e consumidores sejam orientados para atividades mais favoráveis ao ambiente;
- (40) «Adequação dos recursos», um nível de capacidade de produção considerado adequado para responder aos níveis de procura no Estado-Membro, num determinado período, baseado num indicador estatístico convencional utilizado por organizações reconhecidas pelas instituições da União por desempenharem um papel essencial na criação de um mercado único da eletricidade, como por exemplo a Rede Europeia dos Operadores das Redes de Transporte de Eletricidade (REORTE);
- (41) «Produtor de energia», uma empresa que produz energia elétrica para fins comerciais;
- (42) «Cogeração de elevada eficiência», a cogeração de elevada eficiência na aceção do artigo 2.º, ponto 34, da Diretiva 2012/27/UE;
- (43) «Desvios», os desvios entre produção, consumo e operações comerciais de um BRP num dado período de liquidação de desvios;
- (44) «Liquidação de desvios», um mecanismo de ajustamento financeiro que visa recuperar os custos do balanço aplicáveis aos desvios dos BRP;
- (45) «Período de liquidação de desvios», o período de liquidação de desvios na aceção do artigo 2.º, ponto 15, do Regulamento (UE) 2019/943;
- (46) «Auxílios individuais», os auxílios *ad hoc* e os auxílios sujeitos a notificação, concedidos ao abrigo de um regime de auxílios;
- (47) «Regime de interruptibilidade», uma medida de segurança do abastecimento de eletricidade destinada a assegurar uma frequência estável na rede elétrica e resolver problemas de segurança do abastecimento de longo prazo, nomeadamente por meio da interrupção da carga;
- (48) «Solução baseada na natureza», uma ação de proteção, gestão sustentável e restauração de ecossistemas naturais ou modificados que dá resposta a desafios sociais de modo eficaz e adaptável, proporcionando ao mesmo tempo bem-estar às pessoas e benefícios decorrentes da biodiversidade;
- (49) «Reserva da rede», uma medida de segurança do abastecimento de eletricidade destinada a compensar uma insuficiência sistémica e de longo prazo na rede de transmissão ou distribuição de eletricidade;

- (50) «Poluente», um poluente na aceção do artigo 2.º, ponto 10, do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- (51) «Poluidor», aquele que direta ou indiretamente degrada o ambiente ou cria condições conducentes a essa degradação³⁷;
- (52) «Poluição», a poluição na aceção do artigo 3.º, ponto 2, da Diretiva 2010/75/UE³⁸;
- (53) «Princípio do poluidor-pagador», os custos da luta contra a poluição devem ser imputados ao poluidor que a origina;
- (54) «Preparação para reutilização», a preparação para reutilização na aceção do artigo 3.º, ponto 16, da Diretiva 2008/98/CE;
- (55) «Infraestruturas de carregamento», infraestruturas fixas ou móveis que fornecem eletricidade a veículos de transporte ou equipamento de serviços não poluente;
- (56) «Valorização», a valorização na aceção do artigo 3.º, ponto 15, da Diretiva 2008/98/CE;
- (57) «Reciclagem», a reciclagem na aceção do artigo 3.º, ponto 17, da Diretiva 2008/98/CE;
- (58) «Projeto de referência», um projeto exemplificativo representativo de um projeto habitual na categoria de beneficiários elegíveis de um regime de auxílios;
- (59) «Infraestrutura de abastecimento», as infraestruturas fixas ou móveis que permitem fornecer a veículos de transporte não poluentes ou de zero emissões combustíveis alternativos referidos nos artigos 5.º e 6.º da Diretiva 2014/94/UE;
- (60) «Reabilitação», as medidas de gestão destinadas a recuperar um nível de funcionamento do ecossistema em sítios degradados que têm como objetivo renovar e prosseguir a prestação de serviços ecossistémicos e não a biodiversidade e integridade de um ecossistema natural ou seminatural de referência;
- (61) «Remediação», as atividades de gestão, como a remoção ou descontaminação de contaminantes ou nutrientes em excesso do solo ou das águas, que visam remover as fontes de degradação;
- (62) «Fontes de energia renováveis», a energia de fontes renováveis ou energia renovável na aceção do artigo 2.º, ponto 1, da Diretiva (UE) 2018/2001;
- (63) «Combustíveis líquidos e gasosos renováveis de origem não biológica para os transportes», os combustíveis líquidos e gasosos renováveis de origem não biológica para os transportes na aceção do artigo 2.º, ponto 36, da Diretiva (UE) 2018/2001;

³⁷ Recomendação do Conselho, de 3 de março de 1975, relativa à imputação dos custos e à intervenção dos poderes públicos em matéria de ambiente (JO L 194 de 25.7.1975, p. 1).

³⁸ Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) (JO L 334 de 17.12.2010, p. 17).

- (64) «Eficiência dos recursos», a redução da quantidade de fatores de produção necessários para produzir uma unidade de produção ou a substituição de fatores de produção primários por secundários;
- (65) «Restauração», o processo de prestação de assistência à recuperação de um ecossistema a fim de conservar a biodiversidade e a resiliência do ecossistema. A restauração de ecossistemas inclui as medidas que visam a melhoria das condições de um ecossistema e a recriação ou o restabelecimento de um ecossistema que tenha perdido essas condições;
- (66) «Reutilização», a reutilização na aceção do artigo 3.º, ponto 13, da Diretiva 2008/98/CE;
- (67) «Pequenas e médias empresas» («PME»), as empresas que preenchem as condições estabelecidas na Recomendação da Comissão relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas³⁹;
- (68) «Pequena empresa de média capitalização», uma empresa que não é uma PME e cujo número de trabalhadores não excede 499, calculado em conformidade com o anexo I, artigos 3.º a 6.º, do Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão⁴⁰, e cujo volume de negócios anual não excede 100 milhões de EUR ou cujo balanço anual não excede 86 milhões de EUR. Considerar-se-á que diversas entidades constituem uma empresa se estiver preenchida uma das condições enunciadas no anexo I, artigo 3.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão;
- (69) «Aptidão para tecnologias inteligentes», a capacidade de os edifícios ou as frações autónomas adaptarem o seu funcionamento às necessidades dos ocupantes, incluindo através da otimização da sua eficiência energética e do seu desempenho global, bem como aos sinais da rede;
- (70) «Responsabilidades normais em matéria de balanço», as responsabilidades não discriminatórias em matéria de balanço em todas as tecnologias que não isentam nenhum produtor de energia dessas responsabilidades tal como estabelecidas no artigo 5.º do Regulamento (UE) 2019/943;
- (71) «Início dos trabalhos», o primeiro compromisso firme (por exemplo, uma encomenda de equipamento ou o início da construção) que torna o investimento irreversível. A aquisição de terrenos e os trabalhos preparatórios como a obtenção de licenças e a realização de estudos de viabilidade preliminares não são considerados o início dos trabalhos. No caso das aquisições, por «início dos trabalhos» entende-se o momento em que se adquirem os ativos diretamente ligados ao estabelecimento adquirido;

³⁹ Recomendação da Comissão, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (JO L 124 de 20.5.2003, p. 36).

⁴⁰ Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 17 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado (JO L 187 de 26.6.2014, p. 1).

- (72) «Reserva estratégica», uma medida de segurança do abastecimento de eletricidade na qual se reserva uma determinada capacidade elétrica, como a produção, o armazenamento ou resposta do lado da procura, fora do mercado da eletricidade que só é despachada em circunstâncias específicas;
- (73) «Custo total da propriedade», o custo total de adquirir e ser proprietário de um veículo durante a totalidade do seu tempo de vida, incluindo o custo da aquisição ou locação do veículo, o custo dos combustíveis, o custo de manutenção e reparação, o custo de seguro, o custo de financiamento e os impostos;
- (74) «Operador da rede de transporte» (ORT), um operador da rede de transporte na aceção do artigo 2.º, ponto 35, da Diretiva (UE) 2019/944 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- (75) «Veículo de transporte», um dos seguintes:
- (a) Um veículo rodoviário da categoria M1, M2, N1, M3, N2, N3 ou L;
 - (b) Uma embarcação de navegação interior ou um navio de mar e costeiro de transporte de passageiros ou mercadorias;
 - (c) Material circulante; ou
 - (d) Uma aeronave;
- (76) «Tratamento», o tratamento na aceção do artigo 3.º, ponto 14, da Diretiva 2008/98/CE;
- (77) «Nível mínimo de tributação da União», o nível mínimo de tributação previsto na legislação da União. No que respeita aos produtos energéticos e à eletricidade, entende-se o nível mínimo de tributação estabelecido no anexo I da Diretiva 2003/96/CE do Conselho⁴¹;
- (78) «Norma da União»:
- (a) Uma norma da União obrigatória que fixa os níveis a atingir em matéria de proteção do ambiente por empresas individuais, exceto as normas e os objetivos fixados a nível da União que são obrigatórios para os Estados-Membros, mas não para as empresas individuais;
 - (b) A obrigação, no âmbito da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho⁴², de aplicar as melhores técnicas disponíveis (MTD) e de assegurar que os níveis de emissão de poluentes não são superiores aos que seriam registados se as MTD fossem aplicadas. Nos casos em que tenham sido definidos valores de emissão associados às MTD nos atos de execução

⁴¹ Diretiva 2003/96/CE do Conselho, de 27 de outubro de 2003, que reestrutura o quadro comunitário de tributação dos produtos energéticos e da eletricidade (JO L 283 de 31.10.2003, p. 51).

⁴² Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) (JO L 334 de 17.12.2010, p. 17).

adotados ao abrigo da Diretiva 2010/75/UE, esses valores serão aplicáveis para efeitos das presentes orientações; quando esses valores forem expressos como um leque de níveis de emissões, será aplicável o limite em que as MTD primeiro se alcançam;

(79) «Resíduos», os resíduos na aceção do artigo 3.º, ponto 1, da Diretiva 2008/98/CE;

(80) «Veículo de transporte de zero emissões»:

- (a) Um veículo comercial da categoria M1, M2 ou N1 de zero emissões de escape, determinadas em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/1151⁴³;
- (b) Um veículo da categoria M3, N2 ou N3 que satisfaça as condições da definição de «veículo pesado com nível nulo de emissões» estabelecida no Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do Conselho⁴⁴;
- (c) Um veículo da categoria L, tal como definida no artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 168/2013, incluindo veículos com duas ou três rodas ou quadriciclos, com emissões de CO₂ pelo tubo de escape iguais a 0 g equivalente CO₂/km calculadas em conformidade com o ensaio de emissões estabelecido no referido regulamento;
- (d) Uma embarcação de navegação interior ou um navio de mar e costeiro de transporte de passageiros e mercadorias com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape/exaustão);
- (e) Material circulante com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape);
- (f) Uma aeronave com nível nulo de emissões diretas de CO₂ (medidas no tubo de escape).

3. APRECIÇÃO DA COMPATIBILIDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 107.º, N.º 3, ALÍNEA C), DO TRATADO

19. As presentes orientações enunciam os critérios de compatibilidade aplicáveis às medidas de auxílio aos objetivos de proteção do ambiente e do clima e energéticos ao

⁴³ Regulamento (UE) 2017/1151 da Comissão, de 1 de junho de 2017, que completa o Regulamento (CE) n.º 715/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à homologação dos veículos a motor no que respeita às emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (Euro 5 e Euro 6) e ao acesso à informação relativa à reparação e manutenção de veículos, que altera a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 692/2008 da Comissão e o Regulamento (UE) n.º 1230/2012 da Comissão, e revoga o Regulamento (CE) n.º 692/2008 da Comissão (JO L 175 de 7.7.2017, p. 1).

⁴⁴ Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos veículos pesados novos e que altera os Regulamentos (CE) n.º 595/2009 e (UE) 2018/956 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 96/53/CE do Conselho (JO L 198 de 25.7.2019, p. 202).

abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado que estão sujeitas ao requisito de notificação do artigo 108.º, n.º 3, do Tratado.

20. Com base no artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado, a Comissão pode considerar compatíveis com o mercado interno os auxílios estatais destinados a facilitar o desenvolvimento de certas atividades económicas na União Europeia (condição positiva), quando esses auxílios não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum (condição negativa).
21. A Comissão avaliará se os auxílios referidos no n.º 20 podem ser considerados compatíveis com o mercado interno analisando os aspetos que se seguem:
 - (a) No que respeita à primeira condição (positiva), **os auxílios à proteção do ambiente e à energia facilitam o desenvolvimento de uma atividade económica:**
 - (i) identificação da atividade económica que é facilitada por meio da medida, dos respetivos efeitos positivos na sociedade em geral e, se for o caso, da sua relevância para as políticas específicas da União (ver secção 3.1.1),
 - (ii) efeito de incentivo dos auxílios (ver secção 3.1.2), e
 - (iii) inexistência de eventuais violações das disposições pertinentes do direito da União (ver secção 3.1.3).
 - (b) No que respeita à segunda condição (negativa), **os auxílios à proteção do ambiente e à energia não afetam indevidamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum:**
 - (i) a necessidade da intervenção do Estado (ver secção 3.2.1.1),
 - (ii) a adequação dos auxílios (ver secção 3.2.1.2),
 - (iii) a proporcionalidade dos auxílios (os auxílios limitam-se ao mínimo necessário para alcançar o seu objetivo) incluindo a cumulação (ver secção 3.2.1.3),
 - (iv) a transparência dos auxílios (ver secção 3.2.1.4),
 - (v) prevenção de efeitos negativos indesejados dos auxílios sobre a concorrência e as trocas comerciais (ver secção 3.2.2), e
 - (vi) ponderação dos efeitos positivos e negativos dos auxílios (ver secção 3.3).

3.1 Condição positiva: o auxílio tem de facilitar o desenvolvimento de uma atividade económica

3.1.1 *Identificação da atividade económica que é facilitada por meio da medida, dos respetivos efeitos positivos na sociedade em geral e, se for o caso, da sua relevância para as políticas específicas da União*

22. Ao notificarem os auxílios, os Estados-Membros têm de identificar as atividades económicas que serão facilitadas em consequência dos auxílios e como é apoiado o desenvolvimento dessas atividades.
23. Os auxílios destinados a prevenir ou reduzir os efeitos negativos de atividades económicas sobre o clima ou o ambiente podem facilitar o desenvolvimento de atividades económicas reforçando a sustentabilidade da atividade económica em causa. Estes auxílios também podem garantir a possibilidade de prossecução da atividade no futuro sem criar danos ambientais inaceitáveis, bem como apoiar a criação de novas atividades económicas e serviços (apoiando o desenvolvimento da denominada «economia verde»).
24. Os Estados-Membros também têm de descrever se os auxílios contribuem e de que maneira contribuem para a consecução dos objetivos da política da União para as alterações climáticas, da política de ambiente e da política energética da União e, mais especificamente, os benefícios esperados dos auxílios em termos do contributo concreto para a proteção do ambiente, nomeadamente a atenuação das alterações climáticas, ou para a eficiência do funcionamento do mercado interno da energia.

3.1.2 *Efeito de incentivo*

25. Só se pode considerar que os auxílios facilitam uma atividade económica se possuírem um efeito de incentivo. Ocorre um efeito de incentivo quando os auxílios induzem o beneficiário a alterar o seu comportamento ou a participar numa atividade económica suplementar ou numa atividade económica mais respeitadora do ambiente, na qual não participaria sem os auxílios ou participaria de maneira limitada ou diferente.
26. Os auxílios não podem suportar os custos de uma atividade que o beneficiário dos auxílios teria de qualquer forma suportado, nem compensar o risco comercial normal de uma atividade económica⁴⁵.
27. A demonstração de um efeito de incentivo implica a identificação do cenário factual e do provável cenário contrafactual sem os auxílios, o que será apreciado pela Comissão com base na quantificação referida na secção 3.2.1.3.
28. A Comissão considera que os auxílios não apresentam qualquer efeito de incentivo para os beneficiários sempre que o início dos trabalhos num projeto ou atividade tiver ocorrido antes de os beneficiários apresentarem o pedido de auxílio às autoridades nacionais. Caso um beneficiário comece a executar um projeto antes de apresentar o

⁴⁵ Ver acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de junho de 2013 nos processos apensos C-630/11 P a C-633/11 P, HGA Srl e o./Comissão, ECLI:EU:C:2013:387, n.º 104.

pedido de auxílio, em princípio, nenhum auxílio concedido ao projeto será considerado compatível com o mercado interno.

29. O pedido de auxílio pode assumir diversas formas, incluindo, por exemplo, a apresentação de uma proposta num procedimento de concurso competitivo. Todos os pedidos têm de incluir, pelo menos, o nome do proponente, uma descrição do projeto ou da atividade, incluindo a respetiva localização, e o montante do auxílio necessário para executá-lo.
30. Em determinados casos excecionais, os auxílios podem ter um efeito de incentivo mesmo quando se trate de projetos que foram iniciados antes da apresentação dos pedidos de auxílio. Mais particularmente, considera-se que os auxílios têm um efeito de incentivo nas seguintes situações:
 - (a) O auxílio é concedido automaticamente de acordo com critérios objetivos e não discriminatórios, não sendo necessário qualquer ulterior exercício do poder discricionário do Estado-Membro, e a medida foi adotada e entra em vigor antes do início dos trabalhos relativos ao projeto ou atividade objeto de auxílio, exceto no caso de regimes fiscais sucessórios, em que a atividade já era abrangida pelos regimes anteriores sob a forma de benefícios fiscais;
 - (b) As autoridades nacionais publicaram, antes do início dos trabalhos, um aviso da intenção de criar a medida de auxílio proposta sob reserva da aprovação da medida pela Comissão tal como exigido por força do artigo 108.º, n.º 3, do Tratado. Esse aviso tem de ser disponibilizado num sítio Web público ou por outros meios de acesso público e comparavelmente amplo e fácil e tem de indicar de modo claro o tipo proposto de projetos aceites pelo Estado-Membro, bem como o momento a partir do qual o Estado-Membro pretende considerá-los elegíveis. A elegibilidade proposta não pode ser indevidamente limitada. O beneficiário tem de ter informado a autoridade que concede os auxílios, antes do início dos trabalhos, que a medida de auxílio proposta foi considerada uma condição das decisões de investimento tomadas. Sempre que dependa de um aviso deste tipo para demonstrar um efeito de incentivo, o Estado-Membro tem de transmitir, como parte da respetiva notificação do auxílio estatal, uma cópia do aviso e uma ligação para o sítio Web onde foi publicado ou a correspondente prova da sua disponibilização ao público;
 - (c) Auxílio ao funcionamento concedido a instalações existentes para produção respeitadora do ambiente no âmbito do qual não há um «início dos trabalhos» uma vez que não há um investimento novo significativo. Nestes casos, o efeito de incentivo pode ser demonstrado por uma alteração com vista a um funcionamento da instalação de uma maneira mais respeitadora do ambiente, em vez de um modo de funcionamento mais económico que é menos respeitador do ambiente.
31. Em princípio, a Comissão considera que os auxílios concedidos para meramente cobrir os custos da adaptação a normas da União não têm um efeito de incentivo. De modo geral, só os auxílios concedidos para ir mais além das normas da União podem ter um efeito de incentivo. No entanto, nos casos em que a norma da União em causa já tenha sido adotada, mas ainda não esteja em vigor, os auxílios podem ter um efeito de

incentivo se incentivarem à realização de investimentos antes da entrada em vigor da norma (ver secções 4.2.3 e 4.5.3).

3.1.3 *Inexistência de violação de qualquer disposição pertinente do direito da União*

32. O auxílio não pode ser declarado compatível com o mercado interno se a atividade auxiliada ou a medida de auxílio ou as modalidades da sua atribuição, incluindo o seu modo de financiamento quando este fizer parte integrante da medida, implicarem uma violação do direito aplicável da União. Pode ser esse o caso, por exemplo, se o auxílio estiver sujeito a cláusulas que o condicionam direta ou indiretamente no que respeita à origem de produtos ou equipamento, como sejam os requisitos que obrigam o beneficiário a adquirir produtos produzidos no país.

3.2 **Condição negativa: a medida de auxílio não pode afetar indevidamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrarie o interesse comum**

3.2.1 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

3.2.1.1 Necessidade do auxílio

33. A medida de auxílio estatal proposta tem de visar uma situação em que possa ocasionar um desenvolvimento concreto que o mercado, por si só, não poderia concretizar, por exemplo, colmatando deficiências do mercado relacionadas com os projetos ou atividades para os quais os auxílios são concedidos. Embora seja geralmente aceite que os mercados concorrenciais tendem a produzir resultados eficientes em termos de desenvolvimento de atividades económicas, preços, produto e utilização de recursos, na presença de deficiências do mercado, a intervenção pública sob a forma de auxílios estatais pode melhorar a eficiência do funcionamento dos mercados, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma atividade económica na medida em que o mercado, por si só, não consiga produzir um resultado eficiente. O Estado-Membro deve identificar as deficiências do mercado que impedem a consecução de um nível adequado de proteção do ambiente ou impedem um mercado interno da energia eficiente. As principais deficiências do mercado relacionadas com a proteção do ambiente e a energia suscetíveis de impedirem a obtenção do melhor resultado e conduzirem a um resultado ineficiente são:
- (a) As externalidades negativas: são mais comuns nas medidas de auxílio a favor do ambiente, surgindo quando a poluição não é adequadamente avaliada, ou seja, a empresa em questão não faz face a todos os custos da poluição. Neste caso, as empresas que atuam no seu próprio interesse podem não dispor de incentivos suficientes para terem em conta as externalidades negativas resultantes da sua atividade económica, quando selecionam uma tecnologia específica ou quando decidem sobre o nível de produção. Ou seja, os custos que são suportados pela empresa não refletem plenamente os custos suportados pelos consumidores e pela sociedade em geral. Por conseguinte, as empresas não são, em geral, suficientemente incentivadas a reduzir o seu nível de poluição, nem a adotar medidas individuais para proteger o ambiente;
 - (b) As externalidades positivas: o facto de parte dos benefícios de um investimento reverterem a favor de participantes no mercado que não o investidor pode levar a

que as empresas desinvistam. Podem surgir externalidades positivas, por exemplo, no caso de investimentos em ecoinovação, estabilidade do sistema, tecnologias renováveis novas e inovadoras e medidas inovadoras de resposta à procura ou no caso de infraestruturas energéticas ou medidas de segurança do abastecimento de eletricidade que beneficiam muitos Estados-Membros ou um número mais vasto de consumidores;

- (c) Informações assimétricas: estas surgem habitualmente em mercados onde existe uma discrepância entre as informações ao dispor de um dos lados do mercado e as informações ao dispor do outro lado do mercado. Tal pode, por exemplo, ocorrer quando os investidores financeiros externos não dispõem de todas as informações relativas aos prováveis retornos e riscos do projeto. Pode também surgir na colaboração de infraestruturas transfronteiras, quando uma parte estiver em situação de desvantagem, em termos de informação, em relação à outra parte. Embora o risco ou a incerteza não levem, por si próprios, à presença de uma deficiência do mercado, o problema das informações assimétricas está associado ao grau desse risco e incerteza. Ambos tendem a ser mais elevados no caso dos investimentos ambientais, cujos períodos de amortização são habitualmente mais longos, reforçando a ênfase num horizonte a curto prazo, que pode ser agravada devido às condições de financiamento desses investimentos, em especial no caso das PME;
- (d) Deficiências de coordenação: estas podem impedir o desenvolvimento de um projeto ou a conceção eficaz do mesmo devido à divergência de interesses e incentivos entre os investidores, os chamados incentivos divergentes, aos custos da adjudicação ou dos contratos de seguro de responsabilidade civil, à incerteza sobre os resultados da colaboração e aos efeitos de rede, por exemplo, o fornecimento ininterrupto de eletricidade. Estas deficiências de coordenação podem surgir, por exemplo, na relação entre o proprietário de um edifício e o inquilino no que respeita às soluções eficientes em termos energéticos. As deficiências de coordenação podem ainda ser exacerbadas por problemas de informação, designadamente os relacionados com as informações assimétricas. As deficiências de coordenação também podem provir da necessidade de alcançar uma determinada massa crítica antes de ser comercialmente interessante dar início a um projeto, o que pode ser particularmente relevante em projetos de infraestruturas (transfronteiriças).

34. No entanto, não basta a mera existência de deficiências do mercado num determinado contexto para provar a necessidade do auxílio estatal. Podem já ter sido executadas outras políticas e medidas para resolver algumas das deficiências do mercado identificadas. São disso exemplos a regulamentação setorial, normas obrigatórias da União em matéria de poluição, obrigações de fornecimento, mecanismos de fixação de preços, tais como o Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE) da União e os impostos sobre o carbono. As medidas suplementares, inclusive os auxílios estatais, só podem visar as deficiências do mercado residuais, ou seja, as que permanecem por resolver com essas políticas e medidas. É igualmente importante mostrar de que modo os auxílios estatais reforçam outras políticas e medidas em vigor que visam sanar as mesmas deficiências do mercado. Por conseguinte, a justificação da necessidade de auxílios estatais é enfraquecida se estes contrariam outras políticas orientadas para as mesmas deficiências do mercado. O Estado-Membro deve, portanto, identificar

igualmente quaisquer políticas e medidas existentes que já visam as deficiências regulamentares ou do mercado identificadas.

35. A Comissão considerará que os auxílios são necessários se o Estado-Membro demonstrar que aqueles visam efetivamente deficiências do mercado residuais, tendo igualmente em conta quaisquer outras políticas e medidas já em vigor destinadas a resolver algumas das deficiências do mercado identificadas.
36. Quando os auxílios estatais são concedidos a projetos ou atividades semelhantes, em relação ao seu conteúdo tecnológico, nível de risco e dimensão, aos já executados na União em condições de mercado, em princípio, a Comissão presumirá que não existem deficiências do mercado e solicitará elementos de prova e uma justificação suplementares da necessidade dos auxílios estatais.
37. Para demonstrar a necessidade dos auxílios, o Estado-Membro tem de demonstrar que o projeto, ou, no caso dos regimes, o projeto de referência, não se realizaria sem os auxílios. Tal será apreciado com base na quantificação referida na secção 3.2.1.3 ou em análises específicas assentes em elementos de prova apresentadas pelo Estado-Membro que demonstrem a necessidade dos auxílios.

3.2.1.2 Adequação

38. A medida de auxílio proposta deve ser um instrumento de intervenção adequado para alcançar o objetivo do auxílio, ou seja, não pode existir um instrumento de intervenção nem um instrumento de auxílio que cause menos distorções e permita alcançar os mesmos resultados.

3.2.1.2.1 Adequação em relação a instrumentos de intervenção alternativos

39. Os auxílios estatais não são o único instrumento de intervenção ao dispor dos Estados-Membros para promoverem o aumento dos níveis de proteção do ambiente ou para assegurarem um mercado interno da energia eficiente. Poderão existir outros instrumentos mais adequados, tais como instrumentos de mercado ou medidas do lado da procura que envolvam a regulamentação, contratos públicos ou a normalização, bem como o aumento do financiamento das infraestruturas públicas e medidas orçamentais gerais. Os instrumentos não vinculativos, como a rotulagem ecológica voluntária e a disseminação de tecnologias respeitadoras do ambiente, também podem desempenhar um papel importante na consecução de um maior nível de proteção do ambiente⁴⁶.

⁴⁶ A utilização de rótulos ambientais e alegações nos produtos pode ser outro modo de permitir que os consumidores/utilizadores tomem decisões de compra esclarecidas e de aumentar a procura de produtos respeitadores do ambiente. Os rótulos ecológicos robustos e as alegações ambientais verdadeiras, se forem bem concebidos, reconhecidos, compreendidos, de confiança e tidos como relevantes pelos consumidores, podem ser um instrumento poderoso para orientar e moldar o comportamento (dos consumidores) no sentido de escolhas mais respeitadoras do ambiente. O recurso a um regime de rotulagem/certificação dotado de critérios claros e sujeito a uma verificação externa (por terceiros) será uma das formas mais eficazes para que as empresas demonstrem junto dos consumidores e dos interessados que estão a cumprir normas ambientais elevadas. Atendendo ao que precede, a Comissão não inclui no âmbito das presentes orientações regras específicas respeitantes aos auxílios à conceção e ao fabrico de produtos respeitadores do ambiente.

40. Medidas diferentes para sanar a mesma deficiência do mercado podem contrariar-se mutuamente. É o caso da aplicação de um mecanismo de mercado eficiente, destinado especificamente a fazer frente ao problema das externalidades, como, por exemplo, o RCLE da União. Uma medida de apoio suplementar para resolver a mesma deficiência do mercado corre o risco de comprometer a eficiência do mecanismo de mercado. Por conseguinte, quando visa resolver deficiências do mercado residuais, os regimes de auxílio têm de ser concebidos de modo que não comprometam a eficiência do mecanismo de mercado.
41. O respeito do princípio do «poluidor-pagador» por meio da legislação ambiental visa assegurar a correção da deficiência do mercado associada a externalidades negativas. Por conseguinte, os auxílios estatais não são um instrumento adequado, não podendo ser concedidos na medida em que o beneficiário do auxílio possa ser considerado responsável pela poluição ao abrigo da legislação em vigor, da União ou nacional.

3.2.1.2.2 Adequação dos diversos instrumentos de auxílio

42. Os auxílios estatais a favor da proteção do ambiente e da energia podem ser concedidos sob diversas formas. O Estado-Membro deve, todavia, garantir que o auxílio é concedido sob a forma suscetível de gerar a menor distorção das trocas comerciais e da concorrência.
43. A esse respeito, exige-se ao Estado-Membro que demonstre por que motivo são menos adequadas outras formas de auxílio suscetíveis de provocar menos distorções, tais como: adiantamentos reembolsáveis em comparação com as subvenções diretas ou créditos fiscais em comparação com as reduções fiscais ou formas de auxílio baseadas em instrumentos financeiros como instrumentos de dívida ou de capital próprio, incluindo, por exemplo, empréstimos com taxa de juro reduzida ou com bonificação de juros, garantias estatais ou outras contribuições de capital em condições favoráveis.
44. A escolha do instrumento de auxílio deve ser adequada à deficiência do mercado que a medida de auxílio visa resolver. O adiantamento reembolsável pode constituir o instrumento mais adequado quando as receitas efetivas forem incertas, por exemplo, no caso de medidas de economia de energia.
45. O Estado-Membro tem de demonstrar que o auxílio e a sua conceção são adequados para alcançar o objetivo da medida que o auxílio visa.

3.2.1.3 Proporcionalidade

46. Considera-se que os auxílios são proporcionados se o montante de auxílio por beneficiário se limitar ao mínimo necessário para realizar a atividade ou o projeto que beneficia do auxílio.
47. Regra geral, considerar-se-á que o auxílio se limita ao mínimo necessário para realizar a atividade ou o projeto que beneficia do auxílio se corresponder aos sobrecustos líquidos (défice de financiamento) necessários para alcançar o objetivo da medida de auxílio, em comparação com o cenário contrafactual que se verificaria na ausência do auxílio. Os sobrecustos líquidos são determinados pela diferença entre as receitas e os custos económicos (incluindo o investimento e a exploração) do projeto que beneficia do

auxílio e os do projeto alternativo que o beneficiário do auxílio teria verosimilmente realizado na ausência do auxílio.

48. Não será exigida uma avaliação circunstanciada dos sobrecustos líquidos se os montantes dos auxílios forem determinados por meio de um procedimento de [concurso](#), uma vez que este proporciona uma estimativa fiável do montante mínimo do auxílio pedido por potenciais beneficiários. Por conseguinte, a Comissão considera que a proporcionalidade dos auxílios é assegurada se estiverem preenchidos os seguintes critérios:

Deleted: concurso competitivo

- (a) O procedimento de concurso é competitivo, ou seja: é aberto, claro, transparente e não discriminatório, assente em critérios objetivos, definidos previamente em conformidade com o objetivo da medida e que minimizam o risco de licitação estratégica;
- (b) Os critérios são publicados com a devida antecedência do prazo de apresentação dos pedidos para permitir a efetiva concorrência⁴⁷;
- (c) O orçamento ou volume relacionado com o procedimento de concurso é um condicionamento vinculativo na medida em que seja de esperar que nem todos os proponentes beneficiarão de auxílio;
- (d) Existe um número suficiente de proponentes para assegurar a efetiva concorrência; a concessão dos procedimentos de concurso que receberam poucas propostas durante a execução do regime é corrigida para repor a efetiva concorrência em procedimentos de concurso subsequentes ou logo que possível;
- (e) São evitados os ajustamentos *ex post* ao resultado do procedimento de concurso (como negociações subsequentes dos resultados ou o racionamento), uma vez que podem prejudicar a eficiência do resultado do procedimento.

49. Em geral, os critérios de seleção no procedimento de concurso competitivo devem basear-se no montante do auxílio pedido pelo proponente em relação direta ou indireta com o contributo para o objetivo da medida (por exemplo, em termos da unidade de proteção do ambiente ou unidade de energia). Nalguns casos excecionais, a inclusão de outros critérios de seleção não relacionados com o preço (por exemplo, critérios ambientais, tecnológicos ou sociais suplementares) pode revelar-se adequada. Nestes casos, tais critérios não podem representar mais de 25 % da ponderação de todos os critérios de seleção. O Estado-Membro tem de fundamentar a abordagem proposta e assegurar que esta é adequada ao objetivo visado.

50. Quando os auxílios não são concedidos na sequência de um procedimento de concurso competitivo, os sobrecustos líquidos têm de ser determinados por comparação da rentabilidade dos cenários factual e contrafactual. Para determinar o défice de financiamento nestes casos, o Estado-Membro tem de apresentar uma quantificação, do cenário factual e de um cenário contrafactual credível, de todos os custos e receitas

⁴⁷ Seis semanas serão suficientes, de modo geral. Para procedimentos particularmente complexos ou novos este prazo pode ser mais longo. Em casos justificados, por exemplo, em procedimentos mais simples ou regulares/repetidos, um prazo mais curto pode ser mais adequado.

principais, do custo médio ponderado do capital (CMPC) dos beneficiários de modo a atualizar os fluxos de caixa futuros, bem como do valor atual líquido (VAL) dos cenários factual e contrafactual, no decurso do tempo de vida do projeto. O Estado-Membro tem de fundamentar os pressupostos utilizados para cada aspeto da quantificação e tem de explicar e justificar as metodologias empregues. Os sobrecustos líquidos típicos podem ser estimados pela diferença entre o VAL do cenário factual e do cenário contrafactual no decurso do tempo de vida do projeto de referência. Em caso de auxílios individuais, é necessário apresentar estes cálculos ao nível do plano de negócios pormenorizado do projeto e, no caso dos regimes de auxílios, com base em um ou mais projetos de referência.

51. Por vezes, pode dar-se o caso de um cenário contrafactual no qual o beneficiário não realiza uma atividade ou um investimento ou prossegue a sua atividade sem alteração. Quando os elementos de prova comprovem que este é o cenário contrafactual mais provável, os sobrecustos podem ser aproximados utilizando o VAL negativo do projeto no cenário factual sem auxílio no decurso do tempo de vida do projeto (portanto, presumindo implicitamente que o VAL do cenário contrafactual é igual a zero). Pode ser esse o caso, nomeadamente, nos projetos de infraestruturas.
52. Em determinadas circunstâncias, pode ser difícil identificar totalmente os benefícios e custos do beneficiário e, consequentemente, quantificar o VAL nos cenários factual e contrafactual. Podem ser utilizadas abordagens alternativas, tal como pormenorizado no capítulo 4 no que respeita aos tipos específicos de auxílio, permitindo os auxílios, por exemplo, apenas a um montante limitado de custos elegíveis, ou seja, as intensidades de auxílio.
53. Caso não se recorra a um procedimento de concurso competitivo, estando a evolução dos custos e das receitas no futuro envolta num elevado nível de incerteza e havendo uma grande assimetria das informações, pode ser exigida ao Estado-Membro a introdução de modelos de compensação que não são totalmente *ex ante*. Em vez disso, estes modelos são uma mistura de modelos *ex ante* e *ex post*, ou introduzem mecanismos de monitorização dos custos ou de recuperação *ex post*, mantendo os incentivos a que os beneficiários minimizem os respetivos custos e desenvolvam a sua atividade de modo eficiente com o passar do tempo.

3.2.1.3.1 Cumulação

54. Os auxílios podem ser concedidos simultaneamente ao abrigo de vários regimes de auxílios ou cumulados com auxílios *ad hoc* ou *de minimis* em relação aos mesmos custos elegíveis, desde que o montante total do auxílio a uma atividade ou a um projeto não conduza à sobrecompensação ou exceda o montante de auxílio máximo permitido nas presentes orientações. Caso permita que o auxílio ao abrigo de uma medida seja cumulado com os auxílios de outras medidas, o Estado-Membro tem de especificar o método utilizado em cada medida para assegurar o cumprimento das condições previstas no presente ponto.
55. O financiamento da União gerido centralmente que não esteja direta ou indiretamente sob o controlo do Estado-Membro não constitui um auxílio estatal. Caso esse

financiamento da União seja combinado com auxílios estatais, é necessário assegurar que o montante total do financiamento público concedido em relação aos mesmos custos elegíveis não conduza à sobrecompensação.

3.2.1.4 Transparência

56. A fim de reduzir os efeitos negativos garantindo o acesso dos concorrentes às informações pertinentes relativas às atividades apoiadas, o Estado-Membro em causa tem de assegurar que publica, no módulo de transparência dos auxílios estatais da Comissão⁴⁸ ou num sítio Web completo dedicado aos auxílios estatais, a nível nacional ou regional:
- (a) O texto integral do regime de auxílio aprovado ou da decisão de concessão de um auxílio individual e das disposições que lhe dão execução, ou uma ligação para esse texto;
 - (b) Informações relativas a cada auxílio individual concedido a título *ad hoc* ou no âmbito de um regime aprovado com base nas presentes orientações e que exceda 100 000 EUR.
57. Os Estados-Membros têm de organizar os seus sítios Web completos dos auxílios estatais, nos quais devem ser publicadas as informações exigidas na presente secção, de forma a permitir um acesso fácil às mesmas. As informações têm de ser publicadas no formato de uma folha de cálculo não proprietária que permita que os dados sejam eficazmente pesquisados, extraídos, descarregados e facilmente publicados na Internet, por exemplo em formato CSV ou XML. O sítio Web tem de ser acessível ao público em geral, sem restrições. Não pode ser exigido o registo prévio do utilizador para aceder ao sítio Web.
58. No que respeita aos regimes sob a forma de benefícios fiscais e vantagens relativas a imposições parafiscais, os requisitos estabelecidos no n.º 56, alínea (b)), serão considerados cumpridos se os Estados-Membros publicarem as informações exigidas sobre os montantes de auxílios individuais nos seguintes intervalos (em milhões de EUR):
- 0,1 -0,5;
 - 0,5-1;
 - 1-2;
 - 2-5;
 - 5-10;
 - 10-30;
 - 30-60;
 - 60-100;

⁴⁸ Pesquisa pública Transparência dos auxílios estatais, disponível em:
<https://webgate.ec.europa.eu/competition/transparency/public?lang=pt>

100-250;

250 e mais.

59. As informações referidas no n.º 56, alínea (b)), têm de ser publicadas no prazo de seis meses a contar da data de concessão do auxílio ou, no que respeita aos auxílios sob a forma de benefícios fiscais, no prazo de um ano a contar da data em que a declaração fiscal é devida⁴⁹. Em caso de auxílio ilegal, mas compatível, os Estados-Membros devem assegurar a publicação *ex post* dessas informações no prazo de seis meses a contar da data da decisão da Comissão que declara o auxílio compatível. A fim de permitir a aplicação coerciva das regras em matéria de auxílios estatais ao abrigo do Tratado, as informações têm de ser disponibilizadas durante, pelo menos, dez anos a partir da data de concessão do auxílio.
60. A Comissão publicará no seu sítio Web as ligações para os sítios Web dos auxílios estatais referidos no n.º 57.

3.2.2 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais*

61. O artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado habilita a Comissão a declarar compatíveis os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas atividades ou regiões económicas, mas apenas «quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum».
62. A aplicação desta condição negativa exige, em primeiro lugar, uma avaliação do efeito de distorção que o auxílio em questão provoca nas condições das trocas comerciais. Em virtude da própria natureza, qualquer medida de auxílio gerará distorções da concorrência e terá um efeito nas trocas comerciais entre os Estados-Membros, uma vez que reforça a posição concorrencial dos beneficiários, mesmo se a medida de auxílio for necessária, adequada, proporcionada e transparente.
63. Os auxílios para fins ambientais, em virtude da própria natureza, tenderão a favorecer os produtos e as tecnologias respeitadoras do ambiente em detrimento de outras, mais poluentes, não sendo esse efeito dos auxílios, em princípio, encarado como uma distorção indevida da concorrência, visto que dão resposta a deficiências do mercado que tornam os auxílios necessários. Além disso, o apoio a produtos e tecnologias respeitadoras do ambiente propicia a consecução dos objetivos da Lei Europeia do Clima até 2030 e 2050. Por conseguinte, no que respeita às medidas de proteção do ambiente, a Comissão terá em conta os efeitos da distorção sobre os concorrentes que também operam numa base respeitadora do ambiente, inclusive sem auxílios.
64. A Comissão considera que os regimes abertos a um leque mais amplo de potenciais beneficiários têm um efeito de distorção da concorrência mais limitado do que os apoios que visam unicamente um número limitado de beneficiários específicos, em especial quando o âmbito da medida de auxílio inclui todos os concorrentes dispostos a prestar o mesmo serviço, fornecer o mesmo produto ou conceder o mesmo benefício.

⁴⁹ Caso não seja formalmente exigida uma declaração anual, considerar-se-á que o dia 31 de dezembro do ano em que o auxílio foi concedido é a data de concessão do auxílio para efeitos de codificação.

65. Os auxílios estatais que visam objetivos ambientais e energéticos podem ter o efeito indesejado de prejudicar a recompensa do mercado aos produtores mais eficientes e inovadores, bem como os incentivos à melhoria, reestruturação ou saída do mercado dos menos eficientes, o que também pode resultar no surgimento de obstáculos ineficientes à entrada de potenciais concorrentes mais eficientes ou inovadores. A longo prazo, estas distorções podem asfixiar a inovação, a eficiência e a adoção de tecnologias mais limpas. Estes efeitos de distorção podem ser particularmente significativos se os auxílios forem concedidos a projetos que proporcionam um benefício temporário limitado, mas deixam de parte tecnologias mais limpas por um prazo mais longo, nomeadamente as necessárias para alcançar as metas climáticas de médio e longo prazo consagradas na Lei Europeia do Clima. Pode ser esse o caso, por exemplo, do apoio prestado a certas atividades que utilizam combustíveis fósseis que proporciona uma redução imediata das emissões de gases com efeito de estufa, mas conduz a um ritmo mais lento das reduções das emissões a longo prazo. Em igualdade de circunstâncias, quanto mais temporalmente próximo o investimento estiver do prazo pertinente, maior a probabilidade de os respetivos benefícios temporários superarem os possíveis desincentivos às tecnologias mais limpas. Assim, a Comissão terá em conta na sua apreciação estes possíveis efeitos negativos no curto e longo prazo na concorrência e nas trocas comerciais.
66. Os auxílios podem igualmente criar distorções da concorrência ao reforçar ou manter um poder de mercado substancial dos beneficiários. Mesmo quando o auxílio não reforça diretamente o poder de mercado substancial, pode fazê-lo indiretamente, desincentivando a expansão dos concorrentes existentes, induzindo à sua saída do mercado ou desencorajando a entrada de novos concorrentes no mercado. Há que ter tal em conta, em especial quando a medida de apoio visa um número limitado de beneficiários específicos ou quando as empresas incumbentes adquiriram poder de mercado antes da liberalização do mercado, tal como acontece por vezes, por exemplo, nos mercados da energia. Este aspeto também é pertinente nos procedimentos de concurso competitivos em mercados nascentes, nos quais existe o risco de um interveniente com uma posição de mercado considerável ser bem-sucedido na maioria das propostas e prevenir novas entradas significativas.
67. Para além das distorções nos mercados do produto, os auxílios podem também dar origem a efeitos nas trocas comerciais e na escolha da localização. Essas distorções podem surgir nos Estados-Membros, quando as empresas concorrem além-fronteiras ou quando consideram localizações diferentes para investir. Os auxílios destinados a preservar uma atividade económica numa região ou a atraí-la a partir de outras regiões do mercado interno podem deslocar atividades ou investimentos de uma região para outra sem qualquer impacto ambiental líquido. A Comissão verificará se os auxílios não resultam em efeitos manifestamente negativos na concorrência e nas trocas comerciais. Por exemplo, os auxílios que visam objetivos ambientais e energéticos meramente conducentes a uma mudança de localização da atividade económica, sem melhoria do nível de proteção do ambiente existente nos Estados-Membros, não serão considerados compatíveis com o mercado interno.

3.3 Comparação dos efeitos positivos dos auxílios com os efeitos negativos na concorrência e nas trocas comerciais

68. Como etapa final, a Comissão comparará os efeitos negativos identificados na concorrência e nas trocas comerciais da medida de auxílio com os efeitos positivos do auxílio programado nas atividades económicas apoiadas, nomeadamente o seu contributo para a proteção do ambiente e os objetivos da política energética e, mais particularmente, para a transição para atividades ambientalmente sustentáveis e a consecução das metas juridicamente vinculativas por força da Lei Europeia do Clima.
69. Neste exercício de balanço, a Comissão conferirá especial atenção ao artigo 3.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho⁵⁰, nomeadamente o princípio «não prejudicar significativamente», ou outras metodologias comparáveis. Além disso, como parte da avaliação dos efeitos negativos na concorrência e nas trocas comerciais, a Comissão poderá ter em conta, se for o caso, externalidades negativas da atividade objeto dos auxílios se tais externalidades afetarem negativamente a concorrência e as trocas comerciais entre os Estados-Membros de maneira que contrariem o interesse comum criando ou agravando deficiências do mercado, nomeadamente as externalidades que impedem a consecução dos objetivos climáticos estabelecidos no direito da UE⁵¹.
70. A Comissão só considerará a medida de auxílio compatível com o mercado interno se os efeitos positivos superarem os efeitos negativos. Nos casos em que a medida de auxílio proposta não resolve de modo adequado e proporcionado uma deficiência do mercado bem identificada, por exemplo, devido à natureza temporária do benefício e às distorções de longo prazo que este implica, tal como explicado no n.º 65, os efeitos de distorção negativos na concorrência tenderão a superar os efeitos positivos da medida. Por conseguinte, é provável que a Comissão conclua que a medida de auxílio proposta é incompatível.
71. É pouco provável que as medidas que impliquem direta ou indiretamente o apoio aos combustíveis fósseis, em especial aos combustíveis fósseis mais poluentes, criem efeitos ambientais positivos, comportando, muitas vezes, efeitos negativos importantes, porquanto são suscetíveis de aumentar as externalidades ambientais negativas no mercado. O mesmo se aplica às medidas que impliquem novos instrumentos no setor do gás natural, exceto se for demonstrado que não existe um efeito de dependência. Em princípio, do exposto resulta que essas medidas dificilmente conseguirão obter um resultado positivo no exercício de balanço, conforme explicado mais pormenorizadamente no capítulo 4.
72. Outros fatores a ter em conta para realizar o balanço global de certas categorias de regimes de auxílio em determinados casos:

⁵⁰ Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e que altera o Regulamento (UE) 2019/2088 (JO L 198 de 22.6.2020, p. 13).

⁵¹ Também pode ser este o caso quando os auxílios distorcem o funcionamento de instrumentos económicos aplicados para internalizar tais externalidades negativas (por exemplo, afetando os sinais de preços dados pelo RCLE da União ou um instrumento semelhante).

- (a) Um requisito de avaliação *ex post* descrito no capítulo 5; nesses casos, a Comissão pode limitar a duração desses regimes (habitualmente, a quatro anos ou menos), com a possibilidade de prorrogação, a notificar posteriormente;
- (b) Na ausência de um procedimento de concurso competitivo, um requisito de notificação individual de projetos de apoio de uma determinada dimensão ou que apresentem determinadas características;
- (c) Um requisito de sujeição das medidas de auxílio a um limite temporal.

4. CATEGORIAS DE AUXÍLIOS

4.1 Auxílios à redução das emissões e remoção de gases com efeito de estufa, nomeadamente por meio do apoio à energia renovável

4.1.1 Fundamentação

73. A União estabeleceu na lei metas vinculativas e ambiciosas de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030 e 2050. [Referência à Lei Europeia do Clima após adoção]. Poderão ser necessários auxílios estatais para contribuir para a consecução destas metas da União e das metas nacionais conexas.

4.1.2 Âmbito e atividades apoiadas

74. A presente secção estabelece as regras de compatibilidade para as medidas de auxílio que se destinam, principalmente, a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente auxílios à energia renovável e hipocarbónica, auxílios à eficiência energética, incluindo a cogeração de elevada eficiência, os auxílios à captura, ao armazenamento e à utilização de carbono e os auxílios à redução ou a prevenção das emissões resultantes de processos industriais. Abrange igualmente o apoio à remoção de gases com efeito de estufa do ambiente. A presente secção não se aplica a medidas cujo principal objetivo não seja a redução das emissões ou remoção de gases com efeito de estufa. Se uma medida contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a prevenção ou redução da poluição que não por gases com efeito de estufa, a compatibilidade da medida será avaliada com base na presente secção ou na secção 4.5, dependendo do objetivo predominante.
75. A presente secção abrange igualmente os projetos de infraestruturas específicas (nomeadamente as destinadas ao hidrogénio e à CAC/CUC) não abrangidas pela definição de infraestrutura energética.
76. O apoio aos biocombustíveis, aos biolíquidos, ao biogás e aos combustíveis biomássicos só pode ser aprovado na medida em que os combustíveis apoiados cumpram os critérios de sustentabilidade e de redução dos gases com efeito de estufa da Diretiva (UE) 2018/2001 e os respetivos atos de execução ou delegados.
77. A alteração indireta do uso do solo (ILUC) ocorre quando o cultivo de culturas para a produção de biocombustíveis, de biolíquidos e de combustíveis biomássicos substitui a produção tradicional de culturas alimentares para consumo humano e animal. Esta procura suplementar pode fazer aumentar a pressão sobre os solos e provocar o alargamento dos terrenos agrícolas para superfícies com elevado teor de carbono como

as florestas, as zonas húmidas e as turfeiras, com o consequente aumento das emissões de gases com efeito de estufa. É por este motivo que a Diretiva (UE) 2018/2001 limita os biocombustíveis, biolíquidos e combustíveis biomássicos à base de culturas alimentares para consumo humano ou animal. A Comissão considera que certas medidas de auxílio podem agravar as externalidades indiretas negativas. Por conseguinte, em princípio, a Comissão considerará que o apoio aos biocombustíveis, aos biolíquidos, ao biogás e aos combustíveis biomássicos que excede os limites máximos da sua elegibilidade para efeitos do cálculo do consumo final bruto de energia proveniente de fontes renováveis no Estado-Membro em causa, em conformidade com o artigo 26.º da referida diretiva, não produz efeitos positivos que superam os efeitos negativos da medida. Além disso, a Comissão verificará se os Estados-Membros tiveram em conta na conceção dos seus mecanismos de apoio a necessidade de evitar distorções nos mercados de matérias-primas decorrentes do apoio à biomassa, em especial à biomassa florestal.

4.1.3 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.1.3.1 Necessidade do auxílio

78. Os n.ºs 33, 34, 35 e 36 não são aplicáveis às medidas de redução das emissões de gases com efeito de estufa. O Estado-Membro tem de identificar as medidas políticas já em prática destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, embora internalizem alguns dos custos das emissões de gases com efeito de estufa, o RCLE da União e as políticas e medidas conexas não conseguem ainda internalizar a totalidade dos custos.
79. Os Estados-Membros devem demonstrar que o auxílio é necessário para as atividades propostas tal como exigido no n.º 37, tendo em conta os custos e as receitas pertinentes, incluindo os associados ao RCLE e às políticas e medidas conexas identificadas no n.º 78. Sempre que o Estado-Membro demonstre que o auxílio é necessário, a Comissão pressupõe que subsiste uma deficiência do mercado residual, que pode ser resolvida por meio de auxílios à descarbonização, salvo prova em contrário.
80. Os Estados-Membros devem assegurar que o auxílio continua a ser necessário durante a vigência dos regimes com duração superior a um ano atualizando anualmente a sua análise dos custos e das receitas pertinentes ou, no que respeita aos regimes de concessão de auxílio menos frequente, antes da concessão do auxílio, devem assegurar que o mesmo continua a ser necessário para cada categoria elegível de beneficiários. Se o auxílio deixar de ser necessário para uma categoria de beneficiários, essa categoria deve ser removida antes da concessão mais auxílio⁵².

4.1.3.2 Adequação

81. A secção 3.2.1.2 não se aplica às medidas de redução das emissões de gases com efeito de estufa. A Comissão parte do pressuposto de que os auxílios estatais podem, em princípio, ser uma medida adequada para alcançar os objetivos de descarbonização,

⁵² Não prejudica o direito a receber um auxílio já concedido (por exemplo, ao abrigo de um contrato de dez anos).

porquanto os outros instrumentos de intervenção não são, geralmente, suficientes, desde que estejam satisfeitas todas as restantes condições de compatibilidade. Dada a escala e a urgência do desafio de descarbonização, pode ser utilizada uma diversidade de instrumentos, incluindo as subvenções diretas.

4.1.3.3 Elegibilidade

82. É de esperar que as medidas de descarbonização que visam atividades específicas que competem com outras atividades não subsidiadas conduzam a maiores distorções da concorrência, em comparação com as medidas abertas a todas as atividades concorrentes. Por conseguinte, os Estados-Membros devem fundamentar as medidas que não incluem todas as tecnologias e projetos concorrentes – por exemplo, todos os projetos no mercado da eletricidade ou todas as empresas que produzem produtos substituíveis e têm capacidades técnicas para contribuir de modo eficiente para a redução das emissões de gases com efeito de estufa⁵³. Esta fundamentação deve basear-se em considerações objetivas associadas, por exemplo, à eficiência ou aos custos ou outras circunstâncias pertinentes. Tal fundamentação pode apoiar-se em provas recolhidas na consulta pública realizada em conformidade com a secção 4.1.3.4, caso tenha sido realizada.
83. A Comissão avaliará a fundamentação apresentada e, por exemplo, considerará que uma elegibilidade mais limitada não distorce indevidamente a concorrência se:
- (a) A medida visar uma meta setorial ou tecnológica específica estabelecida no direito da União, como um regime de energia renovável ou eficiência energética⁵⁴;
 - (b) A medida se destinar especificamente a apoiar projetos de demonstração;
 - (c) A medida se destinar a dar resposta não só à questão da descarbonização, mas também à da qualidade do ar ou outra poluição;
 - (d) O Estado-Membro comprovar que os setores ou tecnologias inovadoras elegíveis têm potencialidades para contribuir de forma importante para a proteção do ambiente e a descarbonização profunda no longo prazo, em especial em termos da relação custo-eficácia;
 - (e) A medida for essencial para alcançar a diversificação necessária de modo a evitar exacerbar problemas relacionados com a estabilidade da rede⁵⁵;

⁵³ De modo geral, a Comissão não exigirá que as medidas sejam abertas além-fronteiras, mas tal poderá contribuir para atenuar as preocupações em matéria de concorrência.

⁵⁴ Neste caso, a elegibilidade só deve ser limitada em consonância com as definições pertinentes, caso existam, na legislação setorial. Por exemplo, os regimes específicos de fontes de energias renováveis devem estar abertos a todas as tecnologias que satisfaçam a definição de «fontes de energias renováveis» da Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (JO L 328 de 21.12.2018, p. 8).

⁵⁵ Neste caso, o Estado-Membro deve demonstrar que foram primeiramente tomadas medidas adequadas por meio da conceção do mercado e de serviços auxiliares para expor os investidores a riscos associados ao deslastre e recompensar as escolhas de locais e tecnologias que apoiam a estabilidade da rede. Sempre que o Estado-Membro identifica um problema local de segurança do abastecimento que não pode ser

- (f) For de esperar que uma abordagem mais seletiva conduza à redução dos custos da consecução da proteção do ambiente (por exemplo, por meio da redução dos custos de integração da rede) e/ou resulte numa menor distorção da concorrência.

84. Os Estados-Membros devem manter sob análise as regras de elegibilidade e todas regras conexas para assegurar que a fundamentação prestada a favor de uma elegibilidade mais limitada continua a aplicar-se durante o tempo de vida de cada regime, ou seja, para assegurar que as eventuais limitações da elegibilidade continuam a justificar-se à medida que são desenvolvidas novas tecnologias ou abordagens ou são disponibilizados mais dados⁵⁶.

4.1.3.4 Consulta pública

85. Antes da notificação dos auxílios, salvo em circunstâncias excecionais devidamente justificadas, os Estados-Membros têm de proceder a uma consulta pública relativa às medidas a notificar nos termos da presente secção. A obrigação de consulta não se aplica no que respeita a alterações de medidas já aprovadas que não alterem o respetivo âmbito ou elegibilidade, e nos casos referidos no n.º 86. Para determinar se uma medida se justifica, tendo em conta os critérios constantes das presentes orientações, é necessário realizar as seguintes consultas públicas:

- (a) No que respeita às medidas cuja estimativa de auxílio anual médio a conceder seja ≥ 150 milhões de EUR por ano, uma consulta pública com uma duração de pelo menos oito semanas, abrangendo:
 - (i) a elegibilidade,
 - (ii) o método e a estimativa da subvenção por tonelada de emissões de equivalente CO₂ evitadas (por projeto de referência),
 - (iii) a proposta de utilização e o âmbito dos procedimentos de concurso competitivos, bem como quaisquer exceções propostas,
 - (iv) os principais parâmetros relativos ao processo de atribuição dos auxílios⁵⁷, nomeadamente para permitir a concorrência entre diferentes tipos de beneficiários⁵⁸,
 - (v) os principais pressupostos que informam a quantificação utilizada para demonstrar o efeito de incentivo, a necessidade e a proporcionalidade,

resolvido no médio prazo por meio de melhorias na conceção do mercado ou um reforço suficiente da rede, é necessário conceber e avaliar nos termos da secção 4.8 uma medida para resolver esta questão.

⁵⁶ Sem prejuízo do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão, de 21 de abril de 2004, relativo à aplicação do Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (JO L 140 de 30.4.2004, p. 1).

⁵⁷ Por exemplo, o período de tempo que medeia entre o procedimento de concurso e o prazo de entrega, as regras de apresentação de propostas/ofertas, as regras de fixação dos preços.

⁵⁸ Por exemplo, se existirem diferentes prazos dos contratos, metodologias diferentes de cálculo do montante de capacidade/produção elegível para tecnologias diferentes, metodologias diferentes para o cálculo ou o pagamento de subvenções.

- (vi) nos casos em que seja possível apoiar novos investimentos na produção industrial ou de energia à base de gás natural, as garantias propostas para assegurar a compatibilidade com as metas climáticas da União (ver n.º 110);
 - (b) No que respeita às medidas cuja estimativa de auxílio anual médio a conceder seja < 150 milhões de EUR por ano, uma consulta pública com uma duração de pelo menos quatro semanas, abrangendo:
 - (i) a elegibilidade,
 - (ii) a proposta de utilização e o âmbito dos procedimentos de concurso competitivos, bem como quaisquer exceções propostas,
 - (iii) nos casos em que seja possível apoiar novos investimentos na produção industrial ou de energia à base de gás natural, as garantias propostas para assegurar a compatibilidade com as metas climáticas da União (ver n.º 110).
86. Não é necessária uma consulta pública para as medidas abrangidas pelo n.º 85, alínea b), nos casos em que se recorra a procedimentos de concurso competitivos e a medida não apoie investimentos na produção industrial ou de energia à base de combustíveis fósseis.
87. Os questionários de consulta têm de ser publicados num sítio Web público. Os Estados-Membros têm de publicar uma resposta à consulta que resuma e dê seguimento às contribuições recebidas, devendo ser explicado como se minimizaram os possíveis impactos negativos na concorrência por meio do âmbito ou da elegibilidade da medida proposta. Os Estados-Membros têm de fornecer uma ligação à respetiva resposta à consulta como parte da notificação das medidas de auxílio ao abrigo da presente secção.
88. Em casos excecionais e devidamente justificados, a Comissão pode ponderar o recurso a métodos de consulta alternativos, contanto que os pontos de vista das partes interessadas sejam tidos em conta na execução (contínua) dos auxílios. Nestes casos, poderá ser necessário combinar a consulta com medidas corretivas destinadas a minimizar possíveis efeitos de distorção da medida.
- 4.1.3.5 Proporcionalidade
89. Em geral, os auxílios à redução das emissões de gases com efeito de estufa devem ser concedidos por meio de um procedimento de concurso competitivo, conforme descrito nos n.ºs 48 e 49.
90. Em princípio, o procedimento de concurso deve estar aberto a todos os beneficiários elegíveis de modo a permitir uma atribuição dos auxílios eficaz em termos de custos e reduzir as distorções da concorrência. No entanto, o procedimento de concurso pode ser limitado a uma ou mais categorias de tecnologias específicas se forem facultadas provas, incluindo as eventuais provas pertinentes recolhidas na consulta pública, caso seja realizada, que demonstrem, por exemplo, que:

- (a) Um procedimento único aberto a todos os beneficiários elegíveis conduziria a um resultado aquém do ideal ou não permitiria alcançar os objetivos da medida, podendo essa justificação remeter para os critérios constantes do n.º 83;
 - (b) Os níveis de apoio que se espera que as diferentes categorias de beneficiários exijam são significativamente divergentes⁵⁹, em cujo caso se pode recorrer a procedimentos de concurso competitivos distintos para que as categorias de beneficiários com custos semelhantes concorram entre si.
91. Nos casos em que as diversas categorias de beneficiários cujos níveis de apoio se espera que sejam significativamente divergentes são incluídas num único procedimento de concurso competitivo, os Estados-Membros devem ter em conta a potencial sobrecompensação de tecnologias mais económicas. Tal facto será igualmente tido em conta pela Comissão na sua apreciação. Se for caso disso, pode ser necessário instaurar montantes máximos das propostas de proponentes individuais em determinadas categorias. Os eventuais limites devem ser justificados por referência à quantificação respeitante aos projetos de referência referida nos n.ºs 50 e 51.
92. As exceções aos requisitos de atribuição dos auxílios e determinação do nível dos auxílios por meio de um procedimento de concurso competitivo podem ser justificadas se forem facultadas provas, nomeadamente recolhidas na consulta pública, que corroborem uma das seguintes circunstâncias:
- (a) Existe um nível insuficiente de abastecimento potencial para assegurar a concorrência; neste caso, o Estado-Membro tem de demonstrar que não é possível aumentar a concorrência reduzindo o orçamento ou alargando a elegibilidade do regime;
 - (b) Os beneficiários são projetos de pequenas dimensões, conforme a seguir definidos:
 - (i) no que respeita aos projetos de produção ou armazenamento de energia elétrica – projetos abaixo do limiar constante do artigo 5.º do Regulamento (UE) 2019/943,
 - (ii) no que respeita ao consumo de eletricidade – projetos com uma procura máxima inferior a 400 kW,
 - (iii) no que respeita às tecnologias de geração de calor e produção de gás – projetos com uma capacidade instalada inferior a 400 kW.
93. No que respeita à concessão de auxílios individuais sem recurso a um procedimento de concurso, os Estados-Membros têm de justificar os níveis de auxílio propostos com base num plano de negócios individual do projeto específico a auxiliar, incluindo todos os elementos enunciados nos n.ºs 50 e 51.

Deleted: concurso competitivo

⁵⁹ Em geral, seria este o caso se os custos divergissem em mais de 15 %.

94. Os Estados-Membros também podem recorrer a regimes competitivos de certificados ou de obrigações dos fornecedores para estabelecer o montante do auxílio e atribuí-lo, contanto que:
- (a) A procura no regime seja inferior à oferta potencial;
 - (b) O preço de aquisição ou penalização aplicável a um consumidor ou fornecedor que não tenha adquirido o número de certificados exigido (ou seja, o preço que constitui o valor máximo que seria pago por apoio) seja fixado a um nível suficientemente elevado de modo a incentivar o cumprimento da obrigação. No entanto, o preço de penalização deve basear-se na quantificação referida nos n.ºs 50 e 51 a fim de impedir que um nível excessivamente elevado conduza à sobrecompensação.
95. Os Estados-Membros podem igualmente conceber regimes de apoio que visam a descarbonização sob a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais. O recurso a um procedimento de concurso competitivo não é obrigatório para tais regimes. No entanto, em princípio, esses auxílios têm de ser concedidos da mesma forma para todas as empresas elegíveis que atuam no mesmo setor de atividade económica que estão na mesma situação ou em situações factuais semelhantes no respeitante às finalidades e aos objetivos da medida de auxílio. O Estado-Membro notificante tem de pôr em prática um mecanismo de monitorização anual para verificar se a medida continua a ser necessária.
96. Quando os auxílios são concedidos sob a forma de auxílios ao funcionamento ou uma redução de impostos para apoiar os biocombustíveis, os biolíquidos ou o biogás, existindo uma quota ou obrigação de fornecimento que estabelece efetivamente um preço de mercado distinto para os biocombustíveis, o montante dos auxílios não pode exceder a diferença entre os custos de produção e esse preço de mercado. Os custos de produção podem incluir um lucro razoável.
- 4.1.4 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço*
97. As secções 3.2.2 e 3.3 não são aplicáveis às medidas de redução das emissões de gases com efeito de estufa.
98. A subvenção por tonelada de emissões de equivalente de CO₂ evitadas tem de ser estimada para cada tipo de beneficiário ou projeto de referência e têm de ser facultados os pressupostos e a metodologia desse cálculo. Deve-se procurar identificar, tanto quanto possível, a redução líquida de emissões da atividade, tendo em conta as emissões criadas ou reduzidas ao longo do ciclo de vida. Em geral, a metodologia deve ser semelhante para todas as medidas promovidas pelo Estado-Membro⁶⁰, de modo a permitir a comparação dos custos de diferentes medidas de proteção do ambiente.

⁶⁰ Os princípios de cálculo das reduções das emissões de gases com efeito de estufa utilizados para efeitos do Fundo de Inovação da UE proporcionam um ponto de referência útil, disponíveis em: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/innovfund/wp-call/call-annex_c_innovfund-lsc-2020-two-stage_en.pdf.

99. A fim de obter efeitos ambientais positivos no que respeita à descarbonização, os auxílios não podem meramente deslocar as emissões de um setor para outro e têm de reduzir as emissões globais de gases com efeitos de estufa. Devem ser tidas em conta as interações no curto e longo prazo com quaisquer outras políticas ou medidas pertinentes, nomeadamente o RCLE da União.
100. Para evitar o risco de dupla subvenção e assegurar a verificação das reduções das emissões de gases com efeito de estufa, os auxílios à descarbonização das atividades industriais têm de reduzir as emissões diretamente resultantes da atividade industrial em causa. Os auxílios à melhoria da eficiência energética das atividades industriais têm de melhorar a eficiência energética das atividades dos beneficiários.
101. Os Estados-Membros têm de demonstrar que serão tomadas medidas razoáveis para assegurar que os projetos a que tenha sido concedido auxílio serão efetivamente desenvolvidos, a fim de evitar a atribuição de orçamento a projetos que não são executados, potencialmente bloqueando novas entradas no mercado, por exemplo, estabelecendo prazos claros para a conclusão do projeto, verificando a viabilidade do projeto como parte da pré-qualificação para receber auxílio, exigindo o pagamento de garantias por parte dos participantes ou monitorizando a construção e o desenvolvimento do projeto.
102. Os beneficiários da medida devem ser expostos a riscos para cuja gestão podem contribuir, como, por exemplo, os riscos associados ao deslastre de energias renováveis associado a períodos de excesso de produção ou à insuficiência do transporte.
103. Os auxílios à descarbonização podem assumir uma diversidade de formas, nomeadamente o adiantamento de subvenções e os contratos para pagamentos de auxílios em curso, como os contratos para diferenciais⁶¹. Os auxílios que abrangem custos sobretudo associados ao funcionamento, em vez do investimento, só devem ser utilizados se o Estado-Membro demonstrar claramente que resultam em decisões de funcionamento mais respeitadoras do ambiente.
104. Os auxílios devem ser concebidos de molde a prevenir quaisquer distorções indevidas do eficiente funcionamento dos mercados e, em particular, preservar sinais de preços e incentivos ao funcionamento eficientes. Por exemplo, os beneficiários devem permanecer expostos à variação dos preços e ao risco de mercado, a menos que tal prejudique a consecução do objetivo dos auxílios. Os beneficiários não devem, nomeadamente, ser incentivados a oferecerem a sua produção abaixo dos respetivos custos marginais e não podem receber auxílios à produção em nenhum período em que o valor de mercado da produção seja negativo⁶².

⁶¹ Um contrato para diferenciais dá ao beneficiário o direito a receber um pagamento igual à diferença entre um preço de exercício fixo e um preço de referência – como um preço de mercado, por unidade de produção. Estes contratos têm sido utilizados nos últimos anos no contexto das medidas de produção de energia elétrica, mas também podem envolver um preço de referência associado ao RCLE – ou seja contratos para diferenciais de carbono. Os contratos para diferenciais também podem envolver reembolsos pagos pelos beneficiários aos contribuintes ou consumidores por períodos em que o preço de referência excede o preço de exercício.

⁶² As instalações de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis de pequena dimensão podem beneficiar de um apoio direto aos preços que abranja a integralidade dos custos de exploração e não exija

105. A Comissão avaliará caso a caso as medidas que incluem projetos de infraestruturas específicas. Na sua apreciação, a Comissão terá em conta, nomeadamente, a dimensão da infraestrutura em relação ao mercado em causa, o impacto na probabilidade de investimentos suplementares do mercado, em que medida a infraestrutura se destina inicialmente a um único utilizador ou grupo de utilizadores e se existe um plano credível ou um compromisso firme para estabelecer uma ligação a uma rede mais ampla, a duração de eventuais derrogações ou isenções à legislação do mercado interno, a estrutura do mercado em causa e a posição dos beneficiários nesse mercado.
106. Por exemplo, se inicialmente a infraestrutura só estabelecer uma ligação entre um número limitado de utilizadores, os efeitos de distorção podem ser atenuados se a infraestrutura integrar um plano de desenvolvimento de uma rede mais ampla da União com base nos seguintes critérios:
- (a) As contas da infraestrutura devem ser separadas de qualquer outra atividade e os custos de acesso e utilização devem ser tornados transparentes;
 - (b) Salvo nos casos em que tal prejudique a consecução do objetivo dos auxílios, os auxílios devem ser sujeitos à abertura da infraestrutura a terceiros em condições justas, razoáveis e não discriminatórias (incluindo convites públicos à apresentação de pedidos de ligação em condições equivalentes);
 - (c) Pode ser necessário compensar a vantagem de que os beneficiários gozam até à ocorrência desse desenvolvimento mais amplo, por exemplo, por meio da contribuição para o posterior alargamento da rede;
 - (d) Pode ser necessário limitar e/ou partilhar com outros intervenientes a vantagem de que os utilizadores específicos gozam.
107. Para evitar prejudicar o objetivo da medida ou outros objetivos de proteção do ambiente da União, não pode ser incentivada a produção de energia que substituiria formas menos poluentes de energia. Por exemplo, em caso de apoio à cogeração com base em fontes não renováveis, ou apoio à biomassa, estas não podem receber incentivos à produção de eletricidade ou calor quanto tal implicar o deslastre de energia proveniente de fontes de energia renováveis com nível nulo de poluição atmosférica.
108. Os auxílios à descarbonização podem distorcer indevidamente a concorrência quando substituem investimentos em alternativas mais limpas já disponíveis no mercado ou quando dão origem a um efeito de dependência de determinadas tecnologias, dificultando o desenvolvimento mais alargado de um mercado para as soluções mais limpas e a utilização destas. Por conseguinte, a Comissão verificará se a medida de auxílio não estimula ou prolonga o consumo de combustíveis e energia de origem fóssil⁶³, dificultando, assim, o desenvolvimento de alternativas mais limpas e reduzindo significativamente o benefício ambiental do investimento. Os Estados-Membros devem

a venda da sua eletricidade no mercado, em consonância com a isenção prevista no artigo 4.º, n.º 3, da Diretiva (UE) 2018/2001. São consideradas instalações de pequena dimensão as instalações cuja capacidade seja inferior ao limiar aplicável por força do artigo 5.º do Regulamento (UE) 2019/943.

⁶³ Inclui vetores energéticos sem emissões por tudo de escape, mas produzidos mediante um processo de elevada intensidade carbónica.

explicar como pretendem evitar esse risco, nomeadamente por meio de compromissos vinculativos com a utilização de, principalmente, combustíveis renováveis ou hipocarbónicos ou a eliminação progressiva de fontes de combustíveis fósseis.

109. A Comissão considera que certas medidas de auxílio têm efeitos negativos na concorrência e nas trocas comerciais que são pouco suscetíveis de serem compensados. Nomeadamente, determinadas medidas podem agravar as deficiências do mercado, criando insuficiências em detrimento dos consumidores e do bem-estar social. Por exemplo, as medidas que incentivam novos investimentos na produção industrial ou de energia com base nos combustíveis fósseis mais poluentes, como o carvão, o gasóleo, a lenhite, o petróleo, a turfa ou o xisto betuminoso, aumentam as externalidades ambientais negativas no mercado. Considerar-se-á que estas não têm quaisquer efeitos ambientais positivos dada a incompatibilidade destes combustíveis com as metas ambientais da União.
110. Analogamente, as medidas que incentivam novos investimentos na produção industrial ou de energia com base no gás natural podem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a curto prazo, mas agravar as externalidades ambientais negativas a longo prazo, em comparação com investimentos alternativos. Para que se considere que os investimentos no gás natural têm efeitos ambientais positivos, os Estados-Membros têm de explicar de que forma assegurarão que os investimentos contribuem para alcançar a meta climática da União para 2030 e o objetivo de neutralidade climática da União para 2050. Deve explicar, em especial, de que modo será evitado o efeito de dependência desta produção de energia a gás ou do equipamento de produção de energia a gás. Por exemplo, tal pode passar por compromissos vinculativos do beneficiário no sentido de aplicar tecnologias de descarbonização como a CAC/CUC ou substituir o gás natural por gás renovável ou hipocarbónico, ou no sentido de encerrar as instalações num calendário consentâneo com as metas climáticas da União⁶⁴.
111. Se forem identificados riscos de distorções suplementares da concorrência ou se as medidas forem particularmente novas ou complexas, a Comissão pode impor as condições estabelecidas no n.º 72.
112. Para as medidas de auxílios individuais ou regimes que beneficiam um número particularmente limitado de beneficiários ou um beneficiário incumbente, os Estados-Membros devem demonstrar, adicionalmente, que a medida de auxílio proposta não conduzirá ao aumento do poder de mercado.
113. Desde que todas as restantes condições de compatibilidade estejam preenchidas, de modo geral, a Comissão considerará que o resultado do exercício de balanço das medidas de descarbonização é positivo (ou seja, os efeitos positivos superam as distorções do mercado interno) à luz da sua contribuição para a atenuação das alterações

⁶⁴ Além disso, quando um projeto implique o investimento numa instalação de produção industrial ou de energia à base de gás natural, de modo geral, os custos desta instalação não seriam elegíveis para auxílio estatal ao abrigo da presente secção, dado que seria geralmente considerado um investimento contrafactual que ocorreria na ausência do auxílio. Pelo contrário, os elementos suplementares que proporcionam reduções das emissões, como a CAC ou custos suplementares associados à cogeração, seriam elegíveis para auxílio.

climáticas, que o Regulamento (UE) 2020/852 define como um dos seus objetivos ambientais, desde que não existam indicações evidentes de incumprimento do princípio «não prejudicar significativamente».

4.2 Auxílios à melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios

4.2.1 Fundamentação do auxílio

114. As medidas destinadas a melhorar o desempenho energético e ambiental dos edifícios visam externalidades negativas criando incentivos individuais para alcançar metas de economias de energia e de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Para além das deficiências do mercado gerais identificadas no capítulo 3, podem surgir deficiências específicas do mercado no domínio das medidas de desempenho energético e ambiental nos edifícios. Por exemplo, quando se pondera a realização de obras de renovação dos edifícios, habitualmente os benefícios das medidas de desempenho energético e ambiental não revertem unicamente a favor do proprietário do edifício, que, geralmente, suporta o custo das obras de renovação, mas também do arrendatário. Por conseguinte, a Comissão considera que podem ser necessários auxílios estatais para promover investimentos destinados a melhorar o desempenho energético e ambiental dos edifícios.

4.2.2 Âmbito e atividades apoiadas

115. Podem ser concedidos auxílios à melhoria da eficiência energética dos edifícios.

116. Estes auxílios podem ser combinados com auxílios a favor de uma ou de todas as seguintes medidas:

- (a) Implantação de instalações integradas de energia renovável no local que gerem eletricidade, calor e frio;
- (b) Instalação de equipamento de armazenamento de energia gerada por instalações de energia renovável no local;
- (c) Construção e instalação de infraestruturas de carregamento para utilização por utilizadores do edifício e infraestrutura conexa, como condutas, quer o parque de estacionamento se encontre dentro do edifício quer se encontre num local fisicamente adjacente ao edifício;
- (d) Instalação de equipamento para a digitalização no local do edifício, em especial para aumentar a aptidão para tecnologias inteligentes. Os investimentos elegíveis podem incluir intervenções limitadas à cablagem passiva no interior dos edifícios ou à cablagem estruturada para redes de dados e, se necessário, à parte acessória da rede passiva na propriedade privada fora do edifício. Exclui-se a cablagem para redes de dados situadas fora da propriedade privada;
- (e) Outros investimentos que melhorem o desempenho energético ou ambiental do edifício, nomeadamente investimento em telhados verdes e equipamento para a recuperação de águas pluviais.

117. Também podem ser concedidos auxílios à melhoria da eficiência energética do equipamento de aquecimento e arrefecimento no interior do edifício. Os auxílios à melhoria da eficiência energética dos processos de produção e ao equipamento de produção de energia utilizado no funcionamento de máquinas não são abrangidos pela presente secção, mas podem ser abrangidos pela secção 4.1. Os auxílios ao equipamento de aquecimento e arrefecimento ligados a sistemas de aquecimento urbano são abrangidos pela secção 4.10.

118. Os auxílios têm de induzir:

- (a) No caso da renovação de edifícios existentes, a melhorias do desempenho energético que conduzam a uma redução da procura de energia primária de, pelo menos, 20 % em comparação com a situação antes do investimento. A título de derrogação, caso a melhoria integre uma renovação por fases, esta última tem de conduzir a uma redução global da procura de energia primária de, pelo menos, 30 % em comparação com a situação antes do investimento, no prazo de três anos;
- (b) No caso de edifícios novos, a uma melhoria do desempenho energético que conduza a, pelo menos, economias de energia primária de 10 % em comparação com o limiar estabelecido para os edifícios com necessidades quase nulas de energia nas medidas nacionais que dão execução à Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho⁶⁵.

119. Também podem ser concedidos auxílios à melhoria do desempenho energético dos edifícios a PME e pequenas empresas de média capitalização que apliquem medidas de melhoria do desempenho energético para a facilitação dos contratos de desempenho energético na aceção do artigo 2.º, ponto 27, da Diretiva 2012/27/UE.

4.2.3 *Efeito de incentivo*

120. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 121 e 122.

121. A Comissão considera que, em princípio, os auxílios aos projetos com um período de retorno do investimento inferior a cinco anos não têm um efeito de incentivo. Porém, o Estado-Membro pode facultar elementos de prova para demonstrar que os auxílios são necessários a fim de desencadear uma alteração do comportamento, mesmo no caso de projetos com um período de retorno do investimento inferior.

122. Considerar-se-á que os auxílios concedidos para efeitos de cobertura dos custos de adaptação a normas da União adotadas, mas que ainda não entraram em vigor, têm um efeito de incentivo se o investimento for executado e concluído, pelo menos, 18 meses antes de as normas da União entrarem em vigor.

⁶⁵ Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios (JO L 153 de 18.6.2010, p. 13).

4.2.4 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.2.4.1 Adequação

123. Para além do requisito estabelecido na secção 3.2.1.2, aplica-se o requisito estabelecido no n.º 124.
124. Os auxílios à facilitação dos contratos de desempenho energético podem assumir a forma de um empréstimo ou garantia concedida à parte que aplica uma medida de melhoria de desempenho energético no âmbito de um contrato de desempenho energético ou podem consistir num produto financeiro destinado a refinarçar a respetiva parte (por exemplo, a cessão financeira ou o financiamento sem recurso).

4.2.4.2 Proporcionalidade

125. Os custos elegíveis correspondem exclusivamente aos custos de investimento diretamente associados à consecução de um maior nível de desempenho energético ou ambiental.
126. A intensidade de base do auxílio não pode exceder 30 % dos custos elegíveis.
127. No que respeita aos auxílios concedidos para melhorar o desempenho energético de edifícios existentes, a intensidade de auxílio pode ser majorada em 15 pontos percentuais se a melhoria do desempenho energético conduzir a uma redução da procura de energia primária de, pelo menos, 40 %.
128. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 20 pontos percentuais para os auxílios concedidos a pequenas empresas e em 10 pontos percentuais para os auxílios concedidos a médias empresas.
129. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 15 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado ou em 5 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado.
130. Excecionalmente, dependendo das características específicas da medida, o Estado-Membro pode igualmente demonstrar, com base numa análise do défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 47, 50 e 51, que é necessário um montante de auxílio mais elevado. O montante do auxílio não pode exceder o défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 50 e 51.
131. Se o auxílio for concedido na sequência de um concurso competitivo conduzido em conformidade com os critérios estabelecidos nos n.ºs 48 e 49, o montante do auxílio é considerado proporcionado.
132. Os auxílios concedidos sob a forma de instrumentos financeiros não estão sujeitos às intensidades de auxílio máximas estabelecidas nos n.ºs 126 a 130. Se os auxílios forem concedidos sob a forma de garantia, não devem exceder 80 % do empréstimo subjacente. O reembolso pelos proprietários do edifício ao fundo de eficiência

energética ou energia renovável ou a outro intermediário financeiro tem de ser, no mínimo, igual ao valor nominal do empréstimo.

4.2.5 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço*

133. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 134 e 136.
134. Em comparação com investimentos alternativos, as medidas que incentivam novos investimentos em equipamento à base de gás natural destinadas a melhorar a eficiência energética dos edifícios podem conduzir a uma redução da procura de energia a curto prazo, mas agravar as externalidades ambientais negativas a longo prazo. Além disso, os auxílios à instalação de equipamento a gás natural podem distorcer indevidamente a concorrência quando substituem investimentos em alternativas mais limpas já disponíveis no mercado ou quando dão origem a um efeito de dependência de determinadas tecnologias, dificultando o desenvolvimento mais alargado de um mercado de tecnologias mais limpas e a utilização destas. A Comissão considera que é pouco provável que os efeitos positivos das medidas que criam tais efeitos de dependência superem os seus efeitos negativos. Como parte da sua apreciação, a Comissão terá em conta o facto de o equipamento a gás natural substituir equipamento de energia que utiliza os combustíveis fósseis mais poluentes, como o petróleo e o carvão.
135. Já estão disponíveis no mercado alternativas ao equipamento de energia que utiliza os combustíveis fósseis mais poluentes (como o petróleo e o carvão). Neste contexto, considera-se que os auxílios à instalação de equipamento de energia energeticamente eficiente que utiliza tais combustíveis não geram os mesmos efeitos positivos que os auxílios à instalação de equipamento de energia mais limpo. Em primeiro lugar, a melhoria marginal em termos de redução da procura de energia é contrabalançada pelo aumento das emissões de carbono associado à utilização de combustíveis fósseis. Em segundo lugar, a concessão de auxílios para a instalação de equipamento de energia a petróleo ou carvão comporta um risco significativo de dependência de tecnologias baseadas em combustíveis fósseis e de substituição dos investimentos em alternativas mais limpas e mais inovadoras disponíveis no mercado, desviando a procura das mesmas. Tal desincentivaria igualmente o desenvolvimento futuro do mercado de tecnologias limpas, não baseadas em combustíveis fósseis e orientadas para o futuro. Por conseguinte, a Comissão considera ser pouco provável a compensação dos efeitos negativos para a concorrência decorrentes dos auxílios ao equipamento energético a petróleo ou carvão.
136. Se os auxílios forem concedidos sob a forma de doação, participação, garantia ou empréstimo a um fundo de eficiência energética ou de energia renovável ou a outro intermediário financeiro, a Comissão verificará se existem condições para assegurar que o fundo de eficiência energética ou energia renovável ou outros intermediários financeiros não recebem nenhuma vantagem indevida e aplicam uma estratégia de investimento comercialmente robusta para aplicar a medida de auxílio ao desempenho energético. Em especial, têm de ser cumpridas as seguintes condições:

- (a) Os intermediários financeiros ou gestores do fundo têm de ser selecionados num procedimento aberto, transparente e não discriminatório realizado em conformidade com a legislação da União e nacional aplicável;
- (b) Existem condições para assegurar que os intermediários financeiros, incluindo os fundos de eficiência energética ou energia renovável, são geridos a título comercial e assegurarão a tomada de decisões de financiamento orientadas para a obtenção de lucros;
- (c) Os gestores do fundo de eficiência energética ou energia renovável ou de outro intermediário financeiro transmitem a vantagem, tanto quanto possível, aos beneficiários finais (os proprietários ou os arrendatários dos edifícios), sob a forma de volumes de financiamento maiores, requisitos em matéria de garantias menos exigentes, prémios de garantia mais baixos ou taxas de juro mais baixas.

4.3 Auxílios à mobilidade limpa

137. As secções 4.3.1 e 4.3.2 estabelecem as condições mediante as quais os auxílios estatais à mobilidade limpa nos setores do transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, em vias navegáveis interiores e marítimo e costeiro de passageiros e de mercadorias são suscetíveis de facilitar o desenvolvimento de uma atividade económica de forma respeitadora do ambiente, sem afetarem negativamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum da União.

4.3.1 *Auxílios à aquisição e locação financeira de veículos de transporte não poluentes e equipamento de serviços não poluente e à adaptação de veículos*

4.3.1.1 Fundamentação do auxílio

138. A fim de alcançar o objetivo juridicamente vinculativo da neutralidade climática da União até 2050, o Comunicação relativa Pacto Ecológico estabeleceu o objetivo da redução das emissões provenientes dos transportes de, no mínimo, 90 %, em comparação com os níveis de 1990 até 2050. A Comunicação da Comissão relativa à Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente⁶⁶ confirma a ambição do Pacto Ecológico e fixa diversos marcos destinados a nortear o caminho dos setores na consecução deste objetivo por meio da descarbonização dos modos de transporte individuais e de toda a cadeia de transporte⁶⁷.
139. Embora possam criar incentivos à adoção de veículos de transporte não poluentes, estabelecendo metas vinculativas para as emissões de CO₂ da nova frota de veículos rodoviários dos fabricantes⁶⁸, internalizando as externalidades climáticas e ambientais⁶⁹

⁶⁶ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Estratégia de mobilidade sustentável e inteligente – pôr os transportes europeus na senda do futuro, COM(2020) 789 final.

⁶⁷ Incluindo, nomeadamente, a ambição de, até 2030, ter pelo menos, 30 milhões de automóveis com nível nulo de emissões e 80 mil veículos pesados com nível nulo de emissões a circular nas estradas e de, até 2050, quase todos os automóveis, camionetas, autocarros e novos veículos pesados terem um nível nulo de emissões.

⁶⁸ Regulamento (UE) 2019/631 e Regulamento (UE) 2019/1242.

ou aumentando a procura de veículos por meio de contratos públicos⁷⁰, as políticas existentes podem não ser suficientes para resolver plenamente as deficiências do mercado que afetam o setor em causa. Não obstante as políticas existentes, determinados obstáculos e deficiências do mercado podem continuar por resolver, nomeadamente a acessibilidade em termos de preços dos veículos de transporte não poluentes em comparação com os veículos convencionais, a disponibilidade limitada da infraestrutura de carregamento ou abastecimento e a existência de externalidades ambientais. Os Estados-Membros podem, por conseguinte, conceder auxílios para colmatar essas deficiências residuais do mercado e apoiar o desenvolvimento do setor da mobilidade limpa.

4.3.1.2 Âmbito e atividades apoiadas

140. Podem ser concedidos auxílios à aquisição ou locação financeira de veículos de transporte não poluentes novos ou usados para o transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, por vias navegáveis interiores, marítimo e costeiro de passageiros e mercadorias, bem como à aquisição e locação financeira de equipamento de assistência em escala não poluente e equipamento de terminais não poluente.
141. Podem igualmente ser concedidos auxílios à adaptação de veículos de transporte que lhes permita serem considerados veículos de transporte não poluentes.

4.3.1.3 Efeito de incentivo

142. Para além das condições estabelecidas na secção 3.1.2, aplicam-se as condições estabelecidas nos n.ºs 143 a 147.
143. O Estado-Membro tem de apresentar um cenário contrafactual credível na ausência do auxílio. Um cenário contrafactual corresponde a um investimento com a mesma capacidade, vida útil e, se for o caso, outras características técnicas pertinentes do investimento respeitador do ambiente. Quando o investimento diz respeito à aquisição ou locação financeira de veículos de transporte não poluentes, o cenário contrafactual é, em geral, a aquisição ou a locação financeira de veículos da mesma categoria e da mesma capacidade que, no mínimo, cumprem as normas da União e que seriam objeto de aquisição ou locação financeira sem o auxílio.
144. Um outro cenário contrafactual pode consistir na manutenção do veículo existente em funcionamento durante um período correspondente à vida útil do investimento respeitador do ambiente. Nesse caso, devem ser tidos em conta os custos atualizados de manutenção, reparação e modernização durante esse período.
145. Em certos casos, o cenário contrafactual pode consistir numa substituição posterior do veículo de transporte, caso em que se deve ter em conta o valor atualizado do veículo de transporte e se deve corrigir a diferença da respetiva duração de vida económica do equipamento, uma abordagem que pode ser particularmente pertinente para os veículos

⁶⁹ Por exemplo, por meio da Diretiva 1999/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 1999, relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas (JO L 187 de 20.7.1999, p. 42) e o RCLE da União.

⁷⁰ Por exemplo, por meio da Diretiva (UE) 2019/1161.

de transporte com uma duração de vida económica mais longa, tais como navios, comboios e aeronaves.

146. No caso dos veículos de transporte sujeitos a acordos de locação financeira, deve proceder-se à comparação entre o valor atual da locação financeira do equipamento respeitador do ambiente e o valor atual da aquisição ou locação financeira do veículo de transporte menos respeitador do ambiente que seria utilizado na ausência do auxílio.
147. Num número limitado de casos, o investimento respeitador do ambiente pode consistir na adição de equipamento a um veículo existente (por exemplo a instalação de sistemas de controlo da poluição). Nesse caso, os custos elegíveis consistirão na totalidade dos custos de investimento.

4.3.1.4 Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais

4.3.1.4.1 Adequação

148. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 149 e 150.
149. A verificação da adequação em relação a outros instrumentos de intervenção deve ter em conta as potencialidades de outros tipos de intervenções que não os auxílios estatais para estimular o desenvolvimento do mercado da mobilidade limpa e o seu impacto esperado em comparação com o da medida proposta. Além disso, a avaliação da adequação do auxílio deve ter em conta o impacto das medidas alternativas destinadas a alcançar o mesmo objetivo, como, por exemplo, o impacto de um RCLE ou das obrigações regulamentares (incluindo a existência de zonas com baixas emissões no Estado-Membro em causa) e das regras em matéria de contratos públicos, como as estabelecidas pela Diretiva (UE) 2019/1161.
150. Os auxílios à aquisição e locação financeira de veículos de transporte não poluentes e à adaptação de veículos de transporte que lhes permitam ser considerados veículos de transporte não poluentes podem ser concedidos sob qualquer forma, incluindo subvenções, empréstimos ou garantias. O Estado-Membro tem de justificar a sua escolha de instrumento de auxílio e explicar por que razão os instrumentos de auxílio que provocam menos distorções não produziram resultados igualmente eficientes.

4.3.1.4.2 Proporcionalidade

151. O auxílio não pode exceder os custos necessários para facilitar o desenvolvimento da atividade económica em causa de forma a aumentar o nível de proteção do ambiente (ou seja, por meio da transição de veículos de transporte convencionais para veículos de transporte não poluentes), em comparação com o cenário contrafactual na ausência do auxílio. Os auxílios estatais podem ser considerados proporcionados se estiverem reunidas as condições descritas nos n.ºs 152 e 159.
152. Os sobrecustos (custos elegíveis) correspondem à diferença entre o custo total de propriedade de veículos de transporte não poluentes que se prevê que sejam adquiridos ou alugados por meio de locação financeira com o auxílio estatal e o custo total de propriedade no cenário contrafactual.

153. Os custos não diretamente ligados à consecução de um nível mais elevado de proteção do ambiente não serão elegíveis para apoio.
154. No que diz respeito à adaptação de veículos que lhes permita serem considerados veículos não poluentes, em conformidade com o n.º 146, os custos elegíveis correspondem aos custos totais da adaptação, assumindo que, num cenário contrafactual, os veículos mantêm a mesma duração de vida económica na ausência da adaptação.
155. O auxílio tem de ser concedido na sequência de um procedimento de concurso competitivo conduzido em conformidade com os critérios estabelecidos nos n.ºs 48 e 49.
156. Se forem incluídos critérios diferentes do montante de auxílio solicitado pelo requerente no âmbito do referido concurso, aplica-se o disposto no n.º 49. Os critérios de seleção podem, por exemplo, estar relacionados com os benefícios ambientais esperados do investimento em termos de reduções em equivalente de CO₂ ou de reduções de outros poluentes ao longo da sua vida útil. Nesses casos, a fim de facilitar a identificação dos benefícios ambientais, o Estado-Membro pode exigir que os proponentes indiquem nas suas propostas o nível esperado de reduções de emissões decorrentes do investimento, em comparação com o nível de emissões de um veículo comparável que cumpra as normas da União, se for caso disso. Os critérios ambientais utilizados no procedimento de concurso competitivo podem também incluir considerações relativas ao ciclo de vida, tais como o impacto ambiental da gestão em fim de vida do produto.
157. A concessão do procedimento de concurso competitivo tem de assegurar que continuam a existir incentivos suficientes para que os candidatos se candidatem a projetos relativos à aquisição de veículos de transporte de zero emissões, na medida em que estes estejam disponíveis para o modo de transporte em causa, os quais são geralmente mais dispendiosos do que as alternativas menos respeitadoras do ambiente, o que inclui assegurar que esses projetos não ficam em desvantagem devido à aplicação dos critérios de seleção em comparação com outros veículos de transporte não poluentes, que não são considerados veículos zero emissões. Por exemplo, os critérios ambientais podem ser concebidos como prémios que permitam atribuir uma pontuação mais elevada a projetos que acarretam benefícios ambientais além dos decorrentes dos requisitos de elegibilidade ou do objetivo principal do regime.
158. Em derrogação dos n.ºs 155, 156 e 157, se o número esperado de participantes não for suficiente para assegurar a efetiva concorrência ou evitar a licitação estratégica ou se não for possível organizar um procedimento de concurso, tal como descrito nos n.ºs 48 e 49, os auxílios podem ser concedidos sem recurso a um procedimento de concurso. Nesses casos, a intensidade de base do auxílio não pode exceder 40 % dos custos elegíveis. A intensidade de base do auxílio pode ser majorada em 10 pontos percentuais para os veículos de transporte com nível nulo de emissões, em 10 pontos percentuais para as médias empresas ou em 20 pontos percentuais para as pequenas empresas.
159. Exceionalmente, dependendo das características específicas da medida, o Estado-Membro pode igualmente demonstrar, com base numa análise do défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 47, 50 e 51, que é necessário um

Deleted: concurso competitivo

Deleted: concurso competitivo

Deleted: zero

montante de auxílio mais elevado. Nesse caso, o Estado-Membro tem de efetuar um controlo *ex post* para verificar os pressupostos assumidos no que respeita ao nível de auxílio exigido e implementar um mecanismo de recuperação, tal como estabelecido no n.º 53. O montante do auxílio não pode exceder o défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 50 e 51.

4.3.1.5 Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço

160. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 161 e 166.
161. A Comissão considera que certas medidas de auxílio têm efeitos negativos na concorrência e nas trocas comerciais que são pouco suscetíveis de serem compensados. Em especial, em comparação com investimentos alternativos, as medidas que incentivam novos investimentos em veículos de transporte alimentados a gás natural (incluindo GNC e GNL) podem conduzir a uma redução das emissões de gases com efeito de estufa e de outros poluentes a curto prazo, mas agravar as externalidades ambientais negativas a longo prazo. Além disso, os auxílios à aquisição de veículos de transporte não poluentes podem distorcer indevidamente a concorrência quando substituem investimentos em alternativas menos poluentes já disponíveis no mercado ou quando dão origem a um efeito de dependência de determinadas tecnologias, dificultando o desenvolvimento mais alargado de um mercado de tecnologias mais limpas e a utilização destas. Por conseguinte, nesses casos, a Comissão considera ser pouco provável a compensação dos efeitos negativos para a concorrência decorrentes dos auxílios à aquisição ou locação financeira de veículos de transporte não poluentes alimentados a gás natural, como os veículos GNC e GNL.
162. Poder-se-á considerar que os auxílios à aquisição ou locação financeira de veículos de GNC e GNL não geram efeitos de dependência no longo prazo nem substituem os investimentos em tecnologias mais limpas se, no momento em que o Estado-Membro notifica a Comissão da sua intenção de aplicar a medida de auxílio ou quando a medida de auxílio for aplicada, o Estado-Membro demonstrar que não estão facilmente disponíveis no mercado alternativas menos poluentes e não se prevê que as mesmas estejam disponíveis a curto prazo⁷¹. Poder-se-á igualmente considerar que os auxílios não geram efeitos de dependência nem substituem investimentos em tecnologias mais limpas, se o Estado-Membro se comprometer a assegurar que esses veículos serão postos em funcionamento utilizando uma mistura de biogás ou combustíveis de transporte gasosos renováveis de origem não biológica (mínimo de 20 %).
163. Já existem no mercado alternativas aos veículos que utilizam os combustíveis fósseis mais poluentes (como o gasóleo ou o gás de petróleo liquefeito, «GPL») para utilização nos setores do transporte rodoviário, do transporte por vias navegáveis interiores e marítimo e costeiro e do transporte ferroviário. Por conseguinte, não se considera que os auxílios à aquisição ou locação financeira desses veículos, mesmo quando sejam de

⁷¹ Nessa apreciação, a Comissão terá, geralmente, em consideração um período de quatro anos após a notificação ou a aplicação da medida de auxílio. A sua avaliação assentará em estudos de mercado independentes apresentados pelo Estado-Membro ou em quaisquer outros dados adequados.

nova geração e excedam as normas da União, se for o caso, produzem os mesmos efeitos positivos que os auxílios à aquisição ou locação financeira de veículos não poluentes com menores emissões diretas (medidas no tubo de escape/gases de escape) de CO₂. Em primeiro lugar, a melhoria marginal em termos de redução direta das emissões de CO₂ e de poluentes é contrabalançada pela continuação das emissões de carbono ligadas à utilização de combustíveis fósseis. Em segundo lugar, a concessão de auxílios à aquisição desses tipos de veículos comporta um risco significativo de criação de um efeito de dependência de tecnologias baseadas em combustíveis fósseis e de substituição dos investimentos em alternativas mais limpas disponíveis no mercado desviando a procura dos veículos a combustível alternativo não fóssil. Tal desincentivaria igualmente o desenvolvimento futuro do mercado de tecnologias limpas, não baseadas em combustíveis fósseis e orientadas para o futuro. Por conseguinte, a Comissão considera que é pouco provável a compensação dos efeitos negativos dos auxílios aos veículos que utilizam os combustíveis fósseis mais poluentes, como o gasóleo ou o GPL.

164. Ao avaliar a distorção da concorrência dos auxílios à aquisição de veículos de transporte não poluentes, a Comissão ponderará se a colocação em serviço de novos veículos de transporte resultará ou agravará deficiências do mercado existentes, como uma capacidade excedentária no setor em causa.
165. No que respeita ao setor do transporte ferroviário, tendo em conta as necessidades suplementares em matéria de capacidade relacionadas com o aumento da utilização deste modo de transporte, os Estados-Membros têm de assegurar que os auxílios não resultam no desmantelamento prematuro de material circulante com emissões nulas. Para o efeito, o material circulante com emissões nulas que, em resultado do auxílio, deixe de ser utilizado deve ser posto no mercado por um período mínimo de três meses por meio de um processo de venda suficientemente publicitado, aberto, transparente, não discriminatório e incondicional a preços de mercado.
166. No que respeita ao transporte aéreo, se o auxílio for concedido a uma empresa com atividade no setor em causa, o Estado-Membro tem de assegurar que o auxílio é concedido para a substituição de uma aeronave menos respeitadora do ambiente por uma aeronave não poluente de uma classe comparável e que o auxílio não resulta na expansão da frota do beneficiário.

4.3.2 *Auxílios à implantação de infraestrutura de carregamento ou abastecimento de veículos de transporte não poluentes*

4.3.2.1 *Fundamentação do auxílio*

167. É necessária uma rede global de infraestruturas de carregamento e abastecimento para permitir uma aceitação generalizada de veículos de transporte não poluentes e a transição para uma mobilidade sem emissões. Com efeito, um obstáculo particularmente crítico à adoção pelo mercado de veículos de transporte não poluentes é a disponibilidade limitada da infraestrutura para os recarregar ou abastecer. Além disso, não existe uma distribuição uniforme da infraestrutura de carregamento e abastecimento entre os Estados-Membros. Ao mesmo tempo, enquanto a percentagem de veículos de transporte não poluentes em funcionamento continuar a ser limitada, o mercado pode,

por si só, não conseguir fornecer as infraestruturas de carregamento e abastecimento necessárias.

168. A Diretiva 2014/94/UE do Parlamento Europeu e do Conselho⁷² cria um quadro comum de medidas para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos nos transportes na União e estabelece disposições dirigidas aos Estados-Membros para a implantação dessa infraestrutura. Além disso, outras políticas que promovem a adoção de veículos de transporte não poluentes podem já fornecer sinais de investimento a favor da implantação de infraestruturas de carregamento e abastecimento. No entanto, essas políticas podem, por si só, não ser suficientes para colmatar plenamente as deficiências do mercado identificadas. Os Estados-Membros podem, por conseguinte, conceder auxílios para colmatar essas deficiências residuais do mercado e apoiar a implantação da infraestrutura de carregamento e abastecimento.

4.3.2.2 Âmbito e atividades apoiadas

169. Podem ser concedidos auxílios à construção e instalação ou à modernização de infraestruturas de carregamento ou abastecimento.
170. Os projetos também podem incluir instalações consagradas a atividades de carregamento inteligente e de produção no local de eletricidade ou hidrogénio a partir de fontes renováveis, ligadas à infraestrutura de carregamento ou abastecimento por ligação direta, bem como instalações de armazenamento no local de eletricidade e de hidrogénio a fornecer como combustíveis para os transportes.

4.3.2.3 Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais

4.3.2.3.1 Necessidade do auxílio

171. O Estado-Membro tem de verificar a necessidade de um auxílio destinado a incentivar a implantação de infraestruturas de carregamento ou abastecimento da mesma categoria⁷³ através de uma consulta pública *ex ante* ou de um estudo de mercado independente. Em especial, o Estado-Membro tem de verificar se as infraestruturas semelhantes são suscetíveis de serem desenvolvidas em condições comerciais a curto prazo⁷⁴.
172. Ao avaliar a necessidade da infraestrutura de carregamento e abastecimento de veículos de transporte de zero emissões e não poluentes de acesso aberto a terceiros, incluindo infraestrutura de carregamento e abastecimento de acesso público, pode ser tida em conta a penetração no mercado dos veículos de transporte não poluentes que essa infraestrutura serviria.

4.3.2.3.2 Adequação

⁷² Diretiva 2014/94/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos (JO L 307 de 28.10.2014, p. 1).

⁷³ Por exemplo, para a infraestrutura de carregamento, potência normal ou alta potência.

⁷⁴ Para essa avaliação, a Comissão ponderará, de um modo geral, se a infraestrutura de carregamento ou de abastecimento deverá ser implantada em condições comerciais num prazo de três anos. A sua avaliação assentará nos resultados da consulta pública *ex ante* referida no n.º 171, em estudos de mercado independentes apresentados pelo Estado-Membro ou em quaisquer outros dados adequados.

173. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 174 e 175.
174. A verificação da adequação em relação a outros instrumentos de intervenção deve ter em conta o potencial de novas intervenções regulamentares para estimular a transição para a mobilidade limpa e o seu impacto esperado em comparação com o da medida proposta. Os Estados-Membros devem, em especial, ter em conta o impacto de um RCLE, se for o caso, e de obrigações como as estabelecidas pela Diretiva 2014/94/UE.
175. No que diz respeito à verificação da adequação entre os diferentes instrumentos de auxílio, os auxílios à implantação de infraestruturas de carregamento ou abastecimento podem ser concedidos sob qualquer forma, incluindo subvenções, empréstimos ou garantias. O Estado-Membro tem de justificar a sua escolha de instrumento de auxílio e explicar por que razão os instrumentos de auxílio que provocam menos distorções não produziram resultados igualmente eficientes.

4.3.2.3.3 Proporcionalidade

176. O auxílio não pode exceder os custos necessários para facilitar o desenvolvimento da atividade económica em causa de forma a aumentar o nível de proteção do ambiente. Os auxílios podem ser considerados proporcionados se estiverem reunidas as condições descritas nos n.ºs 177 e 182.
177. Os custos elegíveis são os custos do investimento na construção e instalação ou na modernização da infraestrutura de carregamento ou abastecimento. Estes custos podem incluir os custos:
- (a) Da própria infraestrutura de carregamento ou de abastecimento;
 - (b) Da instalação ou modernização de componentes elétricos ou de outro tipo, tal como para fins de aptidão para as tecnologias inteligentes da infraestrutura de carregamento, incluindo transformadores de potência necessários para ligar a infraestrutura de carregamento ou de abastecimento à rede ou a uma unidade local de produção ou armazenamento de eletricidade ou hidrogénio;
 - (c) Do equipamento técnico conexo;
 - (d) Das obras de engenharia civil conexas;
 - (e) Das adaptações fundiárias ou rodoviárias conexas;
 - (f) De obtenção de licenças conexas.
178. Se um projeto incluir a produção no local de eletricidade renovável ou hidrogénio renovável ou o armazenamento no local de eletricidade renovável ou hidrogénio renovável, os custos elegíveis podem incluir os custos de investimento das unidades de produção de eletricidade renovável ou hidrogénio renovável no local ou das instalações de armazenamento de eletricidade renovável ou hidrogénio renovável no local.
179. O auxílio tem de ser concedido na sequência de um procedimento de concurso competitivo conduzido em conformidade com os critérios estabelecidos nos n.ºs 48 e

49. A concessão do procedimento de concurso competitivo tem de assegurar que continuam a existir incentivos suficientes para que os candidatos se candidatem a projetos relativos à infraestrutura de carregamento ou abastecimento que só forneça eletricidade renovável ou hidrogénio renovável. Os projetos relativos à infraestrutura de carregamento ou abastecimento que só forneça eletricidade renovável ou hidrogénio renovável não podem ser ficar em desvantagem devido à aplicação dos critérios de concessão em comparação com os projetos relativos à infraestrutura de carregamento ou abastecimento que também forneça eletricidade e hidrogénio de elevada intensidade carbónica.

180. Em derrogação do n.º 179, o auxílio pode ser concedido com base em métodos diferentes de um procedimento de concurso competitivo nos seguintes casos:

- (a) Se o número esperado de participantes não for suficiente para assegurar uma concorrência efetiva ou evitar a licitação estratégica; ou
- (b) Se não for possível organizar um procedimento de concurso competitivo, tal como descrito nos n.ºs 48 e 49.

181. Nos casos enumerados no n.º 180, o montante do auxílio pode ser determinado com base numa análise do défice de financiamento, tal como previsto nos n.ºs 47, 50 e 51. O Estado-Membro tem de efetuar um controlo *ex post* para verificar os pressupostos assumidos no que respeita ao nível de auxílio exigido e implementar um mecanismo de recuperação, tal como estabelecido no n.º 53.

182. Em alternativa ao n.º 181, a intensidade de base do auxílio não pode exceder 30 % dos custos elegíveis ou 40 % dos custos elegíveis se a infraestrutura de carregamento ou abastecimento fornecer apenas eletricidade renovável ou hidrogénio renovável, respetivamente. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 10 pontos percentuais para as médias empresas ou em 20 pontos percentuais para as pequenas empresas. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 15 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado ou em 5 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado.

4.3.2.4 Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço

183. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 184 e 189.

184. Os auxílios à implantação ou modernização de infraestruturas de abastecimento podem distorcer indevidamente a concorrência quando substituem investimentos em alternativas menos poluentes já disponíveis no mercado ou geram um efeito de dependência de determinadas tecnologias, dificultando o desenvolvimento mais alargado de um mercado de tecnologias mais limpas e a utilização destas. Por conseguinte, nesses casos, a Comissão considera que é pouco provável a compensação dos efeitos negativos para a concorrência decorrentes dos auxílios à implantação ou modernização de infraestruturas de abastecimento de combustíveis à base de gás natural, como o GNC e o GNL.

185. Poder-se-á considerar que os auxílios à implantação ou modernização de infraestrutura de abastecimento de GNC e GNL não geram efeitos de dependência no longo prazo nem substituem os investimentos em tecnologias mais limpas se, no momento em que o Estado-Membro notifica a Comissão da sua intenção de aplicar a medida de auxílio ou quando a medida de auxílio for aplicada, o Estado-Membro demonstrar que não estão facilmente disponíveis no mercado alternativas menos poluentes e não se prevê que as mesmas estejam disponíveis a curto prazo⁷⁵. Poder-se-á igualmente considerar que os auxílios à implantação ou modernização de infraestrutura de abastecimento de GNC e GNL não geram efeitos de dependência se o Estado-Membro se comprometer a assegurar que o GNC e GNL é misturado com biogás ou combustíveis de transporte gasosos renováveis de origem não biológica (mínimo de 20 %).
186. Já existem no mercado alternativas aos combustíveis fósseis para utilização nos setores do transporte rodoviário, do transporte por vias navegáveis interiores e marítimo e costeiro e do transporte ferroviário. Por conseguinte, considera-se que os auxílios à implantação ou modernização de infraestruturas de abastecimento de combustíveis de origem fóssil como o hidrogénio de elevada intensidade carbónica não produzem os mesmos efeitos positivos que os auxílios à implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis de origem não fóssil. Em primeiro lugar, a melhoria em termos de reduções diretas das emissões de CO₂ conseguida no setor dos transportes é provavelmente contrabalançada pela continuação das emissões de carbono ligadas à produção e utilização de combustíveis de origem fóssil. Em segundo lugar, na ausência de um compromisso do Estado-Membro de que a infraestrutura de abastecimento fornecerá hidrogénio renovável ou, pelo menos, hipocarbónico, a concessão de auxílios à implantação de infraestrutura de abastecimento de hidrogénio pode comportar um risco de criação de um efeito de dependência da produção de hidrogénio de elevada intensidade carbónica, substituindo assim os investimentos em alternativas mais limpas desviando a procura dos processos de produção de origem não fóssil. Tal desincentivaria também o desenvolvimento do mercado de tecnologias limpas e não baseadas em combustíveis fósseis para a mobilidade sem emissões, bem como para a produção de combustíveis e de energia não fósseis. Por conseguinte, a Comissão considera que é, em geral, pouco provável a compensação dos efeitos negativos para a concorrência decorrentes dos auxílios à implantação ou modernização de infraestruturas de abastecimento de combustíveis de origem fóssil como o hidrogénio de elevada intensidade carbónica.
187. Na ausência de salvaguardas adequadas, o auxílio pode resultar na criação ou no reforço das posições de poder de mercado, o que pode impedir ou prejudicar uma concorrência efetiva nos mercados emergentes ou em desenvolvimento. Por conseguinte, o Estado-Membro tem de assegurar que a concessão da medida de auxílio contém salvaguardas adequadas para fazer face a esse risco. As referidas salvaguardas podem incluir, por exemplo, o estabelecimento de uma percentagem máxima do orçamento da medida que pode ser atribuída a uma única empresa.

⁷⁵ Nessa apreciação, a Comissão terá, geralmente, em consideração um período de quatro anos após a notificação ou a aplicação da medida de auxílio. A sua avaliação assentará em estudos de mercado independentes apresentados pelo Estado-Membro ou em quaisquer outros dados adequados.

188. Qualquer concessão ou outro tipo de atribuição a terceiros para explorar as infraestruturas de carregamento ou de abastecimento tem de ser efetuada de uma forma concorrencial, transparente e não discriminatória, tendo devidamente em conta as regras da União em matéria de contratos públicos, se for o caso.
189. Se forem concedidos auxílios à implantação ou modernização de infraestruturas de carregamento ou abastecimento de acesso aberto a terceiros, incluindo infraestruturas de carregamento e abastecimento de acesso público, estas últimas devem ser acessíveis ao público e proporcionar aos utilizadores um acesso não discriminatório, nomeadamente no que respeita às tarifas, aos métodos de autenticação e pagamento e a outras condições de utilização. Além disso, o Estado-Membro deve assegurar que as tarifas cobradas a utilizadores terceiros na utilização da infraestrutura de carregamento e abastecimento correspondem ao preço de mercado.

4.4 Auxílios à eficiência dos recursos e destinados a apoiar a transição para uma economia circular

4.4.1 Fundamentação do auxílio

190. O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)⁷⁶ prevê uma agenda orientada para o futuro, que visa acelerar a transição da União para uma economia circular como parte da mudança transformadora promovida pela Comunicação relativa ao Pacto Ecológico. O plano de ação promove processos de economia circular, incentiva o consumo e a produção sustentável e visa garantir que os resíduos são evitados e que os recursos utilizados são mantidos na economia da União durante tanto tempo quanto possível. Estes objetivos são também uma condição prévia para alcançar o objetivo de neutralidade climática da União para 2050 e uma economia mais limpa e sustentável.
191. O PAEC refere especificamente a necessidade de os objetivos ligados à economia circular se refletirem no contexto da revisão das orientações relativas aos auxílios estatais no domínio do ambiente e da energia. O apoio financeiro sob a forma de auxílios estatais, combinado com regras gerais, claras e coerentes, pode desempenhar um papel fundamental no apoio à circularidade nos processos de produção enquanto parte de uma transformação mais ampla da indústria da União rumo à neutralidade climática e à competitividade no longo prazo. Pode igualmente desempenhar um papel fundamental na criação de um mercado funcional de matérias-primas secundárias da União que reduzirá a pressão sobre os recursos naturais e criará crescimento e emprego sustentável.

4.4.2 Âmbito e atividades apoiadas

192. Os auxílios abrangidos pela presente secção podem ser concedidos a:
- (a) Investimentos que melhorem a eficiência dos recursos através de uma ou de ambas as medidas seguintes:

⁷⁶ Comunicação da Comissão intitulada «Um novo Plano de Ação para a Economia Circular – Para uma Europa mais limpa e competitiva», COM/2020/98 final.

- (i) uma redução líquida dos recursos consumidos na produção da mesma quantidade de produção⁷⁷,
 - (ii) substituição de matérias-primas primárias por matérias-primas secundárias (reutilizadas ou recicladas);
- (b) Investimentos na redução, na prevenção, na preparação para a reutilização, na preparação para a reciclagem e na reciclagem de resíduos⁷⁸ produzidos pelo beneficiário ou investimentos na preparação para a reutilização, na preparação para a reciclagem e na reciclagem de resíduos produzidos por terceiros e que, de outro modo, seriam eliminados ou tratados com base numa operação de tratamento numa posição inferior na ordem de prioridade dos resíduos⁷⁹, de uma forma menos eficiente em termos de recursos⁸⁰ ou de uma forma que conduzissem à redução da qualidade da reciclagem;
 - (c) Investimentos na preparação para a reutilização, na preparação para a reciclagem e na reciclagem de outros produtos, materiais ou substâncias⁸¹ produzidos pelo beneficiário ou por terceiros e que, de outro modo, não seriam utilizados ou seriam eliminados ou valorizados de uma forma menos eficiente em termos de recursos⁸² ou de uma forma que conduzissem à redução da qualidade da reciclagem;
 - (d) Investimentos relativos à recolha seletiva⁸³ e triagem de resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias com vista à preparação para a reutilização ou reciclagem.
193. Em determinadas condições, podem ser concedidos auxílios para cobrir os custos de exploração para a recolha seletiva e a triagem de resíduos em relação a fluxos ou tipos específicos de resíduos (ver n.º 216).
194. Os auxílios relativos à recuperação de calor residual de processos de produção ou os auxílios relativos à CUC serão apreciados nas condições aplicáveis aos auxílios à redução das emissões de gases com efeito de estufa estabelecidas na secção 4.1.

⁷⁷ Os recursos consumidos podem incluir todos os recursos materiais consumidos, exceto a energia. A redução pode ser determinada através da medição ou estimativa do consumo antes e depois da aplicação da medida de auxílio, incluindo eventuais ajustamentos das condições externas que possam afetar o consumo de recursos.

⁷⁸ Ver definições de reutilização, preparação para a reutilização, reciclagem e resíduos no n.º 18, pontos (54), (57), (66) e (79).

⁷⁹ A hierarquia dos resíduos consiste em: a) prevenção, b) preparação para a reutilização, c) reciclagem, d) outros tipos de valorização, por exemplo, a valorização energética, e e) eliminação. Ver artigo 4.º, ponto 1, da Diretiva 2008/98/CE.

⁸⁰ No que respeita aos investimentos que melhoram a eficiência dos recursos descritos no n.º 192, alínea (a)), subalíneas (i) e (ii).

⁸¹ Outros produtos, materiais ou substâncias podem incluir subprodutos (como referido no artigo 5.º da Diretiva 2008/98/CE), resíduos agrícolas e florestais, águas residuais, águas pluviais e águas de escoamento, minerais, nutrientes, gases residuais provenientes de processos de produção, produtos, peças e materiais redundantes, etc. Os produtos, peças e materiais redundantes são produtos, peças ou materiais que já não são necessários ou úteis para o seu detentor, mas que são adequados para reutilização.

⁸² Ver nota de rodapé 95.

⁸³ Ver a definição de «recolha seletiva» no artigo 3.º, ponto 11, da Diretiva 2008/98/CE.

195. A presente secção não se aplica às medidas referidas no n.º 192, alíneas (a) a (d), que sejam apoiadas por compensações pela prestação de serviços de interesse económico geral.

4.4.3 *Efeito de incentivo*

196. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 197 e 201.
197. O Estado-Membro tem de apresentar um cenário contrafactual credível. Um cenário contrafactual corresponde, de modo geral, a um investimento com a mesma capacidade, vida útil e, se for o caso, outras características técnicas pertinentes do investimento respeitador do ambiente.
198. O cenário contrafactual também pode consistir na manutenção de instalações ou equipamento existente em funcionamento durante um período correspondente à vida útil do investimento respeitador do ambiente. Nesse caso, devem ser tidos em conta os custos atualizados de manutenção, reparação e modernização durante esse período.
199. Em certos casos, o cenário contrafactual pode consistir numa substituição posterior de instalações e equipamento, caso em que se deve ter em conta o valor atualizado das instalações e do equipamento e se deve corrigir a diferença da respetiva duração de vida económica das instalações e do equipamento.
200. No caso de equipamento sujeito a acordos de locação financeira, deve proceder-se à comparação entre o valor atual da locação financeira do equipamento respeitador do ambiente e o valor atual da locação financeira do equipamento menos respeitador do ambiente que seria utilizado na ausência do auxílio.
201. Num número limitado de casos, o investimento respeitador do ambiente pode consistir na adição de instalações ou equipamento a um investimento existente. Nesse caso, os custos elegíveis deverão consistir na totalidade dos custos de investimento.

4.4.4 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.4.4.1 *Necessidade do auxílio*

202. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.1.1, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 203 e 205.
203. Os auxílios só podem ser considerados necessários se os resíduos ou outras substâncias ou materiais fossem, de outra forma, eliminados ou tratados com base numa operação de tratamento numa posição inferior na ordem de prioridade dos resíduos ou de uma forma menos eficiente em termos de recursos ou não fossem utilizados de outra forma.
204. O investimento objeto de auxílio não pode corresponder a uma prática economicamente rentável. Por conseguinte, o processo ou processos através dos quais os resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias são preparados para reutilização ou reciclagem ou são reciclados não podem corresponder a uma prática comercial economicamente rentável ou estabelecida. Quando se mostre adequado, tal tem de ser

verificado na perspetiva das práticas geralmente aplicadas em toda a União e em todas as tecnologias⁸⁴.

205. No caso de auxílios à recolha seletiva e à triagem de resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias, o Estado-Membro deve demonstrar que a recolha seletiva e a triagem estão subdesenvolvidas nesse Estado-Membro. Se for concedido um auxílio para cobrir os custos de exploração, o Estado-Membro tem de demonstrar que esse auxílio é necessário durante um período transitório destinado a facilitar a transição para a economia circular, nomeadamente, mas não exclusivamente, a preparação para a reutilização, a preparação para a reciclagem ou a reciclagem. O Estado-Membro tem de ter em conta todas as obrigações decorrentes dos regimes de responsabilidade alargada do produtor.

4.4.4.2 Adequação

206. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos no n.º 207.
207. Em conformidade com o princípio do «poluidor-pagador»⁸⁵, as empresas que gerem resíduos não devem ser dispensadas dos custos do seu tratamento. Por conseguinte, os auxílios não devem eximir as empresas que gerem resíduos de quaisquer custos ou obrigações relacionados com o tratamento de resíduos da sua responsabilidade ao abrigo do direito da União ou nacional, incluindo no âmbito de regimes de responsabilidade alargada do produtor. Além disso, os auxílios não devem eximir as empresas de custos que devam ser considerados custos normais de uma empresa.

4.4.4.3 Proporcionalidade

208. Os custos elegíveis são os sobrecustos de investimento, que consistem na diferença entre os custos do investimento ou da atividade objeto de auxílio e os do investimento no cenário contrafactual, que pode ser um dos seguintes:
- (a) Um investimento comparável, tal como descrito no n.º 197, que seria realizado de forma credível sem auxílio e que não atinge o mesmo nível de eficiência na utilização dos recursos;
 - (b) Um tratamento dos resíduos com base numa operação de tratamento em posição inferior na ordem de prioridade dos resíduos ou de uma forma menos eficiente em termos de recursos;
 - (c) O processo de produção convencional relativo à matéria-prima ou produto primário, se o produto reutilizado ou reciclado (secundário) for técnica e economicamente substituível pela matéria-prima ou produto primário; ou
 - (d) Outro cenário contrafactual baseado em pressupostos devidamente justificados.

⁸⁴ Do ponto de vista tecnológico, pode ser adequado, por exemplo, verificar se o investimento previsto conduziria a um maior nível de reciclabilidade ou a uma maior qualidade do material reciclado em comparação com a prática normal.

⁸⁵ Ver a definição no n.º 18, ponto (53).

209. Sempre que o produto, substância ou material constitua um resíduo, a menos que seja reutilizado e não exista qualquer requisito legal para que esse produto, substância ou material seja eliminado ou tratado de outro modo, os custos elegíveis podem corresponder ao investimento necessário para recuperar o produto, substância ou material em causa.
210. A intensidade de base do auxílio não pode exceder 40 % dos custos elegíveis.
211. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 10 pontos percentuais para as médias empresas ou em 20 pontos percentuais para as pequenas empresas.
212. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 15 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado ou em 5 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado.
213. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 10 pontos percentuais no que respeita às atividades de ecoinovação, desde que sejam preenchidas as seguintes condições cumulativas:
- (a) O ativo ou o projeto que constitui uma atividade de ecoinovação deve ser inédito ou representar uma melhoria substancial comparativamente ao estado da técnica no setor em causa na União⁸⁶;
 - (b) O benefício esperado para o ambiente deve ser significativamente superior à melhoria resultante da evolução geral do estado da técnica em atividades comparáveis⁸⁷;
 - (c) O caráter inovador da atividade implica um grau de risco patente, em termos tecnológicos, de mercado ou financeiros, superior ao risco geralmente associado às atividades não inovadoras comparáveis⁸⁸.

⁸⁶ O caráter inédito pode ser demonstrado pelos Estados-Membros, por exemplo, com base numa descrição exata da inovação e das condições de mercado para a sua introdução ou divulgação, que a compare com os processos ou as técnicas de organização mais avançadas, geralmente utilizadas por outras empresas no mesmo setor.

⁸⁷ Caso possam ser utilizados parâmetros quantitativos para comparar as atividades ecoinovadoras com atividades normais não inovadoras, por «significativamente superior» entende-se uma melhoria marginal prevista das atividades ecoinovadoras, em termos de redução do risco ou da poluição do ambiente, ou ainda em termos de uma melhor eficiência do ponto de vista energético ou dos recursos, que deve ser pelo menos duas vezes superior à melhoria marginal esperada, em consequência da evolução geral das atividades não inovadoras comparáveis. Se a abordagem proposta não se revelar adequada para um determinado caso ou se não for possível qualquer comparação quantitativa, o processo relativo ao pedido de auxílio estatal deve conter uma descrição pormenorizada do método utilizado para avaliar este critério que assegure um nível de apreciação comparável ao do método proposto.

⁸⁸ A existência deste risco pode ser demonstrada pelo Estado-Membro, por exemplo, em termos da relação entre os custos e o volume de negócios da empresa, do tempo necessário para o desenvolvimento, dos ganhos esperados com a atividade de ecoinovação comparativamente aos custos e da probabilidade de fracasso.

214. Em derrogação dos n.ºs 210 a 213, o Estado-Membro pode igualmente demonstrar, com base numa análise do défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 47, 50 e 51, que é necessária uma intensidade de auxílio mais elevada. Nesse caso, o Estado-Membro tem de efetuar um controlo *ex post* para verificar os pressupostos assumidos no que respeita ao nível de auxílio exigido e implementar um mecanismo de recuperação, tal como estabelecido no n.º 53. O montante do auxílio não pode exceder o défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 50 e 51.

215. Se o auxílio for concedido na sequência de um [procedimento de concurso](#) conduzido em conformidade com os critérios estabelecidos nos n.ºs 48 e 49, o montante do auxílio é considerado proporcionado.

Deleted: concurso competitivo

216. O auxílio pode também cobrir custos de exploração se estiver relacionado com a recolha seletiva e a triagem de resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias em relação a fluxos de resíduos ou tipos de resíduos específicos com vista à preparação para a reutilização ou reciclagem, caso em que devem estar preenchidas as seguintes condições:

- (a) O auxílio tem de ser concedido na sequência de um procedimento de concurso competitivo conduzido em conformidade com os critérios estabelecidos nos n.ºs 48 e 49, que deve ser aberto de forma não discriminatória a todos os operadores que prestam serviços de recolha seletiva e triagem;
- (b) Em caso de grande incerteza quanto à evolução futura dos custos de exploração durante a vigência da medida, a conceção do procedimento de concurso pode incluir regras que limitem a compensação em determinadas circunstâncias bem identificadas, desde que essas regras e circunstâncias sejam estabelecidas *ex ante* de forma transparente;
- (c) Os eventuais auxílios ao investimento, concedidos a uma instalação utilizada para a recolha seletiva e a triagem de resíduos em relação a fluxos ou tipos específicos de resíduos, devem ser deduzidos do auxílio à exploração concedido a essa mesma instalação quando ambas as formas de auxílio cubram os mesmos custos elegíveis;
- (d) Os auxílios podem ser concedidos por um período máximo de cinco anos.

4.4.5 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais*

217. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 218 e 221.

218. O auxílio não pode incentivar a produção de resíduos.

219. O auxílio não pode apenas aumentar a procura de resíduos ou outros materiais e recursos destinados a ser reutilizados, reciclados ou valorizados sem aumentar a recolha desses materiais.

220. Ao avaliar o impacto do auxílio no mercado, a Comissão terá em conta os efeitos potenciais do auxílio no funcionamento dos mercados dos materiais primários e secundários no que diz respeito aos produtos em causa.

221. Ao avaliar o impacto no mercado dos auxílios aos custos de exploração relacionados com a recolha seletiva e a triagem de resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias em relação a fluxos de resíduos ou tipos de resíduos específicos com vista à preparação para a reutilização ou reciclagem, a Comissão terá em conta, nomeadamente, as potenciais interações com os regimes de responsabilidade alargada do produtor no Estado-Membro em causa.

4.5 Auxílios à prevenção ou redução da poluição não proveniente de gases com efeito de estufa

4.5.1 Fundamentação do auxílio

222. A ambição de poluição zero constante da Comunicação relativa ao Pacto Ecológico em prol de um ambiente livre de substâncias tóxicas deve assegurar a redução, até 2050, da poluição para níveis que já não são prejudiciais para os seres humanos e os ecossistemas naturais e que respeitem os limites que o nosso planeta suporta, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁸⁹ e os objetivos de longo prazo do 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente⁹⁰. A União estabeleceu metas específicas para a redução do nível de poluição, tais como um ar mais limpo⁹¹ e uma poluição zero das massas de água⁹², a redução do ruído, do lixo marinho e da poluição por microplásticos e resíduos⁹³, bem como metas para o excesso de nutrientes e fertilizantes, pesticidas perigosos e substâncias que provocam resistência antimicrobiana⁹⁴.

⁸⁹ Ver https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030_Agenda_for_Sustainable_Development_web.pdf.

⁹⁰ Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um programa geral de ação da União para 2030 em matéria de ambiente, COM (2020) 652 final.

⁹¹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Um Programa Ar Limpo para a Europa», COM(2013) 0918 final. Ver igualmente Diretiva 2004/107/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 2004, relativa ao arsénio, ao cádmio, ao mercúrio, ao níquel e aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente (JO L 23 de 26.1.2005, p. 3) e Diretiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2008, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa (JO L 152 de 11.6.2008, p. 1) no que respeita ao ozono na baixa troposfera, partículas em suspensão, óxidos de azoto, metais pesados perigosos e diversos poluentes. Ver igualmente Diretiva (UE) 2016/2284 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos, que altera a Diretiva 2003/35/CE e revoga a Diretiva 2001/81/CE (JO L 344 de 17.12.2016, p. 1) no que respeita aos poluentes atmosféricos transfronteiriços mais importantes: dióxido de enxofre, óxidos de azoto, amoníaco, compostos orgânicos voláteis não metânicos e partículas em suspensão.

⁹² A Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água (JO L 327 de 22.12.2000, p. 1), exige que todas as massas de água de superfície e subterrânea tenham um bom estado químico, exceto se forem aplicáveis isenções.

⁹³ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Caminho para um planeta saudável para todos – Plano de ação da UE: “Rumo à poluição zero no ar, na água e no solo”», COM(2021) 400 final.

⁹⁴ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente», COM(2020) 381 final.

223. O apoio financeiro sob a forma de auxílios estatais pode contribuir substancialmente para o objetivo ambiental de redução das formas de poluição distintas das emissões de gases com efeito de estufa.

4.5.2 *Âmbito e atividades apoiadas*

224. Podem ser concedidos auxílios à prevenção ou redução da poluição não proveniente de gases com efeito de estufa a investimentos que permitam às empresas ir além das normas da União em matéria de proteção do ambiente, aumentar o nível de proteção do ambiente na ausência de normas da União ou cumprir normas da União que ainda não estejam em vigor.
225. Se o auxílio for concedido sob a forma de autorizações negociáveis⁹⁵, a medida do auxílio tem de ser concebida de molde a alcançar objetivos ambientais que superem os destinados a serem alcançados com base em normas da União obrigatórias para as empresas em causa.
226. Os auxílios têm de visar principalmente a prevenção ou a redução da poluição diretamente ligada às atividades próprias do beneficiário.
227. Os auxílios não podem meramente deslocar poluentes de um setor para outro ou de um meio ambiente para outro (por exemplo, da atmosfera para as águas). Se visarem a redução da poluição, os auxílios têm de alcançar uma redução global da poluição.
228. A presente secção não se aplica às medidas de auxílio abrangidas pelo âmbito da secção 4.1. Se uma medida contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a prevenção ou redução da poluição que não por gases com efeito de estufa, a compatibilidade da medida será avaliada com base na secção 4.1 ou na presente secção, dependendo do objetivo predominante.

4.5.3 *Efeito de incentivo*

229. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 230 e 231.
230. Os auxílios aos investimentos que permitem ao beneficiário exceder as normas da União aplicáveis contribuem para o objetivo ambiental ou energético. Para não desincentivar os Estados-Membros de fixarem normas nacionais obrigatórias mais rigorosas que as normas da União correspondentes, as medidas de auxílio podem ter um efeito de incentivo independentemente da presença de normas nacionais obrigatórias mais rigorosas que as normas da União. Estão incluídas, por exemplo, as medidas destinadas a melhorar a qualidade da água e do ar para além das normas da União. Esse contributo positivo também existe na presença de normas nacionais obrigatórias adotadas na ausência de normas da União.
231. Considerar-se-á que os auxílios para efeitos de adaptação a normas da União adotadas, mas que ainda não entraram em vigor, têm um efeito de incentivo se o investimento for

⁹⁵ As autorizações negociáveis podem pressupor auxílios estatais, em especial quando os Estados-Membros concedem autorizações e licenças abaixo do seu valor de mercado.

executado e concluído, pelo menos, 18 meses antes de as normas da União entrarem em vigor.

4.5.4 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.5.4.1 Necessidade do auxílio

232. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.1.1, aplicam-se os requisitos estabelecidos no n.º 233.
233. No que respeita aos auxílios sob a forma de autorizações negociáveis⁹⁶, o Estado-Membro tem de demonstrar que se encontram cumulativamente preenchidas as condições que se seguem:
- (a) A venda exclusiva em leilão conduz a um aumento substancial dos custos de produção para cada setor ou categoria de beneficiários individuais;
 - (b) O aumento substancial dos custos de produção não pode ser repercutido nos clientes sem implicar reduções significativas a nível das vendas⁹⁷;
 - (c) As empresas individuais no setor não têm a possibilidade de reduzir os níveis das emissões a fim de tornar comportáveis os preços dos certificados. O facto de o consumo ser incompressível pode ser comprovado mediante a apresentação dos níveis de emissão decorrentes da técnica com os melhores resultados no Espaço Económico Europeu que servirão de parâmetro de referência. Qualquer empresa que aplique a técnica com os melhores resultados pode beneficiar, no máximo, de uma licença correspondente ao aumento do custo de produção devido ao regime de autorizações negociáveis com base nesta técnica, aumento esse que não pode ser repercutido nos clientes. Qualquer empresa que apresente piores desempenhos do ponto de vista ambiental beneficia de uma licença mais restrita, proporcional ao seu desempenho ambiental.

4.5.4.2 Proporcionalidade

234. Os custos elegíveis correspondem a sobrecustos de investimento diretamente associados à consecução de um maior nível de proteção do ambiente.
235. Os sobrecustos de investimento consistem na diferença entre os custos do investimento objeto de auxílio e os do investimento no cenário contrafactual, tal como descrito nos n.ºs 197 a 201. Se o projeto consistir numa adaptação antecipada às normas da União que ainda não estão em vigor, em princípio, o cenário contrafactual deve ser o descrito no n.º 199.
236. A intensidade de base do auxílio não pode exceder 40 % dos custos elegíveis.

⁹⁶ As autorizações negociáveis podem pressupor auxílios estatais, em especial quando os Estados-Membros concedem autorizações e licenças abaixo do seu valor de mercado.

⁹⁷ A análise pode ser realizada com base, nomeadamente, em estimativas da elasticidade dos preços dos produtos no setor em causa, bem como em estimativas das vendas não realizadas e o seu impacto sobre a rentabilidade do beneficiário.

237. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 10 pontos percentuais para as médias empresas ou em 20 pontos percentuais para as pequenas empresas.
238. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 15 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado ou em 5 pontos percentuais para investimentos situados em zonas assistidas que preencham as condições do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado.
239. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 10 pontos percentuais no que respeita às atividades de ecoinovação, desde que estejam preenchidas as condições constantes do n.º 213.
240. Em derrogação dos n.ºs 236 a 239, o Estado-Membro pode igualmente demonstrar, com base numa análise do défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 47, 50 e 51, que é necessário um montante de auxílio mais elevado. Nesse caso, o Estado-Membro tem de efetuar um controlo *ex post* para verificar os pressupostos assumidos no que respeita ao nível de auxílio exigido e implementar um mecanismo de recuperação, tal como estabelecido no n.º 53. O montante do auxílio não pode exceder o défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 50 e 51.
241. Se o auxílio for concedido na sequência de um concurso competitivo conduzido em conformidade com os critérios estabelecidos nos n.ºs 48 e 49, o montante do auxílio é considerado proporcionado.
242. No que respeita aos auxílios sob a forma de autorizações negociáveis, a Comissão verificará igualmente se:
- (a) A atribuição é efetuada de forma transparente, com base em critérios objetivos e a partir de fontes de dados da melhor qualidade possível;
 - (b) A quantidade total de licenças ou autorizações negociáveis concedidas a cada empresa a um preço inferior ao seu valor de mercado não excede as necessidades previstas dessa empresa, conforme estimadas para uma situação sem o regime de comércio de licenças.

4.5.5 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais*

243. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos no n.º 244.
244. No que respeita aos auxílios sob a forma de autorizações negociáveis, a Comissão verificará igualmente se:
- (a) A seleção dos beneficiários baseia-se em critérios objetivos e transparentes e os auxílios são concedidos, em princípio, de forma idêntica a todos os concorrentes no mesmo setor, caso se encontrem numa situação de facto semelhante;

- (b) A metodologia de atribuição não favorece certas empresas⁹⁸ ou certos setores, salvo se tal se justificar pela lógica ambiental intrínseca ao próprio regime ou se tais regras forem necessárias para assegurar a coerência com outras políticas ambientais;
- (c) Os novos operadores não recebem licenças ou autorizações em condições mais favoráveis do que as empresas que já exerciam a sua atividade nos mesmos mercados;
- (d) A atribuição de subvenções mais elevadas às instalações existentes, comparativamente aos novos operadores, não resulta na criação de obstáculos indevidos à entrada.

4.6 Auxílios à remediação de sítios contaminados, à reabilitação de habitats naturais e ecossistemas, à biodiversidade e às soluções baseadas na natureza

4.6.1 Fundamentação do auxílio

- 245. A Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030⁹⁹ visa proteger a natureza, inverter a degradação dos ecossistemas e colocar a biodiversidade da União na via da recuperação até 2030. Enquanto parte central da Comunicação relativa ao Pacto Ecológico, estabelece metas e compromissos ambiciosos para 2030, a fim de alcançar ecossistemas saudáveis e resilientes.
- 246. O apoio financeiro sob a forma de auxílios estatais pode contribuir substancialmente para o objetivo ambiental de proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas, de várias formas, nomeadamente através da concessão de incentivos para reparar os danos causados aos sítios contaminados, reabilitar *habitats* naturais e ecossistemas degradados ou realizar investimentos para a proteção dos ecossistemas.
- 247. A estratégia da UE de adaptação às alterações climáticas¹⁰⁰ visa alavancar os investimentos em soluções de adaptação baseadas na natureza¹⁰¹, dado que a sua aplicação em grande escala reforçaria a resiliência climática e contribuiria para diversos objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

4.6.2 Âmbito e atividades apoiadas

- 248. A presente secção abrange as regras de compatibilidade aplicáveis às medidas de auxílio à remediação de sítios contaminados, à reabilitação de *habitats* naturais e de ecossistemas, à proteção e restauração da biodiversidade e às soluções de adaptação às alterações climáticas baseadas na natureza.

⁹⁸ Por exemplo, novos operadores ou, pelo contrário, empresas ou instalações existentes.

⁹⁹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 – Trazer a natureza de volta às nossas vidas», COM(2020) 380 final.

¹⁰⁰ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões «Criar uma Europa resiliente às alterações climáticas – a nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas», COM(2021) 82 final.

¹⁰¹ <https://www.eea.europa.eu/publications/nature-based-solutions-in-europe/>.

249. São excluídos do âmbito de aplicação da presente secção:

- (a) A reabilitação na sequência do encerramento de centrais elétricas e de explorações mineiras abrangidas pela secção 4.12;
- (b) Medidas destinadas à remediação de sítios contaminados, à reabilitação de *habitats* naturais e de ecossistemas, à proteção ou restauração da biodiversidade e às soluções de adaptação às alterações climáticas baseadas na natureza que sejam apoiadas por compensações pela prestação de serviços de interesse económico geral;
- (c) Auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais e por terremotos, avalanches, deslizamentos de terras, inundações, tornados, ciclone, erupções vulcânicas e incêndios incontrolláveis de origem natural¹⁰².

250. Os auxílios abrangidos pela presente secção podem ser concedidos às seguintes atividades:

- (a) Remediação de danos ambientais, incluindo danos causados à qualidade do solo e das águas de superfície ou subterrâneas;
- (b) Reabilitação de *habitats* naturais e de ecossistemas a partir de um estado degradado;
- (c) Investimentos que contribuam para a proteção ou restauração da biodiversidade ou dos ecossistemas, sempre que esses investimentos contribuam para alcançar o bom estado dos ecossistemas ou para proteger ecossistemas que já se encontrem em bom estado;
- (d) Investimentos em soluções de adaptação às alterações climáticas baseadas na natureza.

4.6.3 Efeito de incentivo

251. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 252 e 255.

252. Só se poderá considerar que os auxílios à remediação de sítios contaminados e à reabilitação de *habitats* naturais e de ecossistemas, à proteção e restauração da biodiversidade e às soluções de adaptação às alterações climáticas baseadas na natureza têm um efeito de incentivo quando o poluidor não for identificado ou não puder ser considerado legalmente responsável pelo financiamento dos trabalhos necessários para prevenir e corrigir a degradação ambiental e a contaminação, em conformidade com o princípio do «poluidor-pagador». O poluidor é a entidade responsável ao abrigo da

¹⁰² Os auxílios destinados a compensar esses danos são abrangidos pelo artigo 50.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014.

legislação aplicável em cada Estado-Membro, sem prejuízo da Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁰³, ou outras regras da União relevantes¹⁰⁴.

253. Sem prejuízo do princípio do «poluidor-pagador», os auxílios à entidade responsável nos termos do direito da União ou nacional aplicável podem ter um efeito de incentivo se cobrirem os sobrecustos necessários para aumentar o âmbito ou a ambição do projeto de descontaminação ou reabilitação de modo a ir além das obrigações legais impostas por força do direito da União ou nacional aplicável. O Estado-Membro tem de demonstrar que foram envidados todos os esforços razoáveis no sentido de identificar o operador responsável. Se a pessoa responsável nos termos do direito aplicável não for identificada ou não puder ser obrigada a suportar os custos, pode considerar-se que o auxílio estatal para a totalidade dos trabalhos de descontaminação ou reabilitação tem um efeito de incentivo. Se a pessoa que causou a contaminação ou outro dano ambiental for identificada, o Estado-Membro tem de demonstrar que foram tomadas todas as medidas legais para compelir o poluidor a suportar os custos, incluindo ações judiciais. A Comissão pode considerar que uma empresa não pode ser obrigada a suportar os custos da remediação da contaminação que causou quando a mesma deixe de existir juridicamente, não podendo ser considerada sua sucessora legal nenhuma outra empresa¹⁰⁵, e quando não exista segurança financeira ou esta seja insuficiente para fazer face aos custos da remediação.
254. Os auxílios estatais não têm um efeito de incentivo quando são concedidos para a aplicação de medidas compensatórias na aceção do artigo 6.º, n.º 4, da Diretiva 92/43/CEE do Conselho¹⁰⁶. No entanto, pode considerar-se que os auxílios destinados a cobrir os sobrecustos necessários para aumentar o âmbito ou a ambição dessas medidas de modo a ir além das obrigações legais previstas no artigo 6.º, n.º 4, da referida diretiva têm um efeito de incentivo.
255. Além disso, considera-se que os auxílios à remediação de sítios contaminados e à reabilitação de *habitats* naturais e de ecossistemas têm um efeito de incentivo quando os custos de remediação ou reabilitação excedem o aumento do valor dos terrenos.

4.6.4 Proporcionalidade

256. Os custos elegíveis são:

- (a) Os custos decorrentes da remediação de danos ambientais à qualidade do solo e às águas de superfície ou subterrâneas;
- (b) Os custos decorrentes dos trabalhos de reabilitação;

¹⁰⁴ Ver Comunicação da Comissão Orientações que estabelecem um entendimento comum do conceito de «danos ambientais» na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais 2021/C 118/01 (JO C 118 de 7.4.2021, p. 1).

¹⁰⁵ Ver Decisão C (2012) 558 final da Comissão, de 17 de outubro de 2012, no processo SA.33496 (2011/N) – Áustria – Einzelfall, Altlast, DECON Umwelttechnik GmbH, considerando 65-69 (JO C 14 de 17.1.2013, p. 1).

¹⁰⁶ Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens (JO L 206 de 22.7.1992, p. 7).

- (c) Os custos decorrentes dos trabalhos realizados para proteger ou restaurar a biodiversidade;
 - (d) Os custos decorrentes dos trabalhos de aplicação de soluções de adaptação às alterações climáticas baseadas na natureza.
257. Todas as despesas efetuadas na remediação ou reabilitação do sítio, na proteção ou restauração da biodiversidade ou na aplicação de soluções baseadas na natureza podem ser consideradas custos elegíveis para efeitos de remediação ou reabilitação de sítios contaminados ou da proteção ou restauração da biodiversidade.
258. O auxílio pode cobrir 100 % dos custos elegíveis menos o aumento do valor dos terrenos. As avaliações do aumento do valor dos terrenos resultante da reabilitação têm de ser efetuadas por um perito qualificado independente.

4.7 Auxílios sob a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais

4.7.1 Auxílios sob a forma de reduções de impostos e imposições parafiscais ambientais

4.7.1.1 Fundamentação do auxílio

259. Os impostos ou as imposições parafiscais ambientais são impostos no intuito de aumentar os custos do comportamento prejudicial para o ambiente, desencorajando assim esse comportamento e aumentando o nível de proteção do ambiente. Em princípio, os impostos ambientais e as imposições parafiscais devem refletir os custos globais para a sociedade e, consequentemente, o montante dos impostos ou imposições parafiscais pago por unidade de emissões; os outros poluentes, ou os recursos consumidos, devem ser os mesmos para todas as empresas responsáveis por comportamentos prejudiciais a nível ambiental. Embora as reduções de impostos ou imposições parafiscais ambientais possam ter um impacto negativo nesse objetivo, essa abordagem pode, contudo, ser necessária nos casos em que os beneficiários se veriam, de outro modo, colocados numa situação de tal modo desvantajosa do ponto de vista concorrencial que nem sequer lhes seria viável introduzir o imposto ou a imposição parafiscal ambiental.

4.7.1.2 Âmbito e atividade apoiada

260. A concessão de um tratamento mais favorável a algumas empresas pode facilitar a existência de um nível geral de impostos ou imposições parafiscais ambientais mais elevado. Em conformidade, as reduções de impostos ou imposições ambientais podem contribuir, pelo menos indiretamente, para um maior nível de proteção do ambiente. No entanto, não se deve minar o objetivo global de os impostos ou as imposições parafiscais ambientais desincentivarem um comportamento prejudicial para o ambiente.
261. A Comissão considerará que as reduções de impostos ou imposições não comprometem o objetivo geral prosseguido e contribuem, pelo menos indiretamente, para aumentar o nível de proteção do ambiente, se o Estado-Membro demonstrar que estão preenchidas as seguintes condições:
- (a) As reduções visam corretamente as empresas mais afetadas por um imposto mais elevado;

- (b) É, em geral, aplicada uma taxa de impostos superior à que seria aplicada sem a redução.

262. Para o efeito, a Comissão apreciará as informações prestadas pelos Estados-Membros. Essas informações devem incluir os setores respetivos ou as categorias de beneficiários abrangidos pelas reduções e uma descrição da situação dos principais beneficiários em cada setor afetado e uma explicação sobre a forma como a tributação pode contribuir para a proteção do ambiente. Os setores elegíveis para efeitos das reduções devem ser corretamente descritos, devendo ser apresentada uma lista dos maiores beneficiários em cada setor (atendendo nomeadamente ao volume de negócios, às quotas de mercado e ao montante da matéria coletável).

4.7.1.3 Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais

4.7.1.3.1 Necessidade

263. Para além do requisito estabelecido na secção 3.2.1.1, aplica-se o requisito estabelecido no n.º 264.
264. A Comissão considerará que o auxílio é necessário se estiverem preenchidas as seguintes condições cumulativas:
- (a) A seleção dos beneficiários baseia-se em critérios objetivos e transparentes e os auxílios são concedidos, em princípio, de forma idêntica a todos os concorrentes no mesmo setor, caso se encontrem numa situação de facto semelhante;
 - (b) O imposto ou imposição parafiscal ambiental antes da redução conduz a um aumento substancial dos custos de produção, calculados proporcionalmente ao valor acrescentado bruto para cada setor ou categoria de beneficiários individuais;
 - (c) O aumento substancial dos custos de produção não pode ser repercutido nos clientes sem que tal implique reduções significativas das vendas.

4.7.1.3.2 Adequação

265. Para além do requisito estabelecido na secção 3.2.1.2, aplica-se o requisito estabelecido nos n.ºs 266 e 267.
266. A Comissão autorizará os regimes de auxílio por um período máximo de 10 anos, após o qual o Estado-Membro pode notificar de novo a medida, caso reavalie a adequação das medidas de auxílio em causa.
267. Os Estados-Membros podem conceder auxílios sob a forma de uma redução da taxa de imposto ou da imposição parafiscal, como um montante de compensação anual fixo (reembolso de impostos ou de imposições parafiscais), ou como uma combinação de ambos. A vantagem da abordagem que passa pelo reembolso de impostos reside no facto de as empresas permanecerem expostas ao sinal de preço que o imposto ou a imposição parafiscal ambiental dá. O montante do reembolso de impostos, se utilizado, deve ser calculado com base em dados históricos, isto é, o nível de produção, e o consumo ou poluição observados relativamente à empresa num determinado ano de base.

4.7.1.3.3 Proporcionalidade

268. A secção 3.2.1.3 não se aplica aos auxílios sob a forma de reduções de impostos e imposições parafiscais ambientais.
269. A Comissão considerará que o auxílio é proporcionado se estiver preenchida, pelo menos, uma das condições seguintes:
- (a) Os beneficiários dos auxílios pagam, pelo menos, 20 % do imposto ou imposição parafiscal ambiental nacional;
 - (b) A redução de impostos ou imposições parafiscais não excede 100 % do imposto ou imposição parafiscal ambiental nacional, está sujeita à celebração de acordos entre o Estado-Membro e os beneficiários ou associações de beneficiários, mediante os quais estes se comprometem a alcançar os objetivos em matéria de proteção do ambiente com vista a assegurar o mesmo efeito que seria obtido se os beneficiários ou associações de beneficiários tivessem pagado, pelo menos, 20 % do imposto ou da imposição parafiscal nacional. Tais acordos ou compromissos podem envolver, nomeadamente, uma redução do consumo de energia, uma redução de emissões ou de outros poluentes, ou qualquer outra medida a favor do ambiente.
270. Esses acordos têm de satisfazer as seguintes condições cumulativas:
- (a) O conteúdo dos acordos é negociado pelo Estado-Membro, especifica os objetivos e define um calendário para a prossecução desses objetivos;
 - (b) O Estado-Membro assegura uma monitorização independente e regular dos compromissos assumidos no âmbito desses acordos;
 - (c) Os acordos são revistos periodicamente à luz da evolução tecnológica e de outros desenvolvimentos e preveem sanções eficazes em caso de não observância dos compromissos.

4.7.2 Auxílios à proteção do ambiente sob a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais

4.7.2.1 Fundamentação do auxílio

271. Os Estados-Membros podem ponderar a possibilidade de aumentar o nível de proteção do ambiente por meio de uma redução de impostos ou imposições parafiscais. Sempre que essas reduções visem incentivar os beneficiários a realizarem projetos ou atividades que resultem numa menor poluição ou consumo de recursos, a Comissão avaliará as medidas à luz dos requisitos estabelecidos na secção 4.7.2.

4.7.2.2 Âmbito e atividade apoiada

272. A presente secção abrange os auxílios a projetos e atividades respeitadores do ambiente abrangidos pelas secções 4.2 a 4.6 e que assumem a forma de reduções de impostos ou imposições parafiscais.

273. Se a redução de imposto ou da imposição visar principalmente um objetivo de descarbonização, aplica-se a secção 4.1, e não a secção 4.7.2.

4.7.2.3 Efeito de incentivo

274. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 275 e 276.

275. Para cada projeto elegível ou projeto de referência para uma categoria de beneficiários, o Estado-Membro tem de apresentar uma quantificação, tal como estabelecido na secção 3.2.1.3 (n.º 50), ou dados equivalentes, para avaliação pela Comissão, comparando a rentabilidade do projeto ou atividade de referência com e sem a redução do imposto ou da imposição parafiscal e demonstrando que a redução incentiva a realização do projeto ou atividade respeitadora do ambiente.

276. Considera-se que os auxílios a projetos iniciados antes do pedido de auxílio têm um efeito de incentivo quando estão preenchidas as seguintes condições cumulativas:

- (a) A medida estabelece um direito ao auxílio com base em critérios objetivos e não discriminatórios e sem que o Estado-Membro exerça qualquer outro poder discricionário;
- (b) A medida foi adotada e entra em vigor antes do início dos trabalhos relativos ao projeto ou à atividade objeto de auxílio, exceto no caso de regimes fiscais sucessórios, em que a atividade já era abrangida pelos regimes anteriores sob a forma de benefício fiscal ou parafiscal.

4.7.2.4 Proporcionalidade

277. A secção 3.2.1.3 não se aplica aos auxílios à proteção do ambiente sob a forma de reduções de impostos e imposições parafiscais

278. O auxílio não pode exceder a taxa normal ou o montante de imposto ou imposição que seria normalmente aplicado.

279. Quando a redução de imposto ou imposição parafiscal está associada aos custos de investimento, o auxílio será considerado proporcionado se não exceder as intensidades de auxílio e os montantes máximos de auxílio constantes das secções 4.2 a 4.6. Nos casos em que as referidas secções exigem um procedimento de concurso competitivo, esse requisito não se aplica às reduções de imposto ou imposição parafiscal.

280. Quando a redução de imposto ou da imposição parafiscal reduz os custos de exploração recorrentes, o montante do auxílio não pode exceder a diferença entre os custos de exploração da solução respeitadora do ambiente e os custos do cenário contrafactual menos respeitador do ambiente. Devem igualmente ser tidas em conta as potenciais economias de custos ou receitas adicionais decorrentes da atividade mais respeitadora do ambiente. Quando não existe atividade ou investimento contrafactual, o auxílio não pode exceder a diferença entre os custos de exploração e as receitas, incluindo um lucro razoável ao longo do período pertinente, devendo o Estado-Membro criar um mecanismo de recuperação para assegurar a recuperação dos montantes pagos em excesso.

4.7.2.5 Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais

281. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.2.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos nos n.ºs 282 e 283.
282. Em princípio, o auxílio estatal tem de ser concedido da mesma forma para todas as empresas elegíveis a operar no mesmo setor de atividade económica e na mesma situação ou em situação factual semelhante no que respeita às finalidades ou aos objetivos da medida de auxílio.
283. Se a redução do imposto ou da imposição parafiscal disser respeito a projetos abrangidos pelo âmbito de aplicação da secção 4.3.1, aplica-se o disposto nos n.ºs 161 a 166, se disser respeito a projetos abrangidos pelo âmbito de aplicação da secção 4.3.2, aplica-se o disposto nos n.ºs 184 a 189.

4.8 Auxílios à segurança do abastecimento de eletricidade

4.8.1 *Fundamentação do auxílio*

284. As deficiências de mercado e de regulamentação podem significar que os sinais de preços não proporcionam incentivos ao investimento eficientes, conduzindo, por exemplo, a uma combinação de recursos, capacidade, flexibilidade ou localização da eletricidade insuficientes. Além disso, a transformação significativa no setor da eletricidade devido às alterações tecnológicas e aos desafios climáticos coloca novos desafios para garantir a segurança do abastecimento de eletricidade. Embora a cada vez maior integração do mercado da eletricidade permita, em geral, um intercâmbio da eletricidade à escala da UE, atenuando, assim, os problemas relativos à segurança do abastecimento a nível nacional, podem surgir situações em que não seja possível garantir a segurança do abastecimento em todos os momentos nalguns Estados-Membros ou regiões, mesmo em mercados acoplados. Consequentemente, os Estados-Membros podem ponderar a introdução de medidas destinadas a garantir certos níveis de segurança do abastecimento de eletricidade.

4.8.2 *Âmbito e atividade apoiada*

285. A presente secção abrange as regras de compatibilidade das medidas de auxílio destinadas a aumentar a segurança do abastecimento de eletricidade. As referidas regras incluem mecanismos de capacidade e regimes de interruptibilidade para lidar com questões de segurança do abastecimento a longo e curto prazo resultantes de deficiências do mercado que impedem um investimento suficiente na capacidade de produção de eletricidade, no armazenamento ou na resposta do lado da procura, bem como reservas de rede que visam tratar a insuficiência das redes de transporte e distribuição de eletricidade.
286. Essas medidas podem também ser concebidas para apoiar objetivos de proteção do ambiente, por exemplo através da exclusão de capacidades mais poluentes ou de medidas que proporcionem uma vantagem no processo de seleção a uma capacidade mais benéfica para o ambiente.

4.8.3 *Os auxílios devem facilitar o desenvolvimento de uma atividade económica*

4.8.3.1 Facilitar o desenvolvimento de certas atividades económicas

287. Na sua notificação, os Estados-Membros devem identificar as atividades económicas que serão desenvolvidas em consequência dos auxílios. Os auxílios ao aumento da segurança do abastecimento de eletricidade facilitam diretamente o desenvolvimento de atividades económicas ligadas à produção de eletricidade, ao armazenamento e à resposta do lado da procura, incluindo novos investimentos e a renovação e manutenção eficientes de ativos existentes. Podem também apoiar indiretamente uma vasta gama de atividades económicas que dependem da eletricidade como fator de produção, nomeadamente a eletrificação das redes de aquecimento e dos transportes.

4.8.3.2 Efeito de incentivo

288. A título de exceção dos n.ºs 25, 26 e 27, devido à natureza geral das deficiências do mercado que conduzem a uma potencial necessidade de incentivar a segurança adicional do abastecimento de eletricidade, os Estados-Membros podem basear-se nos dados apresentados ao abrigo da secção 4.8.4.1 para demonstrar o efeito de incentivo da medida globalmente proposta. A avaliação necessária para demonstrar, analisar e quantificar a necessidade de uma medida de segurança do abastecimento permite comparar a situação em termos de segurança do abastecimento com a medida e a situação contrafactual sem a medida.

289. Aplicam-se as regras relativas ao efeito de incentivo previstas nos n.ºs 28, 29, 30 e 31.

4.8.4 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.8.4.1 Necessidade

290. A secção 3.2.1.1 não se aplica às medidas de segurança do abastecimento de eletricidade.

291. A natureza e as causas do problema da segurança do abastecimento de eletricidade e, por conseguinte, a necessidade de auxílios estatais para garantir a segurança do abastecimento de eletricidade, têm de ser devidamente analisadas e quantificadas, incluindo quando e onde se prevê que o problema venha a surgir por referência à norma de fiabilidade definida no artigo 25.º do Regulamento Eletricidade. Regulamento (UE) 2019/943. Deve ser descrita a unidade de medida para a quantificação e indicado o seu método de cálculo, com referência a eventuais requisitos pertinentes da legislação setorial.

292. Quando aplicável, a identificação de um problema de segurança do abastecimento de eletricidade deve ser coerente com a mais recente análise disponível efetuada pela REORTE, em conformidade com a legislação relativa ao mercado interno da energia, nomeadamente:

- (a) Relativamente às medidas que visam a adequação dos recursos, as avaliações europeias da adequação dos recursos referidas no artigo 23.º do Regulamento (UE) 2019/943;

- (b) Relativamente às medidas que visam o congestionamento estrutural, os relatórios sobre o congestionamento estrutural e outros tipos de congestionamento físico importantes entre as zonas de ofertas e no seu interior, mencionados no artigo 14.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2019/943.
293. Os Estados-Membros podem também basear-se em avaliações nacionais da adequação dos recursos para demonstrar a necessidade de medidas de segurança do abastecimento, na medida em que tal seja permitido pelo artigo 24.º do Regulamento (UE) 2019/943.
294. As medidas relacionadas com o risco de crises de eletricidade a curto prazo devem ser identificadas no plano nacional de preparação para riscos previsto no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/941¹⁰⁷.
295. Os Estados-Membros que propõem a introdução de várias medidas destinadas a garantir a segurança do abastecimento de eletricidade têm de explicar claramente como interagem entre si para alcançar (mas não ultrapassar) a norma de fiabilidade.
296. Têm de ser identificadas as deficiências regulamentares ou do mercado que impedem a obtenção de um nível suficiente de segurança do abastecimento de eletricidade (e de proteção do ambiente, se for o caso) na ausência de intervenção.
297. Devem também ser identificadas as medidas existentes que já visam uma ou mais deficiências do mercado identificadas.
298. Os Estados-Membros têm de demonstrar claramente os motivos pelos quais não se espera que o mercado forneça a segurança do abastecimento na ausência do auxílio estatal, tendo em conta os desenvolvimentos em curso e planeados do mercado e da tecnologia.
299. Na sua apreciação, a Comissão terá em conta os elementos a seguir mencionados, que deverão ser fornecidos pelo Estado-Membro:
- (a) Uma apreciação do impacto da produção variável, incluindo a proveniente de sistemas vizinhos;
 - (b) Uma apreciação do impacto da participação do lado da procura, incluindo a descrição de medidas destinadas a fomentar a gestão do lado da procura;
 - (c) Uma apreciação da existência real ou potencial de interligações e da principal infraestrutura de redes de transporte, incluindo uma descrição de projetos em construção e planeados;
 - (d) Uma apreciação de qualquer outro elemento suscetível de causar ou agravar problemas de segurança do abastecimento de eletricidade, tais como limites máximos aos preços grossistas e outras deficiências de regulamentação ou de mercado. Sempre que tal seja exigido por força do Regulamento (UE) 2019/943, o

¹⁰⁷ Regulamento (UE) 2019/941 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, relativo à preparação para riscos no setor da eletricidade (Regulamento Preparação para Riscos) (JO L 158 de 14.6.2019, p. 1).

plano de execução referido no artigo 20.º, n.º 3, do referido regulamento tem de ser objeto de um parecer da Comissão antes da concessão do auxílio. O plano de execução e o parecer serão tidos em conta na apreciação relativa à necessidade.

4.8.4.2 Adequação

300. A secção 3.2.1.2 não se aplica às medidas de segurança do abastecimento de eletricidade.
301. Os Estados-Membros devem, em primeiro lugar, estudar formas alternativas de garantir a segurança do abastecimento de eletricidade, nomeadamente, uma conceção mais eficiente do mercado da eletricidade que possa atenuar as deficiências do mercado que comprometem a segurança do abastecimento de eletricidade. Por exemplo, melhorar o funcionamento da liquidação de desvios, integrar melhor a produção variável, incentivar e integrar a resposta do lado da procura e o armazenamento, permitir sinais de preços eficientes, eliminar obstáculos ao comércio transfronteiriço e melhorar as infraestruturas, nomeadamente a interconexão. Os auxílios às medidas de segurança do abastecimento podem ser considerados adequados se, não obstante as melhorias adequadas da conceção dos mercados e investimentos em ativos de redes, aplicadas ou planeadas, subsistirem preocupações em matéria de segurança do abastecimento.

4.8.4.3 Elegibilidade

302. A medida de auxílio deve estar aberta a todos os beneficiários ou projetos tecnicamente capazes de contribuir eficazmente para a consecução do objetivo de segurança do abastecimento. Tal inclui a produção, o armazenamento e a resposta do lado da procura, bem como a agregação de pequenas unidades destas formas de capacidade em blocos de maior dimensão.
303. Consideram-se adequadas limitações à participação em medidas de segurança do abastecimento destinadas a garantir que essas medidas não prejudicam a proteção do ambiente (ver n.ºs 325 e 326).
304. Os Estados-Membros são encorajados a introduzir critérios ou características adicionais nas respetivas medidas de segurança do abastecimento a fim de promover a participação de tecnologias mais ecológicas (ou reduzir a participação de tecnologias poluentes) necessárias para apoiar a realização dos objetivos de proteção do ambiente da União. Tais critérios ou características adicionais têm de ser objetivos, transparentes e não discriminatórios em relação a objetivos de proteção do ambiente claramente identificados e não podem resultar na sobrecompensação dos beneficiários.
305. Quando tal se mostre tecnicamente viável, as medidas de segurança do abastecimento de eletricidade têm de estar abertas à participação direta transfronteiriça dos fornecedores de capacidade localizados noutro Estado-Membro. Os Estados-Membros têm de assegurar que a capacidade externa capaz de fornecer um desempenho técnico equivalente às capacidades internas tem a possibilidade de participar nos mesmos concursos que a capacidade interna. Os Estados-Membros podem exigir que a capacidade externa esteja localizada num Estado-Membro com uma ligação de rede direta com o Estado-Membro que aplica a medida. Têm de ser igualmente cumpridas as regras pertinentes estabelecidas no artigo 26.º do Regulamento (UE) 2019/943.

4.8.4.4 Consulta pública

306. Antes da notificação dos auxílios, salvo em circunstâncias excepcionais devidamente justificadas, os Estados-Membros têm de proceder a uma consulta pública relativa às medidas a notificar nos termos da presente secção. A obrigação de consulta não se aplica no que respeita a alterações de medidas já aprovadas que não alterem o respetivo âmbito ou elegibilidade, e nos casos referidos no n.º 307. Para determinar se uma medida se justifica, tendo em conta os critérios constantes das presentes orientações, é necessário realizar as seguintes consultas públicas:

- a) No que respeita às medidas cuja estimativa de auxílio anual médio a conceder seja ≥ 100 milhões de EUR por ano, uma consulta pública com uma duração de pelo menos oito semanas, abrangendo:
 - (i) a elegibilidade,
 - (ii) a proposta de utilização e o âmbito dos procedimentos de concurso competitivos, bem como quaisquer exceções propostas,
 - (iii) os principais parâmetros relativos ao processo de atribuição dos auxílios¹⁰⁸, nomeadamente para permitir a concorrência entre diferentes tipos de beneficiários¹⁰⁹,
 - (iv) se não for utilizado um procedimento de concurso competitivo, os pressupostos e os dados que fundamentam a quantificação utilizada para demonstrar a proporcionalidade do auxílio, incluindo custos, receitas, pressupostos de exploração e duração de vida útil, bem como o custo médio ponderado do capital (CMPC), e
 - (v) caso possam ser apoiados novos investimentos na produção de gás natural, as salvaguardas propostas para assegurar a coerência com as metas climáticas da União.
- b) No que respeita às medidas cuja estimativa de auxílio anual médio a conceder seja < 100 milhões de EUR por ano, uma consulta pública com uma duração de pelo menos quatro semanas, abrangendo:
 - (i) a elegibilidade,
 - (ii) a proposta de utilização e o âmbito dos procedimentos de concurso competitivos, bem como quaisquer exceções propostas, e
 - (iii) caso possam ser apoiados novos investimentos na produção de gás natural, as salvaguardas propostas para assegurar a coerência com as metas climáticas da União.

¹⁰⁸ Por exemplo, o período de tempo que medeia entre o procedimento de concurso competitivo e o prazo de entrega, as regras de apresentação de propostas/ofertas, as regras de fixação dos preços.

¹⁰⁹ Por exemplo, se existirem diferentes prazos dos contratos, metodologias diferentes de cálculo do montante de capacidade/produção elegível para tecnologias diferentes, metodologias diferentes para o cálculo ou o pagamento de subvenções.

307. Não é necessária uma consulta pública para as medidas abrangidas pelo n.º 306, alínea b), nos casos em que se recorra a procedimentos de concurso competitivos e a medida não apoie investimentos na produção de energia à base de combustíveis fósseis.
308. Os questionários de consulta têm de ser publicados num sítio Web público. Os Estados-Membros têm de publicar uma resposta à consulta que resuma e dê seguimento às contribuições recebidas, devendo ser explicado como se minimizaram os possíveis impactos na concorrência através do âmbito/elegibilidade da medida proposta. Os Estados-Membros têm de fornecer uma ligação à respetiva resposta à consulta como parte da notificação das medidas de auxílio ao abrigo da presente secção.
309. Em casos excecionais e devidamente justificados, a Comissão pode ponderar o recurso a métodos de consulta alternativos, contanto que os pontos de vista das partes interessadas sejam tidos em conta na execução (contínua) dos auxílios. Nestes casos, poderá ser necessário combinar a consulta com medidas corretivas destinadas a minimizar possíveis efeitos de distorção da medida.

4.8.4.5 Proporcionalidade

310. Para além das regras estabelecidas nos n.ºs 48, 49 e 50, são aplicáveis as regras estabelecidas nos n.ºs 311, 312, 313 e 314.
311. O período de tempo que medeia entre a concessão do auxílio e o termo do prazo em que os projetos devem ser entregues tem de permitir uma concorrência efetiva entre os vários projetos elegíveis.
312. Só são admitidas exceções ao requisito de atribuição dos auxílios e de determinação do nível dos auxílios por meio de um procedimento de concurso competitivo se forem apresentadas provas, obtidas, nomeadamente, na consulta pública, que demonstrem que é provável que haja um nível insuficiente de participação potencial nesse procedimento de concurso para assegurar a concorrência.
313. Relativamente aos auxílios individuais concedidos sem recurso a um procedimento de concurso competitivo, os Estados-Membros têm de justificar os níveis de auxílio com base nos planos de atividade individuais dos projetos específicos objeto de auxílio, incluindo todos os elementos enunciados nos n.ºs 50 e 51.
314. Os Estados-Membros podem igualmente utilizar regimes de certificados/regimes de obrigações do fornecedor competitivos, desde que:
- (a) A procura no regime seja inferior à oferta potencial;
 - (b) O preço de aquisição/penalização aplicável a um consumidor/fornecedor que não tenha adquirido o número de certificados exigido (ou seja, o preço que constitui o máximo que pode ser pago por apoio) seja fixado com base no valor da energia não distribuída.

4.8.5 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço*

315. A secção 3.2.2 não se aplica às medidas de segurança do abastecimento de eletricidade.
316. As medidas de segurança do abastecimento visam frequentemente produzir incentivos eficazes para um investimento global suficiente em todo o sistema, com vista a alcançar a norma de fiabilidade visada, pelo que nem sempre estão associadas a investimentos específicos identificáveis por parte de todos os beneficiários.
317. Os auxílios têm de ser concebidos de molde a manter o eficiente funcionamento dos mercados e, em particular, preservar sinais de preços e incentivos ao funcionamento eficientes.
318. Não podem ser previstos incentivos à produção de energia que substitua formas de energia menos poluentes.
319. Os requisitos dos n.ºs 317 e 318 serão geralmente cumpridos quando uma medida paga a capacidade [EUR por megawatt (MW)] e não a produção de eletricidade (EUR/MWh). Nos casos em que exista um pagamento por MWh, é necessária uma atenção adicional para garantir que se evitam efeitos adversos no mercado e que as fontes de produção menos poluentes não são substituídas.
320. As medidas de segurança do abastecimento têm de satisfazer todas as condições de conceção pertinentes previstas no artigo 22.º do Regulamento (UE) 2019/943¹¹⁰.
321. No caso de reservas estratégicas e quaisquer outras medidas em que seja mantida capacidade fora do mercado, a fim de assegurar a não distorção da formação dos preços no mercado, aplicam-se os seguintes requisitos cumulativos suplementares:
- (a) Os recursos da medida só devem ser despachados se os operadores de redes de transporte estiverem em risco de esgotar os seus recursos de balanço para estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a procura¹¹¹;
 - (b) Durante os períodos de liquidação de desvios em que os recursos da medida são despachados, os desvios no mercado são liquidados, pelo menos, pelo valor da energia não distribuída¹¹² por um valor superior ao limite técnico do preço intradiário¹¹³, consoante o que for mais elevado;
 - (c) O rendimento da medida após o despacho deve ser atribuído aos agentes de mercado responsáveis pela liquidação de desvios através do mecanismo de liquidação de desvios;

¹¹⁰ No que respeita às medidas constantes no plano de preparação para riscos referido no Regulamento (UE) 2019/941, ver igualmente artigo 16.º, n.º 1, do mesmo regulamento.

¹¹¹ Este requisito não prejudica que sejam ativados recursos antes do despacho efetivo, a fim de respeitar os condicionalismos inerentes à variação de carga, bem como os requisitos de funcionamento dos recursos. O rendimento da reserva estratégica durante a ativação não pode ser atribuído a grupos de balanço através dos mercados grossistas nem modificar os seus desvios.

¹¹² Determinado de acordo com o artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/943.

¹¹³ Referido no artigo 10.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2019/943.

- (d) Os recursos da medida são mantidos fora dos mercados de energia pelo menos durante o período contratual.
322. No que respeita aos mecanismos de capacidade, os Estados-Membros têm de assegurar que as obrigações de capacidade são transferíveis entre fornecedores de capacidade elegíveis.
323. As medidas de segurança do abastecimento de eletricidade não devem:
- (a) Criar distorções desnecessárias no mercado nem limitar o comércio interzonal;
 - (b) Reduzir os incentivos ao investimento na capacidade de interligação – por exemplo, reduzindo as receitas de congestionamento para interligações existentes ou novas;
 - (c) Prejudicar o acoplamento de mercados, incluindo os mercados intradiários e de balanço;
 - (d) Prejudicar as decisões de investimento relativas à capacidade que precederam a medida.
324. A fim de evitar prejudicar os incentivos à resposta do lado da procura e agravar as deficiências do mercado que levam à necessidade de medidas de segurança do abastecimento, bem como garantir que a segurança da intervenção no abastecimento é o mais limitada possível, os custos de uma medida de segurança do abastecimento devem ser suportados pelos participantes no mercado que contribuem para a necessidade da medida. Tal pode ser conseguido, por exemplo, através da afetação dos custos de uma medida de segurança do abastecimento aos consumidores de eletricidade em períodos de pico de procura de eletricidade.
325. A Comissão considera que certas medidas de auxílio têm efeitos negativos na concorrência e nas trocas comerciais que são pouco suscetíveis de serem compensados. Nomeadamente, determinadas medidas podem agravar as deficiências do mercado, criando insuficiências em detrimento do consumidor e do bem-estar social. Por exemplo, as medidas – incluindo reservas de rede e regimes de interruptibilidade – que não respeitem o limiar de emissões aplicável aos mecanismos de capacidade previsto no artigo 22.º do Regulamento (UE) 2019/943 e que possam incentivar novos investimentos em energia com base nos combustíveis fósseis mais poluentes, como o carvão, o gásóleo, a lenhite, o petróleo, a turfa e o xisto betuminoso, podem aumentar as externalidades ambientais negativas no mercado.
326. As medidas que incentivam novos investimentos na produção de energia à base de gás natural podem apoiar a segurança do abastecimento de eletricidade, mas agravar as externalidades ambientais negativas a longo prazo, comparativamente a investimentos alternativos em tecnologias não poluentes. Para que a Comissão verifique se os efeitos negativos de tais medidas podem ser compensados por efeitos positivos no exercício de balanço, os Estados-Membros devem explicar de que forma assegurarão que esse investimento contribui para a consecução da meta climática da União para 2030 e o objetivo da neutralidade carbónica até 2050. Devem explicar, em especial, de que modo será evitado o efeito de dependência desta produção de energia a gás. Por exemplo, tal

pode passar por compromissos vinculativos do beneficiário no sentido de aplicar tecnologias de descarbonização como a CAC/CUC ou substituir o gás natural por gás renovável ou hipocarbónico ou no sentido de encerrar as instalações num calendário consentâneo com as metas climáticas da União.

327. Para as medidas de auxílios individuais ou regimes que beneficiam apenas um número particularmente limitado de beneficiários ou um beneficiário incumbente, os Estados-Membros devem demonstrar, adicionalmente, que a medida de auxílio proposta não conduzirá ao aumento do poder de mercado.

4.9 Auxílios às infraestruturas energéticas

4.9.1 Fundamentação do auxílio

328. A fim de cumprir os objetivos climáticos da União, serão necessários investimentos significativos e a modernização das infraestruturas energéticas. Uma infraestrutura energética moderna é crucial para um mercado da energia integrado que cumpra os objetivos climáticos, garantindo simultaneamente a segurança do abastecimento na União. Uma infraestrutura energética adequada é um elemento necessário de um mercado da energia eficiente. A melhoria da infraestrutura energética reforça a estabilidade do sistema, a adequação dos recursos, a integração de diferentes fontes de energia e o abastecimento de energia em redes subdesenvolvidas.
329. Se os operadores de mercado não conseguirem realizar as infraestruturas necessárias, podem ser necessários auxílios estatais para superar as deficiências de mercado e assegurar a satisfação das necessidades consideráveis da União em termos de infraestruturas. Uma das deficiências de mercado que pode surgir no domínio das infraestruturas energéticas está relacionada com os problemas de coordenação. Os investidores com interesses divergentes, a incerteza quanto aos resultados da colaboração e os efeitos de rede são fatores que podem impedir o desenvolvimento de um projeto ou a sua conceção eficaz. Simultaneamente, as infraestruturas energéticas podem gerar externalidades positivas substanciais, pelo facto de os custos e benefícios da infraestrutura poderem registar-se de forma assimétrica entre os diferentes participantes no mercado e os Estados-Membros. Por conseguinte, a Comissão considera que os auxílios às infraestruturas energéticas podem ser benéficos para o mercado interno, contribuindo para responder às deficiências de mercado. Este é, em especial, o caso de projetos de infraestruturas com impacto transfronteiriço como os projetos de interesse comum, na aceção do artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 347/2013.

4.9.2 Âmbito

330. A presente secção aplica-se ao apoio à construção ou modernização de infraestruturas energéticas, tal como definidas na secção 2.4, n.º 18, ponto (35). A menos que seja excluído do controlo dos auxílios estatais (ver n.º 331), a Comissão apreciará o projeto como estabelecido na presente secção.
331. Os investimentos em infraestruturas energéticas realizados no quadro de um monopólio legal não estão sujeitos às regras em matéria de auxílios estatais. No setor da energia, tal é especialmente pertinente para os Estados-Membros em que a construção e a

exploração de determinadas infraestruturas estão reservadas por lei, em regime de exclusividade, ao ORT ou ao ORD.

332. A Comissão considera que existe um monopólio legal, que exclui distorções da concorrência, quando as seguintes condições se encontram cumulativamente preenchidas:
- (a) A construção e a exploração da infraestrutura estão sujeitas a um monopólio legal estabelecido em conformidade com a legislação da União. É o que acontece quando o ORT/ORD é juridicamente a única entidade habilitada a efetuar um determinado tipo de investimento e nenhuma outra entidade pode explorar uma rede alternativa¹¹⁴;
 - (b) O monopólio legal não só exclui a concorrência no mercado como também a concorrência para o mercado, na medida em que impede toda a potencial concorrência de se tornar o operador exclusivo da infraestrutura em questão;
 - (c) O serviço não está em concorrência com outros serviços;
 - (d) Se o operador da infraestrutura energética exercer a sua atividade noutro mercado (geográfico ou do produto) que está aberto à concorrência, há que excluir a subsidiação cruzada. Tal requer a utilização de contas separadas, uma afetação adequada dos custos e das receitas e a impossibilidade de o financiamento público concedido ao serviço objeto do monopólio legal poder beneficiar outras atividades. No que respeita às infraestruturas de eletricidade e de gás, uma vez que os artigos 31.º da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e da Diretiva 2009/73/CE do Parlamento Europeu e do Conselho exigem que as entidades verticalmente integradas mantenham contas separadas para cada uma das suas atividades, este requisito será muito provavelmente cumprido.
333. Do mesmo modo, a Comissão considera que não constitui auxílio estatal o investimento em infraestruturas energéticas geridas no âmbito de um «monopólio natural», que se considera existir quando as seguintes condições estiverem cumulativamente preenchidas:
- (a) Uma infraestrutura não enfrenta concorrência direta, ou seja, nos casos em que a infraestrutura energética não pode ser economicamente replicada e, por conseguinte, não estão envolvidos outros operadores para além do ORT/ORD;
 - (b) O financiamento alternativo da infraestrutura de rede, além do financiamento da rede, é insignificante no setor e no Estado-Membro em causa;

¹¹⁴ Existe um monopólio legal quando um determinado serviço está reservado por lei ou medidas regulamentares a um prestador exclusivo numa determinada área geográfica (também ela num Estado-Membro), havendo uma proibição clara de prestação de tais serviços por outros prestadores (nem mesmo para dar resposta a uma eventual procura residual de determinados grupos de consumidores). No entanto, o simples facto de a prestação de um serviço público ser confiada a uma empresa específica não significa que a empresa beneficia de um monopólio legal.

- (c) A infraestrutura não se destina a favorecer seletivamente uma empresa ou setor específico, mas proporciona benefícios à sociedade em geral, o que é normalmente o caso das infraestruturas de gás e de eletricidade.

334. Os Estados-Membros têm igualmente de assegurar que o financiamento concedido para a construção da infraestrutura da rede de energia não pode ser utilizado para a subsídio cruzada ou indireta de outras atividades económicas, incluindo a exploração da infraestrutura. No que respeita à infraestrutura elétrica e de gás, ver n.º 332, alínea (d)).

4.9.3 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.9.3.1 *Necessidade e adequação*

335. As secções 3.2.1.1 e 3.2.1.2 não são aplicáveis ao apoio à infraestrutura energética.
336. As infraestruturas energéticas são normalmente financiadas através de tarifas aplicáveis aos utilizadores. Para muitas categorias de infraestruturas, essas tarifas estão sujeitas a regulamentação, a fim de assegurar o nível necessário de investimentos, preservando simultaneamente os direitos dos utilizadores.
337. Uma forma de ultrapassar deficiências de mercado que não podem ser colmatadas sem ser através de tarifas obrigatórias aplicáveis aos utilizadores é a concessão de auxílios estatais. Por conseguinte, para demonstrar a necessidade dos auxílios estatais, aplicam-se os seguintes princípios:
- (a) A Comissão considera que, no caso de projetos de interesse comum na aceção do artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 347/2013 totalmente sujeitos à legislação em matéria de mercado interno da energia, as deficiências de mercado, em termos de problemas de coordenação são tais que o financiamento por meio de tarifas pode não ser suficiente, podendo ser concedidos auxílios estatais;
 - (b) Relativamente aos projetos de interesse comum parcial ou totalmente isentos da legislação em matéria de mercado interno da energia e a outras categorias de infraestruturas, a Comissão realizará uma apreciação caso a caso da necessidade de auxílio estatal. Na sua apreciação, a Comissão terá em conta os seguintes fatores: i) em que medida uma deficiência de mercado conduz a uma prestação insuficiente das infraestruturas necessárias; ii) em que medida a infraestrutura está aberta a terceiros e sujeita a regulação tarifária; e iii) em que medida o projeto contribui para a segurança de abastecimento de energia na União.

4.9.3.2 *Proporcionalidade dos auxílios*

338. A proporcionalidade será avaliada com base no princípio do défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 47, 50 e 51. No que respeita aos auxílios às infraestruturas, tal como explicado no n.º 51, presume-se que o cenário contrafactual é a situação em que o projeto não se realizaria. A introdução de mecanismos de recuperação é necessária sempre que exista um risco significativo de lucros inesperados, por exemplo, quando o auxílio se aproxima do valor máximo permitido, mantendo simultaneamente os incentivos para que os beneficiários minimizem os seus custos e desenvolvam as suas atividades de forma mais eficiente ao longo do tempo.

4.9.4 *Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço*

339. A secção 3.2.2 não se aplica às infraestruturas energéticas. Ao analisar o impacto na concorrência dos auxílios estatais às infraestruturas energéticas, a Comissão adotará a seguinte abordagem:

- (a) Atendendo aos requisitos existentes ao abrigo da legislação do mercado interno da energia que visam reforçar a concorrência, a Comissão considerará, de um modo geral, que os auxílios às infraestruturas energéticas sujeitos à regulação completa do mercado interno não têm efeitos de distorção indesejados.
- (b) Relativamente a projetos de infraestruturas parcial ou totalmente isentos da legislação em matéria de mercado interno da energia, a Comissão realizará uma apreciação caso a caso das potenciais distorções da concorrência, tendo em conta, em especial, o grau de acesso de terceiros à infraestrutura beneficiária de auxílio, o acesso a infraestruturas alternativas, a evicção do investimento privado e a posição concorrencial do beneficiário ou beneficiários. No que respeita às infraestruturas parcial ou totalmente isentas da legislação em matéria de mercado interno da energia, os efeitos negativos de distorção da concorrência são considerados especialmente graves.
- (c) Para além da abordagem descrita acima, a Comissão considera que, no que diz respeito aos investimentos em infraestruturas de gás natural, os efeitos positivos na concorrência compensam manifestamente os seus efeitos negativos na concorrência quando a infraestrutura resultante está apta para a utilização de hidrogénio e gases ou combustíveis renováveis de origem não biológica. Se tal não for o caso, o Estado-Membro em causa tem de demonstrar o seguinte, a fim de compensar os efeitos negativos na concorrência: i) por que motivo não é possível conceber o projeto de modo que permita a utilização de hidrogénio e de gases ou combustíveis renováveis de origem não biológica, ii) por que motivo o projeto não cria um efeito de dependência da utilização de gás natural, e iii) de que modo o investimento contribui para a consecução da meta climática da União para 2030 e da meta de neutralidade climática até 2050.

4.10 Auxílios a favor do aquecimento e arrefecimento urbano

4.10.1 *Fundamentação do auxílio*

340. A construção ou modernização de sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano pode dar um contributo positivo para a proteção do ambiente, aumentando a eficiência energética e a sustentabilidade do sistema apoiado. No entanto, as externalidades ambientais associadas ao funcionamento do aquecimento e arrefecimento urbano podem conduzir a um subinvestimento ineficiente na construção e modernização de sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano. Os auxílios estatais podem contribuir para colmatar esta deficiência do mercado desencadeando investimentos adicionais eficientes.

4.10.2 Âmbito e atividade apoiada

341. A presente secção aplica-se ao apoio à construção ou modernização de sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano energeticamente eficientes. Os investimentos apoiados podem dizer respeito a instalações de produção e armazenamento de calor ou frio ou à rede de distribuição ou conjuntamente às instalações e às redes.
342. Essas medidas de auxílio abrangem normalmente a construção ou modernização da unidade de produção para utilizar energias renováveis, calor residual ou cogeração de elevada eficiência, incluindo soluções de armazenamento térmico, e a modernização da rede de distribuição para reduzir as perdas e aumentar a eficiência, nomeadamente por meio de soluções inteligentes e digitais.
343. Quando um Estado-Membro investe na modernização de um sistema de aquecimento e arrefecimento urbano sem cumprir a norma de eficiência energética, tem de se comprometer a iniciar os trabalhos para atingir essa norma no prazo de três anos após os trabalhos de modernização.

4.10.3 Necessidade e adequação

344. As secções 3.2.1.1 e 3.2.1.2 não se aplicam ao aquecimento e arrefecimento urbano. A Comissão considera que os auxílios estatais podem contribuir para colmatar as deficiências do mercado desencadeando o investimento necessário para a criação de sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano energeticamente eficientes. Além disso, os auxílios estatais a favor de sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano que utilizem resíduos, incluindo calor residual, como combustível de alimentação podem contribuir de forma positiva para a proteção do ambiente, desde que não contornem o princípio da hierarquia dos resíduos¹¹⁵.

4.10.4 Proporcionalidade da medida de auxílio

345. A proporcionalidade será avaliada com base no princípio do défice de financiamento, tal como estabelecido nos n.ºs 47, 50 e 51.
346. Para a construção e modernização das redes de distribuição, tal como estabelecido no n.º 51, o cenário contrafactual seria a situação em que o projeto não teria lugar.

4.10.5 Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais e balanço

347. A secção 3.2.2 não se aplica aos auxílios a favor do aquecimento e arrefecimento urbano. A Comissão considera que, a modernização ou a construção de sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano que dependem dos combustíveis fósseis mais poluentes, como o carvão, a lenhite, o petróleo e o gásóleo, têm consequências

¹¹⁵ A hierarquia dos resíduos consiste em: a) prevenção, b) preparação para a reutilização, c) reciclagem, d) outros tipos de valorização, por exemplo, a valorização energética, e e) eliminação. Ver artigo 4.º, n.º 1, da Diretiva 2008/98/CE.

negativas para a concorrência e as trocas comerciais são pouco suscetíveis de serem compensadas, salvo se estiverem preenchidas as seguintes condições cumulativas:

- (a) O apoio estiver limitado à modernização da rede de distribuição;
- (b) A rede de distribuição estiver ou se tornar apta para o transporte de calor ou frio produzidos a partir de fontes de energia renováveis;
- (c) O investimento não resultar no aumento da produção de energia a partir dos combustíveis fósseis mais poluentes (por exemplo, ligando clientes adicionais);
- (d) Existir um calendário claro com compromissos firmes para o abandono dos combustíveis fósseis mais poluentes, compatível com a meta climática da União para 2030 e a meta de neutralidade climática até 2050.

348. No que respeita à construção ou modernização de instalações de produção de aquecimento urbano, as medidas que incentivam novos investimentos na produção de energia à base de gás natural podem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a curto prazo, mas agravam as externalidades ambientais negativas a longo prazo. Para que se considere que estes investimentos no gás natural têm efeitos ambientais positivos, os Estados-Membros têm de explicar de que forma assegurarão que o investimento contribui para alcançar a meta climática da União para 2030 e a meta de neutralidade climática até 2050 e, em especial, de que modo será evitado um efeito de dependência da produção de energia alimentada a gás ou do equipamento de produção de energia alimentada a gás. Por exemplo, tal pode passar por compromissos vinculativos do beneficiário no sentido de aplicar a CAC/CUC ou substituir o gás natural por gás renovável ou hipocarbónico ou no sentido de encerrar as instalações num calendário consentâneo com as metas climáticas da União.

349. Ao analisar o impacto na concorrência dos auxílios estatais aos sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano e ao confrontar esse impacto com a atividade económica apoiada, a Comissão realizará uma apreciação caso a caso comparando os benefícios do projeto em termos de eficiência energética e sustentabilidade com os efeitos negativos na concorrência e, em especial, o possível impacto negativo sobre as tecnologias alternativas ou os fornecedores de serviços e redes de aquecimento e arrefecimento.

4.11 Auxílios sob a forma de reduções das taxas da eletricidade para utilizadores intensivos de energia

Deleted: energeticamente

4.11.1 Fundamentação do auxílio

350. A transformação da economia da União em consonância com a Comunicação relativa ao Pacto Ecológico é parcialmente financiada através de taxas aplicadas ao consumo de eletricidade. A realização do Pacto Ecológico exige que os Estados-Membros apliquem políticas ambiciosas de descarbonização para reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa da União até 2030 e alcançar a neutralidade climática até 2050. Neste contexto, é provável que os Estados-Membros continuem a financiar tais políticas por meio de taxas, sendo, portanto, possível que estas taxas aumentem.

351. Para certos setores económicos particularmente expostos ao comércio internacional e que dependem fortemente da eletricidade para a sua criação de valor, a obrigação de pagar a totalidade dessas taxas pode criar um encargo suplementar significativo. Estes encargos podem acentuar o risco de deslocalização das atividades destes setores para fora da União Europeia para locais onde não existam regras ambientais ou estas sejam menos ambiciosas. Além disso, essas taxas aumentam o custo da eletricidade em comparação com o custo das emissões diretas e podem, por conseguinte, desincentivar a eletrificação dos processos de produção, o que é fundamental para o êxito da descarbonização da economia da União. Para atenuar esses riscos, os Estados-Membros podem conceder reduções dessas taxas às empresas que operam nos setores económicos em causa.
352. A presente secção estabelece os critérios que a Comissão aplicará ao avaliar o desenvolvimento de uma atividade económica, o efeito de incentivo, a necessidade, a adequação, a proporcionalidade e os impactos na concorrência das reduções das taxas da eletricidade para utilizadores energeticamente intensivos. Os critérios de compatibilidade constantes do capítulo 3 só são aplicáveis nos casos em que não existam regras específicas na presente secção.
353. A Comissão tem utilizado medidas adequadas para identificar os setores em risco de deslocalização que se encontram particularmente expostos aos riscos referidos no n.º 351 e introduziu requisitos de proporcionalidade, tendo em conta que, se as taxas reduzidas forem demasiado elevadas ou atribuídas a demasiados consumidores de eletricidade, o financiamento global do apoio à energia proveniente de fontes renováveis pode ficar ameaçado e as distorções da concorrência e do comércio podem ser particularmente elevadas.

4.11.2 Âmbito: taxas passíveis de concessão de reduções

354. Nos termos da presente secção, os Estados-Membros podem conceder reduções das taxas sobre o consumo de eletricidade e que financiam um objetivo de política energética. Incluem-se aqui as taxas que financiam o apoio às fontes renováveis ou à produção combinada de calor e eletricidade e as taxas de financiamento das tarifas sociais ou dos preços da energia em regiões isoladas. A presente secção não abrange as taxas que repercutem uma parte do custo de fornecimento de eletricidade nos beneficiários em causa. Por exemplo, as isenções das tarifas de rede ou das tarifas que financiam os mecanismos de capacidade não são abrangidas pela presente secção. As taxas sobre o consumo de outras formas de energia, em especial o gás natural, também não são abrangidas pela presente secção.
355. O impacto das taxas passíveis de concessão de reduções no risco de deslocalização para fora da União depende do efeito financeiro combinado de todas as taxas em causa e de todas as reduções dessas taxas concedidas aos beneficiários elegíveis. Os Estados-Membros que pretendam introduzir uma medida que deva ser objeto de avaliação ao abrigo da presente secção devem, por conseguinte, incluir todas essas reduções num único regime e, como parte da notificação, informar a Comissão do efeito cumulativo de todas as taxas elegíveis e de todas as reduções propostas. Se um Estado-Membro decidir, numa fase posterior, introduzir reduções adicionais das taxas abrangidas pela presente secção, terá de notificar a alteração do regime existente.

356. A Comissão considera que os Estados-Membros só podem conceder reduções das taxas ao abrigo da presente secção se o nível cumulativo global dessas taxas (antes de eventuais reduções) for, no mínimo, [...] EUR/MWh.

4.11.3 *Minimização das distorções da concorrência e das trocas comerciais*

4.11.3.1 Elegibilidade

357. Os auxílios ao abrigo da presente secção devem ser limitados a setores que se encontrem numa situação de desvantagem concorrencial significativa e em risco de deslocalização para fora da União devido às taxas elegíveis. Este risco de deslocalização depende da eletrointensidade do setor em causa e da sua exposição ao comércio internacional. Por conseguinte, o auxílio só pode ser concedido se a empresa pertencer a um setor que enfrenta uma intensidade comercial de, pelo menos, 20 % a nível da União e uma eletrointensidade de, pelo menos, 10 % a nível da União. Além disso, a Comissão considera que existe um risco semelhante em setores que enfrentam uma eletrointensidade de, pelo menos, 7 %, e uma intensidade comercial de, pelo menos, 80 %. Os setores que satisfazem estes critérios de elegibilidade são enumerados no anexo 1.
358. Caso conceda apoio apenas a um subconjunto de beneficiários elegíveis ou conceda diferentes níveis de reduções a diferentes categorias de beneficiários elegíveis, o Estado-Membro tem de demonstrar que a decisão se baseia em critérios objetivos, não discriminatórios e transparentes e que os auxílios são concedidos, em princípio, de forma idêntica a todos os concorrentes no mesmo setor, caso se encontrem numa situação de facto semelhante.

4.11.3.2 Proporcionalidade da medida de auxílio

359. A Comissão considerará que o auxílio é proporcionado se os beneficiários pagarem pelo menos 25 % dos custos gerados pelas taxas sobre a eletricidade que o Estado-Membro inclui no respetivo regime.
360. No entanto, uma contribuição própria de 25 % das taxas de eletricidade elegíveis pode ir além do que as empresas particularmente expostas podem suportar. Por conseguinte, o Estado-Membro pode, em vez disso, limitar os custos adicionais resultantes das taxas sobre a eletricidade a 1,5 % do valor acrescentado bruto (VAB) da empresa em causa.
361. Para efeitos do n.º 360, por «VAB de uma empresa» entende-se o valor acrescentado bruto ao custo dos fatores, que é o dos VAB a preços de mercado, menos eventuais impostos indiretos e mais eventuais subvenções. O valor acrescentado ao custo dos fatores pode ser calculado a partir do volume de negócios, mais a produção capitalizada, mais outros proveitos de exploração, mais ou menos a variação das existências, menos as compras de bens e serviços¹¹⁶, menos outros impostos sobre produtos relacionados com o volume de negócios, mas não dedutíveis, menos os direitos e impostos associados à produção. O VAB ao custo dos fatores pode, em alternativa, ser obtido adicionando os custos com pessoal ao excedente de exploração

¹¹⁶ Os «bens e serviços» não incluem os custos de pessoal.

bruto. O valor acrescentado não inclui os proveitos e os encargos classificados como financeiros ou excepcionais nas contas das empresas. O valor acrescentado ao custo dos fatores é calculado em termos brutos, dado que os ajustamentos de valor (por exemplo, as amortizações) não são subtraídos¹¹⁷.

362. Para efeitos do n.º 361, utilizar-se-á a média aritmética dos últimos três anos para os quais estão disponíveis dados de VAB.

4.11.3.3 Forma do auxílio estatal

363. Os Estados-Membros podem conceder auxílios sob a forma de uma redução de taxas, um montante de compensação anual fixo (reembolso) ou uma combinação de ambos¹¹⁸. Se os auxílios forem concedidos sob a forma de uma redução de taxas, deve ser aplicado um mecanismo de monitorização *ex post*, de modo a garantir que qualquer pagamento excessivo de auxílio é devolvido até 1 de julho do ano seguinte. Quando o auxílio é concedido sob a forma de reembolso, este deve ser calculado com base nos níveis observados de consumo de eletricidade e, se for caso disso, no valor acrescentado bruto durante o período de aplicação das taxas elegíveis.

4.11.3.4 Auditorias energéticas e sistemas de gestão

364. Relativamente aos auxílios concedidos ao abrigo da secção 4.11, o Estado-Membro tem de se comprometer a verificar se o beneficiário cumpre a obrigação que lhe incumbe de realizar uma auditoria energética na aceção do artigo 8.º da Diretiva 2012/27/UE, podendo esta ser realizada isoladamente ou no âmbito do sistema de gestão de energia certificado ou do sistema de gestão ambiental, por exemplo, o Sistema de Ecogestão e Auditoria (EMAS) da União¹¹⁹.
365. O Estado-Membro compromete-se também a controlar se os beneficiários obrigados a realizar uma auditoria energética nos termos do artigo 8.º, n.º 4, da Diretiva 2012/27/UE toma uma ou mais das seguintes medidas:
- (a) Aplicam as recomendações do relatório de auditoria, na medida em que o tempo de reembolso dos investimentos relevantes não exceda três anos, e que os custos dos seus investimentos são proporcionais;
 - (b) Reduzem a pegada de carbono do seu consumo de eletricidade, de modo a cobrir pelo menos 30 % do seu consumo de eletricidade a partir de fontes de energia sem emissões de carbono;

¹¹⁷ Código 12 15 0, no âmbito do quadro jurídico criado pelo Regulamento (CE, Euratom) n.º 58/97 do Conselho de 20 de dezembro de 1996 relativo às estatísticas estruturais das empresas (JO L 014, 17.1.1997, p. 1).

¹¹⁸ A utilização de compensações anuais fixas (reembolsos) tem a vantagem de as empresas que beneficiam do auxílio enfrentarem o mesmo aumento do custo marginal da eletricidade (ou seja, o mesmo aumento do custo da eletricidade por cada MWh suplementar consumido), limitando-se, deste modo, as distorções potenciais da concorrência dentro do setor.

¹¹⁹ Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão (JO L 342 de 22.12.2009, p. 1).

- (c) Investem uma parte significativa, pelo menos 50 %, do montante do auxílio em projetos que conduzam a reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa da instalação. Se for o caso, o investimento deve conduzir a reduções muito inferiores ao parâmetro de referência pertinente utilizado para a atribuição gratuita de licenças de emissão no RCLE da União.

4.11.3.5 Regras transitórias

366. A Comissão considera que os auxílios não notificados, concedidos sob a forma de taxas reduzidas de eletricidade a favor dos utilizadores energeticamente intensivos no período anterior à entrada em publicação das presentes orientações, podem ser declarados compatíveis com o mercado interno nas seguintes condições:
- (a) O auxílio seja necessário para o desenvolvimento das atividades económicas realizadas pelos beneficiários; e
 - (b) Tenham sido evitadas distorções excessivas da concorrência.

4.12 Auxílios ao encerramento de explorações de carvão, turfa e xisto betuminoso

367. As secções 4.12.1 e 4.12.2 apresentam as regras de compatibilidade aplicáveis a dois tipos de medidas que os Estado-Membros podem tomar para apoiar o encerramento de centrais eléctricas que queimam carvão (incluindo carvão de pedra e lenhite), turfa ou xisto betuminoso e, potencialmente, de operações de mineração destes combustíveis (atividades a seguir designadas conjuntamente por «atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso»).
368. As duas secções que se seguem estabelecem os critérios que a Comissão aplicará na avaliação do efeito de incentivo, da necessidade, da adequação, da proporcionalidade e dos efeitos na concorrência e nas trocas comerciais. Os critérios de compatibilidade constantes do capítulo 3 só são aplicáveis nos casos em que não existam regras específicas nas duas secções seguintes.

4.12.1 Auxílios a favor do encerramento antecipado

4.12.1.1 Fundamentação do auxílio

369. O afastamento da produção de energia à base de carvão, turfa é um dos fatores impulsionadores mais importantes da descarbonização no setor da energia da União. Esta mudança é em grande medida impulsionada por forças de mercado, tais como os efeitos dos preços do carbono e a concorrência das energias renováveis com baixos custos marginais.
370. No entanto, os Estados-Membros podem decidir acelerar esta transição impulsionada pelo mercado proibindo, a partir de uma determinada data, a produção de energia elétrica à base destes combustíveis. Esta proibição pode criar situações em que atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso rentáveis têm de encerrar antes do final do seu ciclo de vida económico, podendo, por conseguinte, resultar numa perda de lucros.

4.12.1.2 Âmbito e atividades apoiadas

371. A presente secção estabelece as regras de compatibilidade das medidas tomadas para compensar o encerramento precoce de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso rentáveis.
372. As medidas abrangidas pela presente secção podem facilitar o desenvolvimento de certas atividades ou zonas económicas. Por exemplo, estas medidas podem criar espaço para o desenvolvimento de outras atividades, possivelmente respeitadoras do ambiente, de modo a compensar a redução da capacidade de produção de energia provocada pelo encerramento precoce. Na ausência da medida, este desenvolvimento pode não ocorrer na mesma medida. Além disso, a previsibilidade e a segurança jurídica introduzida por tais medidas pode ajudar a facilitar o encerramento ordeiro de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso.

4.12.1.3 Efeito de incentivo

373. A medida deve desencadear uma mudança no comportamento económico dos operadores, que encerram as respetivas atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso antes do final da sua vida económica. Para determinar se é esse o caso, a Comissão comparará os efeitos da medida com um cenário contrafactual sem o encerramento obrigatório e a compensação correspondente. O cenário contrafactual deve basear-se em pressupostos justificados em consonância com os desenvolvimentos previstos e deve refletir as receitas e os custos previstos das instalações em questão. O encerramento das atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso deve ocorrer, o mais tardar, um ano após a concessão da compensação, a menos que exista um mecanismo de correção para atualizar o cálculo com base nos pressupostos mais recentes. Em circunstâncias excecionais, o Estado-Membro pode justificar a necessidade de um período mais longo, mesmo sem um mecanismo de correção. A medida não deve conduzir a uma evasão às regras aplicáveis às medidas de segurança do abastecimento.

4.12.1.4 Necessidade e adequação

374. A compensação pela perda de lucros resultante do encerramento antecipado de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso contribui frequentemente para evitar litígios com os operadores e garante a segurança jurídica e a previsibilidade. Devido à sua natureza, a compensação pela perda de lucros decretada por um tribunal nacional nos termos do direito nacional aplicável a uma parte num processo numa situação semelhante é suscetível de exorbitar o âmbito de aplicação do controlo dos auxílios estatais. A mesma regra não se aplica à compensação decidida pelas autoridades do Estado-Membro ou acordada com as empresas. Nesses casos, a Comissão não pode excluir que estas formas de compensação envolvam auxílios estatais, uma vez que não é possível verificar se a compensação concedida é igual à que teria sido concedida ao abrigo do direito nacional.

4.12.1.5 Proporcionalidade

375. Em princípio, o auxílio tem de ser concedido através de um procedimento de concurso competitivo, com base em critérios claros, transparentes e não discriminatórios, em

conformidade com o disposto na secção 3.2.1.3¹²⁰. Este requisito não se aplica se o Estado-Membro demonstrar por motivos objetivos que é pouco provável que o procedimento de concurso seja competitivo. Pode ser o caso, por exemplo, quando o número de potenciais participantes é limitado, desde que tal não se deva a critérios de elegibilidade discriminatórios.

376. Se o auxílio for concedido através de um procedimento de concurso competitivo, a Comissão presumirá que o auxílio é proporcionado e limitado ao mínimo necessário.
377. Na ausência de um procedimento de concurso competitivo, a Comissão apreciará a proporcionalidade caso a caso. Neste contexto, a Comissão analisará em pormenor os pressupostos utilizados pelo Estado-Membro para determinar a perda de lucros e os custos adicionais decorrentes do encerramento antecipado, comparando a rendibilidade esperada nos cenários factual e contrafactual. Os custos adicionais não podem incluir custos que também teriam ocorrido no cenário contrafactual, como os custos de desmantelamento. Se o encerramento das atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso ocorrer mais de um ano após a concessão da compensação, o Estado-Membro tem de introduzir um mecanismo para atualizar o cálculo com base nos pressupostos mais recentes, a menos que possa demonstrar por que motivo a utilização desse mecanismo não se justifica devido a circunstâncias excecionais no caso em apreço.

4.12.1.6 Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais

378. O Estado-Membro tem de identificar e quantificar os benefícios ambientais esperados da medida, sempre que possível em termos de subvenção por tonelada de equivalente de CO₂ de emissões de gases com efeito de estufa evitadas. Ao avaliar os benefícios da medida em termos de descarbonização, a Comissão terá igualmente em conta se a medida inclui o cancelamento voluntário de licenças de emissão de CO₂ a nível nacional.
379. É importante assegurar que as medidas são estruturadas de modo a reduzir ao mínimo eventuais distorções da concorrência no mercado. Se o auxílio for concedido através de um concurso competitivo aberto a todos os operadores do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso, numa base não discriminatória, a Comissão presumirá que o auxílio tem efeitos limitados de distorção da concorrência e das trocas comerciais. Na ausência de um procedimento de concurso competitivo, a Comissão apreciará os efeitos do auxílio na concorrência e nas trocas comerciais com base na conceção da medida e no seu efeito no mercado pertinente.

4.12.2 Auxílios à cobertura de custos excecionais

4.12.2.1 Fundamentação do auxílio

380. O encerramento de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso pode gerar custos sociais e ambientais significativos a nível das centrais elétricas e das

¹²⁰ O requisito de 25 % estabelecido no n.º 49 das orientações não se aplica aos procedimentos de concurso ao abrigo da presente secção 4.12.

explorações mineiras. Os Estados-Membros podem decidir cobrir esses custos excecionais para atenuar as consequências sociais e regionais do processo de encerramento.

4.12.2.2 Âmbito e atividades apoiadas

- 381. A presente secção estabelece as regras de compatibilidade das medidas tomadas para cobrir os custos resultantes do encerramento de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso não competitivas.
- 382. As medidas abrangidas pela presente secção podem facilitar a transição social, ambiental e de segurança da zona em causa.
- 383. A presente secção aplica-se nos casos em que a medida não seja abrangida pela Decisão do Conselho, de 10 de dezembro de 2010, relativa aos auxílios estatais destinados a facilitar o encerramento de minas de carvão não competitivas¹²¹.

4.12.2.3 Necessidade e adequação

- 384. A Comissão considerará que os auxílios para cobrir custos excecionais são necessários e adequados na medida em que possam contribuir para atenuar o impacto social e ambiental do encerramento de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso não competitivas na região e no Estado-Membro em causa.

4.12.2.4 Efeito de incentivo e proporcionalidade

- 385. Os auxílios estatais aos custos excecionais só podem ser utilizados para cobrir os custos resultantes do encerramento de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso não competitivas.
- 386. As categorias de custos elegíveis abrangidas são definidas no anexo II. Os custos decorrentes do incumprimento de regulamentação ambiental e os custos relacionados com a produção corrente não são elegíveis.
- 387. No que respeita, nomeadamente, aos auxílios destinados a cobrir custos ambientais excecionais, só podem ser concedidos estes auxílios se o poluidor não for identificado ou não puder ser considerado legalmente responsável pela cobertura desses custos, em conformidade com o princípio do «poluidor-pagador». O poluidor é a entidade responsável ao abrigo da legislação aplicável em cada Estado-Membro, sem prejuízo da Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho¹²², ou outras regras da União relevantes¹²³.

¹²¹ Decisão do Conselho, de 10 de dezembro de 2010, relativa aos auxílios estatais destinados a facilitar o encerramento de minas de carvão não competitivas (JO L 336 de 21.12.2010, p. 24).

¹²³ Ver Comunicação da Comissão Orientações que estabelecem um entendimento comum do conceito de «danos ambientais» na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais 2021/C 118/01 (JO C 118 de 7.4.2021, p. 1).

388. Sem prejuízo do princípio do «poluidor-pagador», os auxílios estatais podem ser concedidos à entidade responsável ao abrigo das regras da União e nacionais aplicáveis unicamente para cobrir custos ambientais excecionais que ultrapassem as obrigações legais ao abrigo das regras nacionais e da União aplicáveis ou ao abrigo de compromissos anteriores/contratuais.
389. Se a pessoa responsável ao abrigo do direito aplicável não for identificada ou não puder ser obrigada a suportar os custos, pode ser concedido um auxílio estatal para cobrir a totalidade dos custos ambientais excecionais. O Estado-Membro tem de demonstrar que foram envidados todos os esforços razoáveis no sentido de identificar a entidade responsável. Se a pessoa que causou a contaminação ou outro dano ambiental for identificada, o Estado-Membro tem de demonstrar que foram tomadas todas as medidas legais para compelir o poluidor a suportar os custos, incluindo ações judiciais. A Comissão pode considerar que uma empresa não pode ser obrigada a suportar os custos da remediação da contaminação que causou quando a mesma deixe de existir juridicamente, não podendo ser considerada sua sucessora legal nenhuma outra empresa, e quando não exista segurança financeira ou esta seja insuficiente para fazer face aos custos da remediação.
390. O montante do auxílio deve limitar-se à cobertura dos custos excecionais do beneficiário e não pode exceder os custos efetivamente suportados. A Comissão exigirá que os Estados-Membros identifiquem, de forma clara e autónoma, o montante do auxílio para cada categoria de custos elegíveis, tal como especificado no anexo II. Se cobrir esses custos com base em estimativas antes de serem efetivamente suportados pelo beneficiário, o Estado-Membro tem de proceder a uma verificação *ex post* dos custos suportados, com base em declarações pormenorizadas apresentadas pelo beneficiário à autoridade que concede o auxílio, incluindo faturas ou certificados dos custos excecionais suportados, e corrigir os montantes concedidos em conformidade.
- 4.12.2.5 Prevenção de efeitos negativos indesejados na concorrência e nas trocas comerciais
391. Desde que o auxílio se limite à cobertura dos custos excecionais incorridos pelo beneficiário, a Comissão considera que tem efeitos de distorção limitados na concorrência e nas trocas comerciais.
392. Os auxílios recebidos devem ser indicados nas demonstrações de resultados do beneficiário como um rendimento distinto do volume de negócios. Se continuar em funcionamento ou a exercer a atividade comercial após o encerramento das atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso em causa, o beneficiário tem de manter uma contabilidade precisa e distinta para essas atividades. Os fundos têm de ser geridos de modo a não existir qualquer possibilidade de transferência da mesma empresa para outras atividades económicas.

4.13 Auxílios aos estudos ou serviços de consultoria em matéria de proteção do ambiente e energia

4.13.1 Âmbito e atividade apoiada

393. A presente secção aplica-se aos auxílios aos estudos ou serviços de consultoria diretamente ligados a projetos ou atividades abrangidos pelas presentes orientações. Os auxílios podem ser concedidos independentemente de o estudo ou o serviço de consultoria ser seguido de um investimento abrangido pelas presentes orientações.

4.13.2 Efeito de incentivo

394. Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.1.2, aplicam-se os requisitos estabelecidos no n.º 395.

395. Só se pode considerar que os auxílios às auditorias energéticas impostas pela Diretiva 2012/27/UE têm um efeito de incentivo na medida em que a auditoria seja realizada para além da auditoria energética obrigatória imposta pela referida diretiva. No entanto, se a auditoria energética for realizada em complemento da auditoria energética obrigatória por força da referida diretiva, pode considerar-se que os auxílios à auditoria energética adicional têm um efeito de incentivo.

4.13.3 Proporcionalidade

396. Os custos elegíveis são os custos dos serviços de estudos ou consultoria relacionados projetos ou atividades abrangidos pelas presentes orientações. Quando apenas uma parte do serviço de estudos ou de consultoria disser respeito a investimentos abrangidos pelas presentes orientações, os custos elegíveis são os custos das partes do serviço de estudos ou de consultoria relativas a esses investimentos.

397. A intensidade de auxílio não pode exceder 60 % dos custos elegíveis.

398. A intensidade de auxílio pode ser majorada em 20 pontos percentuais para estudos ou serviços de consultoria efetuados por conta de pequenas empresas e em 10 pontos percentuais para estudos ou serviços de consultoria efetuados por conta de médias empresas.

5. AVALIAÇÃO

399. A fim de assegurar a limitação das distorções da concorrência e das trocas comerciais, a Comissão pode exigir que certos regimes de auxílio sujeitos a notificação sejam objeto de uma avaliação *ex post*. Deve proceder-se a avaliações de regimes nos quais as distorções potenciais da concorrência e das trocas comerciais são particularmente elevadas, ou seja, regimes em que há o risco de poderem restringir ou distorcer significativamente a concorrência caso a sua aplicação não seja examinada em tempo devido.

400. Serão exigidas avaliações *ex post* dos regimes de auxílios com orçamentos elevados, que apresentem novas características ou visem modificações significativas no referente aos mercados, à tecnologia ou à regulamentação. Em todo o caso, serão exigidas avaliações *ex post* aos regimes se o orçamento ou as despesas contabilizadas dos

auxílios estatais excederem 150 milhões de EUR num determinado ano ou 750 milhões de EUR ao longo da duração total do regime. A duração total do regime inclui a duração combinada do regime e de qualquer regime anterior que abranja um objetivo e uma zona geográfica semelhantes, a partir de 1 de janeiro de 2022. Tendo em conta os objetivos da avaliação, e a fim de não impor encargos desproporcionados aos Estados-Membros e aos projetos de auxílio de menor dimensão, o requisito de avaliação *ex post* só é aplicável aos regimes de auxílio cuja duração total exceda três anos, com início em 1 de janeiro de 2022.

401. Considerando os seus objetivos e para não impor aos Estados-Membros e às medidas de auxílio de menor dimensão um encargo desproporcionado, o requisito de que os regimes de auxílios sujeitos a notificação sejam objeto de uma avaliação *ex post* só se aplica aos regimes de auxílios com orçamentos elevados, que apresentem novas características ou visem modificações importantes no referente ao mercado, à tecnologia ou à regulamentação.
402. O requisito de avaliação *ex post* pode ser dispensado no que diz respeito aos regimes de auxílios que sucedam diretamente a regimes que abranjam um objetivo e uma zona geográfica semelhantes e que tenham sido objeto de uma avaliação, para os quais tenha sido apresentado um relatório de avaliação final em conformidade com o plano de avaliação aprovado pela Comissão e que não tenham conduzido a resultados negativos. Qualquer regime cujo relatório de avaliação final não esteja em conformidade com o plano de avaliação aprovado deve ser suspenso com efeitos imediatos.
403. A avaliação deve ter por objetivo verificar se os pressupostos e condições subjacentes à compatibilidade do regime foram alcançados, em especial a necessidade e a eficácia da medida de auxílio à luz dos seus objetivos gerais e específicos, e deve fornecer indicações sobre o impacto do regime na concorrência e nas trocas comerciais.
404. O Estado-Membro deve notificar um projeto de plano de avaliação, que fará parte integrante da apreciação do regime efetuada pela Comissão, nos seguintes termos:
 - (a) Juntamente com o regime de auxílio, se o seu orçamento de auxílios estatais exceder 150 milhões de EUR num determinado ano ou 750 milhões de EUR ao longo da sua duração total;
 - (b) No prazo de 30 dias úteis após uma alteração significativa do orçamento do regime para mais de 150 milhões de EUR num determinado ano ou para mais de 750 milhões de EUR ao longo da duração total do regime;
 - (c) No prazo de 30 dias úteis após o registo nas contas oficiais de despesas superiores a 150 milhões de EUR do ano anterior.

405. O projeto de plano de avaliação deve estar em conformidade com os princípios metodológicos comuns estabelecidos pela Comissão¹²⁴. O plano de avaliação aprovado pela Comissão tem de ser tornado público.
406. A avaliação *ex post* tem de ser realizada por um perito independente da autoridade que concede o auxílio com base no plano de avaliação. Cada avaliação tem de incluir, pelo menos, um relatório de avaliação intercalar e um relatório de avaliação final. Ambos os relatórios têm de ser tornados públicos.
407. No caso de regimes de auxílios excluídos do âmbito de um regulamento de isenção por categoria exclusivamente em virtude do seu orçamento avultado, a Comissão apreciará a sua compatibilidade apenas com base no plano de avaliação.
408. O relatório de avaliação final tem de ser apresentado à Comissão em devido tempo, a fim de permitir a apreciação da eventual prorrogação do regime de auxílios e, o mais tardar, nove meses antes do termo do regime. Esse prazo poderá ser reduzido para os regimes que desencadeiam o requisito de avaliação nos seus dois últimos anos de aplicação. O âmbito exato e as modalidades de cada avaliação serão estabelecidos na decisão de aprovação da medida de auxílio. Qualquer medida de auxílio posterior com um objetivo semelhante tem de descrever de que modo foram tidos em conta os resultados da avaliação.

6. RELATÓRIOS E CONTROLO

409. Em conformidade com o Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão, os Estados-Membros têm de apresentar relatórios anuais à Comissão.
410. Os Estados-Membros têm de conservar registos pormenorizados de todas as medidas de auxílio. Esses registos têm de conter todas as informações necessárias para determinar se foram respeitadas as condições referentes aos custos elegíveis e às intensidades máximas de auxílio. Esses registos têm de ser conservados durante dez anos a contar da data da concessão do auxílio e têm de ser apresentados à Comissão mediante pedido.

7. APLICABILIDADE

411. A Comissão aplicará as presentes orientações a partir de 1 de janeiro de 2022.
412. As presentes orientações substituem as Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020¹²⁵.
413. A Comissão aplicará as presentes orientações para apreciar a compatibilidade de todos os auxílios notificados relativamente aos quais seja chamada a tomar uma decisão após

¹²⁴ Documento de trabalho dos serviços da Comissão intitulado «Common methodology for State aid evaluation» (Metodologia comum para a avaliação dos auxílios estatais), 28.5.2014, SWD(2014) 179 final.

¹²⁵ Comunicação da Comissão «Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020» (JO C 200 de 28.6.2014, p. 1).

1 de janeiro de 2022. Os auxílios ilegais serão apreciados em conformidade com as regras aplicáveis à data de concessão do auxílio.

414. Nos termos do artigo 108.º, n.º 1, do Tratado, a Comissão propõe aos Estados-Membros as seguintes medidas adequadas:

- (a) Se necessário, os Estados-Membros têm de alterar os seus atuais regimes de auxílios à proteção do ambiente e à energia, a fim de os tornar conformes com as presentes orientações o mais tardar até 31 de dezembro de 2023;
- (b) Os Estados-Membros devem manifestar expressamente o seu acordo incondicional às medidas adequadas propostas no n.º 414, alínea (a)), no prazo de dois meses a contar da data de publicação das presentes orientações no *Jornal Oficial da União Europeia*. Na ausência de resposta, a Comissão presumirá que os Estados-Membros em questão não concordam com as medidas propostas.

8. REVISÃO

415. A Comissão pode decidir rever ou alterar as presentes orientações em qualquer altura, se tal for considerado necessário por razões associadas à política de concorrência ou para ter em conta outras políticas da União e compromissos internacionais ou por qualquer outro motivo justificado.